

ROSSANA APARECIDA FINAU

UM ESTUDO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS EM TEXTOS ESCRITOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Reny Gregolin-Guindaste.

22-28/1

CURITIBA

1996

“Nosso tema é óbvio. Acho mesmo que os cientistas trabalham é com o óbvio. O negócio deles - nosso negócio - é lidar com o óbvio. Aparentemente, Deus é muito treteiro, faz as coisa de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente - os cientistas - para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar a obviedade do óbvio. O ruim deste procedimento é que parece um jogo sem fim. De fato, só conseguimos desmascarar uma obviedade para descobrir outras, mais óbvias ainda.”

Darcy Ribeiro(1977)

**Aos deficientes auditivos que, assim como eu, não sabem o que é a linguagem, mas provam
que ela pode existir no mais profundo silêncio.**

Vocês têm razão, os ouvintes falam demais

“Mãe, olhe só... mudei tudo de novo!”
“Tenha calma, agora já está mais perto do fim do que estava antes.”

“Minha filha, você já está conseguindo entender como os deficientes auditivos falam?”
“Olhe pai, o que eles falam eu entendo. O difícil é entender o que eu digo que eles falam”
Agradeço a vocês dois por sempre procurarem, com afabilidade, iluminar a minha vida. Para sempre, muito obrigada.

“Alô, Lando! Não sei o que aconteceu! Não abre nem o WINDOWS.”
“O que foi que você aprontou dessa vez?”
“Não sei... Só sei que ele não podia fazer isso comigo bem agora!”
“Usuários! Todos iguais!”
Obrigada, Orlando, pelo carinho e paciência comigo.

“Angela...Gi ... Eu não agüento mais!”
“E eu que não termino mais a coleta de dados. Meu Deus, aquelas crianças não escrevem!”
“Calma gente, nós chegamos até aqui. Não é possível que a gente não termine. LEMBREM-SE: Tudo vai dar certo no final. Sempre dá!”

Sem o companheirismo, o carinho, o desprendimento e as verdades ditas por vocês, poderia até chegar ao final, mas não teria o mesmo valor. Muito obrigada amigas.

AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs pelo incentivo tanto nos momentos de alegria como nos de frustração vividos nesse período.

À Prof. Dra. Reny Gregolin-Guindaste por ter incentivado as descobertas do 'misterioso' mundo da sintaxe com sabedoria e amizade.

Aos professores e alunos das escolas especiais visitadas, por possibilitarem todas as condições necessárias para a coleta de dados.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Letras pela minha formação acadêmica.

A todos os meus amigos por compreenderem o meu afastamento, em especial à Cristina, Raquel e Pulcina que se mantiveram sempre presentes nos momentos em que precisei delas.

Ao Gilberto com saudades de seu sorriso simples ao solicitar respostas para as dúvidas que eram de todos.

À CAPES pelo auxílio indispensável para que todas as etapas deste trabalho pudessem ser realizadas.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A LINGUAGEM.....	4
1.1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	5
1.2 A LINGUAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO.....	8
1.2.1 A LINGUAGEM ORAL E O DEFICIENTE AUDITIVO.....	8
1.2.2 A LINGUAGEM DE SINAIS E O DEFICIENTE AUDITIVO.....	10
1.2.2.3 A ESTRUTURA GRAMATICAL DA LÍNGUA DE SINAIS.....	14
1.2.3 O BILINGÜÍSMO.....	17
2 A GUIA DE INTRODUÇÃO.....	22
2.1 METODOLOGIA.....	28
3 A TEORIA.....	32
3.1 AS CATEGORIAS FUNCIONAIS.....	32
3.1.1 INFL: AGR e TNS.....	39
3.1.2 COMP.....	46
3.1.3 PREPOSIÇÃO.....	49
3.2 A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E AS CATEGORIAS FUNCIONAIS.....	51
3.2.1 REFLEXÃO SOBRE UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO BASEADA NA HIPÓTESE DA MATURAÇÃO.....	62
3.3 A HIPÓTESE DA AQUISIÇÃO HIERÁRQUICA DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NO AGRAMATISMO.....	67
4 A ANÁLISE.....	71

4.1 DADOS DA ESCOLA BILINGÜE.....	73
4.2 COMPARAÇÃO DE DADOS DA ESCOLA ORALISTA E DA ESCOLA BILINGÜE.....	101
4.3 DADOS DOS TEXTOS DE VESTIBULANDOS DEFICIENTES AUDITIVOS.....	124
CONCLUSÃO.....	133
ANEXOS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA	1:OCORRÊNCIAS DE SENTENÇAS COM VERBOS SER E TER.....	75
TABELA	2:OCORRÊNCIAS DE INFINITIVOS.....	77
TABELA	3:OCORRÊNCIAS DE FLEXÃO DE TNS.....	80
TABELA	4:SENTENÇAS COM INFINITIVO AGRAMATICAL X SENTENÇAS COM TNS.....	81
TABELA	5:SENTENÇAS COM AGRs GRAMATICAL X SENTENÇAS COM AGRs AGRAMATICAL.....	84
TABELA	6:OCORRÊNCIAS DE SENTENÇAS INFINITIVAS AGRAMATICAIIS X TNS X AGRs GRAMATICAL.....	85
TABELA	7:OCORRÊNCIAS DE INFINITIVO X OCORRÊNCIA DE AGR X OCORRÊNCIA DE TNS EM VERBO PRINCIPAL.....	86
TABELA	8:OCORRÊNCIAS DE COMP GRAMATICAL X COMP AGRAMATICAL....	90
TABELA	9:OCORRÊNCIAS DE PREPOSIÇÕES GRAMATICAIIS X PREPOSIÇÕES AGRAMATICAIIS.....	91
TABELA	10:OCORRÊNCIAS DE SENTENÇAS COM VERBO SER E TER.....	101
TABELA	11:OCORRÊNCIAS DE INFINITIVOS.....	103
TABELA	12:OCORRÊNCIA DE FLEXÃO DE TNS.....	105
TABELA	13:SENTENÇAS COM INFINITIVO AGRAMATICAL X SENTENÇAS COM TNS.....	106
TABELA	14:SENTENÇAS COM AGRs GRAMATICAL X SENTENÇAS COM AGRs AGRAMATICAL.....	107
TABELA	15:OCORRÊNCIAS DE SENTENÇAS COM INFINITIVO X OCORRÊNCIAS DE TNS X OCORRÊNCIA DE AGRs GRAMATICAL.....	109
TABELA	16:OCORRÊNCIAS DE INFINITIVO X OCORRÊNCIAS DE AGRs GRAMATICAL X OCORRÊNCIAS DE TNS NO VERBO PRINCIPAL...	110
TABELA	17:OCORRÊNCIAS DE COMP GRAMATICAL X COMP AGRAMATICAL....	111
TABELA	18:OCORRÊNCIA DE PREPOSIÇÕES GRAMATICAIIS X PREPOSIÇÕES AGRAMATICAIIS.....	114
TABELA	19:OCORRÊNCIAS DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NOS TEXTOS DO VESTIBULAR DE 1995.....	124
TABELA	20:OCORRÊNCIAS DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NOS TEXTOS DO VESTIBULAR DE 1996.....	124
GRÁFICO	1.....	94
GRÁFICO	2.....	95
GRÁFICO	3.....	96
GRÁFICO	4.....	97
GRÁFICO	5.....	98
GRÁFICO	6.....	99
GRÁFICO	7.....	100
GRÁFICO	8.....	116
GRÁFICO	9.....	117
GRÁFICO	10.....	118
GRÁFICO	11.....	119
GRÁFICO	12.....	120
GRÁFICO	13.....	121
GRÁFICO	14.....	122
GRÁFICO	15.....	123
GRÁFICO	16.....	130
GRÁFICO	17.....	130
GRÁFICO	18.....	131
GRÁFICO	19.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS

(A)	-	AGRAMATICAL
AGR	-	AGREEMENT
AGRs	-	SUBJECT AGREEMENT
ASP	-	ASPECT
COMP	-	COMPLEMENTISER
ESPEC	-	ESPECIFIER
FF	-	FORMA FONÉTICA
FL	-	FORMA LÓGICA
(G)	-	GRAMATICAL
GU	-	GRAMÁTICA UNIVERSAL
INFL	-	INFLECTION
SVO	-	SUJEITO, VERBO, OBJETO
TNS	-	TENSE
VSO	-	VERBO, SUJEITO, OBJETO

RESUMO

A partir dos princípios da teoria da sintaxe gerativa, este trabalho tem como objetivo analisar a aquisição de categorias funcionais na modalidade escrita da linguagem de deficientes auditivos, por entender que através de dados da escrita é possível encontrar indicações da competência lingüística desses sujeitos.

A análise de dados se baseou em textos produzidos por deficientes auditivos para os exames de vestibular de 1995 e 1996 da Universidade Federal do Paraná e, também, em textos de alunos oralistas e bilíngües entre nove e vinte anos, com surdez congênita profunda bilateral. A escolha desses sujeitos para a composição do *corpus* se deu pela intenção de estabelecer uma comparação entre a aquisição lingüística de deficientes auditivos oralistas e bilíngües.

Com base nas pesquisas de OUHALLA(1991), GUILFOYLE & NOONAM(1989), PLATZACK(1995), HAGIWARA(1995), GREGOLIN-GUINDASTE(1996) entre outros que direcionaram a análise dos dados, ficou evidente a ausência de categorias funcionais na aquisição da linguagem escrita de deficientes auditivos, bem como o fato de que a emergência dessas categorias acontece de forma hierárquica na estrutura, ou seja, da categoria funcional mais baixa para a mais alta na sentença. Além disso, verificou-se a permanência de dificuldades em formar cadeias que requerem muitas projeções de categorias funcionais para realizar a checagem morfológica. Isso, provavelmente, pela parametrização lingüística que se dá tardiamente nesses sujeitos.

Orientanda: Rossana Aparecida Finau

Orientadora: Reny Gregolin-Guindaste

ABSTRACT

Starting from the principles of the Generative Syntax Theory, this production has the goal to analyse the acquisition of functional categories in the writing modality of the language of the deaf persons, by understand that through some data from writing it is possible to find indications of these individual's linguistics competence.

The data analysis was based on texts produced by the deafs who intend to be accepted in the Federal University of Paraná in 1995 and in 1996 and also on texts by some students between nine and twenty years old, with deep bilateral congenital deafness from two special schools, one oralist and the other bilingual. The selection of these individuals to compose the *corpus* occurred with the intention to stablish a comparison between the linguistics acquisition of the oralists deaf and the bilingual ones.

Based on researchs of OUHALLA(1991), GUILFOYLE & NOONAM(1989), PLATZACK(1995), HAGIWARA(1995) and GREGOLINGUINDASTE(1996) among others, who guided the data analysis, the absence of functional categories became evident in the deaf persons' writing language acquisition, as well as the fact that the emergency of these categories occurs in a hierarchical form in the stucture. It means that it appears from the lowest functional category to the highest in the sentence. Moreover it was verified the permanence of difficulties to organize chains which request a great deal of projections from the functional categories to realize the morphology check. It probably happened due to the linguistics parametrization that takes place late in these individuals.

INTRODUÇÃO

Atualmente existe uma troca intensa de informações entre os estudos que analisam a aquisição da língua escrita e a da língua oral. Essa troca de informações tem encontrado respostas para o conhecimento geral da aquisição da linguagem, uma vez que as considerações dos estudos da aquisição de uma modalidade lingüística fornecem subsídios para outra. E é com essa expectativa de estudar a aquisição da linguagem que esta pesquisa procura investigar, por meio de textos escritos, a produção lingüística do deficiente auditivo.

Para desenvolver essa tarefa, este estudo insere-se numa proposta de análise de estruturas sintáticas em uma perspectiva chomskiana para o estudo da aquisição da linguagem. Isto porque é a teoria da gramática gerativa que tem por objetivo pesquisar a estrutura das línguas naturais e preocupa-se em construir sistemas que simulem a aquisição da linguagem humana.

São as postulações teóricas dos construtos desses sistemas que permitem analisar as sentenças sem flexões encontradas nas produções lingüísticas dos deficientes auditivos, ou seja, a ausência de categorias funcionais na linguagem desses sujeitos, principalmente no início da aquisição.

Com a finalidade de organizar a apresentação das discussões necessárias para a realização deste trabalho, bem como dos resultados da pesquisa, este estudo está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, está exposta a visão que os pesquisadores têm da linguagem adquirida pelo deficiente

auditivo. Primeiramente é apresentada uma discussão sobre a deficiência auditiva, suas características e causas. Depois, é realizada - através de resenhas de trabalhos correlacionados - uma análise das principais dificuldades que os envolvidos com o deficiente auditivo levantam. São abordadas questões que vão desde a oralidade e a instituição das línguas de sinais nos estudos lingüísticos, até o bilingüismo com suas diferentes versões. A produção dessas resenhas envolve, entre diferentes leituras, pesquisadores como: PEREIRA(1989,1993), FERNANDES(1990) BEHARES(1993), MORI(1994), BELLUGI(1993), SVARTHOLM(1993).

O primeiro capítulo, na verdade, está planejado para fornecer ao leitor informações que o auxiliem a compreender as escolhas metodológicas desta pesquisa.

O segundo capítulo traz as razões que desencadearam o desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, descreve os percursos que foram seguidos para a escolha dos sujeitos que compõem o *corpus* e o método utilizado para a coleta de dados.

No terceiro capítulo, discute-se a teoria que norteia a análise dos dados nesta investigação. Nele são resenhados os trabalhos de pesquisadores gerativistas que estudam o estabelecimento das características das categorias funcionais como FUKUI & SPEAS(1987) e OUHALLA(1991), sendo as postulações desse último as que direcionam o desenvolvimento desta pesquisa, por serem as mais recentes e apresentarem uma compilação das propostas teóricas que trabalham com categorias funcionais. Além disso a proposição de OUHALLA(1991) sobre a dependência da parametrização e os elementos funcionais, sugere explicações para a análise dos dados lingüísticos dos deficientes auditivos.

São resenhadas, também nesse capítulo, as análises e contribuições dos estudos de aquisição da linguagem, que tomam

como ponto principal as categorias funcionais, para o conhecimento lingüístico. Essas análises são realizadas, principalmente, por pesquisadores como HYAMS(1986,1987), GUILFOYLE & NOONAM(1988), RADFORD(1989), PLATZACK(1990), JORDENS(1990), TSIMPLI(1991) e ATKINSON(1991).

Além dos estudos sobre aquisição da linguagem, sob o ponto de vista da teoria gerativa, a análise da hipótese da aquisição hierárquica das categorias funcionais, que é investigada por estudiosos como GRODIZINSKY(1990), HAGIWARA(1995), RESNIK(1995) e GREGOLIN-GUINDASTE(1996), interessados na reaquisição da linguagem por afásicos, é apresentada no final desse capítulo. Isso porque as respostas encontradas nesses estudos fornecem explicações para fatos que ocorrem nos dados lingüísticos dos deficientes auditivos.

O quarto capítulo mostra a análise de dados lingüísticos de textos escritos por alunos deficientes auditivos de duas escolas especiais, uma oralista e outra bilíngüe, e de vestibulandos. Essa análise é delineada pelas propostas teóricas apresentadas no terceiro capítulo, para confirmar ou refutar a hipótese da emergência tardia das categorias funcionais na aquisição da linguagem do deficiente auditivo, aqui investigada.

Os resultados, apresentados durante a análise do *corpus*, são reunidos na conclusão desta pesquisa. Esses resultados apontam para uma parametrização tardia das categorias funcionais na linguagem dos deficientes auditivos.

CAPÍTULO I A DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A LINGUAGEM

O deficiente auditivo tem uma história de assistencialismo e dependência. Isso ocorre, provavelmente, pelo fato de que o seu processo de socialização cultural acontece, quase que unicamente, nas escolas especiais cuja concepção vigente é de que o portador de deficiência auditiva é um indivíduo incapaz.

Esse fato gera uma situação em que o deficiente auditivo que tem um trabalho sistemático e não aprende a falar é visto, por ele e pela sociedade em geral, como alguém de pouca ou de nenhuma inteligência. Isso pode ser ainda mais difícil se o deficiente auditivo não escreve, porque a escrita é vista, pela sociedade em geral, como uma forma de demonstrar a inteligência.

Mesmo não sendo do interesse desta pesquisa investigar profundamente questões como essas, sobre o comportamento do deficiente auditivo na sociedade ouvinte, não é possível desenvolver um trabalho sobre esses indivíduos sem mencionar, ainda que rapidamente, as dificuldades enfrentadas por eles. Por isso, neste capítulo são apresentadas algumas das situações que envolvem o desenvolvimento do portador de deficiência auditiva e que influenciam no seu desempenho lingüístico, como por exemplo: a imagem que o deficiente auditivo tem de sua linguagem, as principais causas da falta de audição e as modalidades lingüísticas adquiridas por ele.

1.1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Para que se possa compreender quem são os sujeitos que fornecem os dados lingüísticos aqui analisados, faz-se necessário realizar uma caracterização da deficiência auditiva, começando pela definição do que vem a ser surdez.

A definição aprovada pela Sociedade Otológica, em 1940, estabelece que deficiente auditivo é o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum. Quando a audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva, diz-se que o sujeito é duro de ouvido ou hipoacústico. Existem testes para verificar se a deficiência auditiva é funcional ou não. Esses testes levam em consideração a frequência e a amplitude que caracterizam o som.

A frequência é o número de ciclos por segundo em um movimento periódico e expressa-se em hertz. Os sons graves correspondem a baixas frequências e os agudos a frequências elevadas. A audição normalmente é medida entre as frequências de 250 a 8.000 hertz. De acordo com FERNANDES(1989), é geralmente nas frequências 500, 1.000 e 2.000 Hz que se realizam os testes de avaliação da audição.

Já a amplitude determina a intensidade dos sons - fortes ou fracos - e é medida em decibéis¹. Os limites de amplitude vão de 0 a 110 decibéis. Segundo MASSONE(1989), considera-se normal a audição que apresenta desempenho entre 10 e 26 decibéis.

¹Decibel é uma unidade que mede a intensidade de uma grandeza comparada a uma grandeza padrão da mesma natureza. É expressa através do logaritmo na base 10 da razão dessas duas grandezas. (FERNANDES,1989:27)

Os testes que trabalham com essas noções de frequência e amplitude consideram o grau de perda auditiva de acordo com a classificação da "International Standards Organization", de 1964². Na pesquisa aqui realizada, são apresentados apenas alguns exemplos dessa classificação para que seja possível perceber a diferença de resíduo auditivo para indivíduos com perda moderada, severa e profunda. A lista a seguir traz a intensidade de som que cada um desses graus mantém de resíduo e mostra, entre parênteses, exemplos de sons dentro dos limites de amplitude estabelecidos.

- a) limites normais: 10 a 26 dB (estúdio de som, quarto à noite);
- b) perda leve: 26 a 40 dB (quarto à noite, biblioteca);
- c) perda moderada: 41 a 55 dB (sala de estar, escritório);
- d) perda moderadamente severa: 56 a 70 dB (escritório, conversação normal);
- e) perda severa: 71 a 90 dB (tráfego normal em esquina, dentro de um ônibus);
- f) perda profunda: acima de 90 dB (estação de trem 100dB, discoteca 100-110dB, buzina forte a um metro 110-120dB, britadeira 120-130dB);
- g) limite de dor: 130-140dB.

Para esta pesquisa é relevante observar como é grande a diferença entre o que um indivíduo detentor de perda moderada ou moderadamente severa tem de resíduo auditivo em comparação com aquele cuja perda é profunda. No caso desse último, 'ouvir' linguagem é quase que impossível. Já com perdas mais leves, ainda que com a presença de dificuldades, o deficiente auditivo pode perceber dados lingüísticos.

²Essa classificação pode ser encontrada em BROCH(1977).

Além dos diferentes graus de perda auditiva, há também causas distintas para a sua ocorrência. Conforme MASSONE(1993), a deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida. A deficiência congênita pode se dar por causas genéticas no momento da concepção ou pode ser determinada por condicionadores que provocam a alteração do meio intra-uterino sem envolvimento genético - principalmente nos três primeiros meses de gravidez.

Algumas causas de deficiência auditiva congênita são: embriopatias virosas (rubéola, por exemplo), embriopatias e fetopatias tóxicas (anestésias prolongadas), causas endócrinas (cretinismo endêmico, bócio, debilidade mental) e eritoblastose fetal (incompatibilidade sangüínea).

A deficiência adquirida, por sua vez, pode acontecer, entre outras causas, por icterícia, anexia neonatorum³, traumatismo obstétrico, processos infecciosos, febres eruptivas, viroses e neoviroses, meningoencefalites, sífilis congênita, traumatismo craniano, intoxicações medicamentosas.

Conforme FERNANDES(1989), congênita ou adquirida, a deficiência auditiva impede a passagem de vibrações sonoras devido a alterações ou lesões que podem atingir o ouvido externo, médio ou interno. O mau desenvolvimento das vias auditivas do sistema nervoso central também pode impedir a passagem de vibrações sonoras.

As questões relativas à caracterização da deficiência auditiva são, obviamente, mais complexas do que essa breve abordagem permite observar. No entanto, os fatos levantados nessa exposição, ou seja, os diferentes graus de perda auditiva e a existência de deficiência auditiva congênita e adquirida, já permitem a compreensão das escolhas metodológicas desta pesquisa, apresentadas no segundo capítulo.

³ Insuficiência de oxigenação cerebral por problemas de parto.

1.2 A LINGUAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO

Os profissionais que trabalham com portadores de deficiência auditiva encontram, em meio a muitas dúvidas, diversos estudos propondo diferentes encaminhamentos para o "input" lingüístico na aquisição de linguagem do sujeito não ouvinte.

A seguir, são expostos alguns desses estudos, começando pelo oralismo para depois passar para a discussão do bilingüismo. Antes, porém, de discutir o bilingüismo, são apresentadas algumas proposições existentes sobre as línguas de sinais, para que se possam identificar algumas de suas características principais e posteriormente relacioná-las com as dificuldades na sua aquisição.

1.2.1 A LINGUAGEM ORAL E O DEFICIENTE AUDITIVO

A sociedade em geral supõe que o deficiente auditivo não é capaz de adquirir uma língua oral. Essa suposição fica evidenciada até mesmo pela denominação de 'surdo-mudo' para os indivíduos não ouvintes.

Provavelmente isso ocorra porque o portador de deficiência auditiva pode realmente apresentar, segundo pesquisadores como FERNANDES(1989,1993), RODRIGUES(1993), EMMOREY & KLIMA (1993) e BEHARES(1989, 1993), dificuldades respiratórias e anormalidades da laringe, a musculatura ligada à articulação dos sons pode ficar comprometida pela falta de uso, tudo isso dificulta a contração das cordas vocais e torna a voz do deficiente auditivo um pouco rouca e áspera. Porém

esses problemas podem ser resolvidos com exercícios e, ao contrário do que se pensa, o deficiente auditivo tem condições para desenvolver a linguagem oral.

Para isso, é preciso que, desde criança, o deficiente auditivo utilize aparelhos de amplificação sonora e seja trabalhado para o desenvolvimento de expressão oral. E é esse o trabalho que se propõem a fazer os profissionais que acreditam na importância da aquisição da oralidade pelo deficiente auditivo.

Em países onde o desenvolvimento da oralidade do deficiente auditivo é alvo primordial, o aparecimento da língua oral está condicionado à terapia intensiva e técnica. Contudo, segundo BELLUGI & KLIMA(1993), esse trabalho resulta num esforço que não dá como resultado o uso natural e espontâneo da linguagem oral. Para MASSONE, isso acontece porque "o oralismo é influenciado pelo discurso médico que dá ênfase aos ouvidos defeituosos e não aos cérebros eficientes do deficiente auditivo". (MASSONE,1993:75)

De acordo com esses autores, o oralismo tem como base uma concepção clínica, que caracteriza o deficiente auditivo conforme um déficit que deve ser combatido. Para resolver esse déficit, o oralismo tem o auxílio de disciplinas como a audiologia, fonoaudiologia, foniatria e concepções psicológicas como o condutivismo. Utiliza recursos como o aparelho auditivo e o treinamento da língua oral de forma isolada e privilegiada.

Com a intenção de levar o deficiente auditivo a adquirir uma língua oral e solucionar o déficit auditivo, professores, pais, fonoaudiólogos não admitem outros recursos que não sejam os da aquisição de leitura orofacial e a expressão através da linguagem oral. Em termos mais explícitos, refutam qualquer método que envolva linguagem sinalizada.

Atualmente, a maior parte dos pesquisadores e professores que trabalham com deficientes auditivos são contrários ao

trabalho de desenvolvimento da linguagem oral que tenha como única versão a exercitação para o desenvolvimento da audição. Isso acontece não porque não acreditem na possibilidade de o deficiente auditivo adquirir uma língua oral, mas, porque é necessário encontrar direcionamentos teóricos que não causem a segregação social a partir de preconceitos lingüísticos.

O trabalho de GESUELI(1988), por exemplo, começa a apontar para outros encaminhamentos de exposição a dados lingüísticos de língua oral para o deficiente. A pesquisadora observou que o interesse para a oralização pelo próprio deficiente auditivo aumenta a partir da aquisição da escrita. Segundo ela, as crianças passam a esforçar-se para usar, também na fala, a estrutura gramatical do português que é utilizada na escrita.

1.2.2 A LINGUAGEM DE SINAIS E O DEFICIENTE AUDITIVO

Como nesta pesquisa se quer analisar dados da linguagem escrita dos deficientes auditivos oralistas e sinalizadores, faz-se necessário expor, além das questões que dizem respeito à aquisição da língua oral, algumas considerações sobre a língua de sinais.

As colocações sobre a oralidade, no item anterior, já permitem perceber que muitos estudiosos não consideram essa modalidade de linguagem como a mais importante para o deficiente auditivo. Entre esses estudiosos se encontra BEHARES(1993), que descreve a língua oral do sujeito não ouvinte da seguinte maneira:

A rigor, a oralidade das crianças surdas é um dos componentes de sua gestualidade. Trocar sons e em seguida palavras com o adulto é um exercício visual; a criança vê certas ações que o adulto realiza com

os lábios, as imita e as reproduz, mas, ao fazê-lo, não relaciona os movimentos da boca com os sons, e sim com formas visíveis, "gestuais" do adulto. (BEHARES, 1993:51)

BEHARES esclarece, ainda, que as estruturas da língua de sinais e da língua oral são tão diferentes como as de duas línguas orais de diferentes famílias lingüísticas. Para o autor, as línguas de sinais, assim como as línguas orais, são sempre o resultado da criação coletiva de uma comunidade humana socioculturalmente diferenciada - a dos surdos de um determinado lugar - e não a cópia da estrutura de uma língua oral mediante a manualização da mesma.

Antes de analisar a questão da estrutura das línguas de sinais, é preciso verificar a diferença entre gesto e sinal.

Conforme BELLUGI & KLIMA (1993) a diferença entre a pantomima (gestos) e os sinais está em que, no caso da primeira, as mãos podem se mover diretamente de uma posição de repouso para outros movimentos. Por contraste, o sinal se caracteriza por uma breve suspensão temporal ("holding") da configuração das mãos na sua posição inicial e, freqüentemente, também no final. Estas suspensões breves antes de executar um movimento são inerentes ao sinal.

PEREIRA(1989) coloca outras diferenças entre pantomima e sinal dizendo que a primeira inclui movimento de cabeça e de corpo e que no caso dos sinais só a mão se move. A pesquisadora verifica que os sinais são condensados, com suas configurações obedecendo a movimentos dentro de um espaço limitado, que pode ter suas dimensões alteradas, reduzidas, reestruturadas e convencionalizadas.

Com essas observações, percebe-se que a diferença entre sinais e gestos, na realidade, concentra-se na estrutura dos movimentos, que no caso dos sinais é mais rica, com mais recursos.

Pesquisadores como MASSONE(1993), por exemplo, consideram essas estruturas dos sinais suficientes para dar conta de todos

os aspectos da linguagem. Isso porque tomam as línguas de sinais, no âmbito científico, como qualquer outra língua no que diz respeito à sua estrutura. Suas observações têm como base os estudos chomskianos que permitem que se vejam as línguas de sinais dentro do escopo da gramática universal. MASSONE lembra que esses estudos denotam a independência que existe entre as modalidades de expressão auditivo-vocal, visográfica, visogestual. Sendo assim, a língua oral, a língua escrita e a língua de sinais são produções lingüísticas igualmente eficazes. Como observa a autora, "a fala é só um meio de expressão e os sinais e a escrita códigos alternativos". (MASSONE, 1993:78)

Esse ponto de vista é compartilhado por estudiosos como GOLDIN-MEADOW & MYLANDER(1984) PEREIRA(1989,1993) BELLUGI(1993) ao observarem que crianças deficientes auditivas, mesmo sem um "input" lingüístico convencional, podem desenvolver um sistema de comunicação gestual que apresente algumas das regularidades estruturais características da linguagem de crianças ouvintes. Para esses autores, a audição e a fala não são as principais causas para que se dê a estruturação da linguagem. O que parece ser crítico para essa organização é alguma coisa na própria natureza da linguagem, não a modalidade em que ela acontece.

Estudos sobre a aquisição da linguagem de bebês deficientes auditivos vêm corroborar o pressuposto de que a língua de sinais tem uma estrutura tanto quanto as línguas orais. Um exemplo desses estudos é a pesquisa de PETTITTO & MARENTITTE(1991), discutida por MORI(1994). Esses pesquisadores realizaram um estudo comparativo do balbucio de crianças deficientes auditivas - expostas a uma língua de sinais - e crianças ouvintes, entre as idades de 10 a 14 meses. Os resultados dessa comparação demonstram que o balbucio manual das crianças deficientes auditivas apresentam as mesmas características do balbucio das crianças ouvintes.

MORI(1994:11) coloca alguns dos resultados encontrados com esse estudo, os quais são explanados a seguir:

- a) deficientes auditivos e ouvintes encontram-se, aos 10 meses, no estágio do balbucio silábico;
- b) as crianças deficientes auditivas produzem um balbucio manual jargão semelhante ao balbucio vocal jargão das crianças ouvintes, ou seja, balbucio sem sentido mas que soa como sentença;
- c) as primeiras palavras das crianças ouvintes coincidem com tipos fonéticos e silábicos encontrados no balbucio vocal, bem como os primeiros signos das crianças deficientes auditivas coincidem com as formas fonéticas e silábicas utilizadas no balbucio manual;
- d) os primeiros sinais das crianças deficientes auditivas e as primeiras palavras das crianças ouvintes emergem em idades semelhantes, entre 10 e 12 meses.

Essa última observação é sustentada também pelos trabalhos de KILE(1993) e BEHARES(1993) quando propõem que os sinais começam a emergir confiavelmente ao redor de um ano.

Além disso, ao investigar o "manhês" com crianças deficientes auditivas, KYLE(1993) percebeu, também, que existem características similares entre a fala dirigida às crianças ouvintes e a dirigida às crianças deficientes auditivas filhas de pais deficientes auditivos. Nesse caso, os sinais tendem a apresentar uma duração maior. São expandidos e manipulados no espaço, deslocados de sua localização usual para uma mais apropriada à atenção da criança. Na emergência dos primeiros sinais, esses tendem a ser sinais de objetos e, assim como as palavras nas crianças ouvintes, apresentam uma fase inicial de combinações de dois sinais, passando depois para três sinais.

Dessa forma, há indícios para considerar que os filhos de deficientes auditivos, cujos pais são usuários nativos de uma língua de sinais, adquirem sua língua nos mesmos períodos e com as mesmas características que as crianças ouvintes frente à língua oral.

1.2.2.3 A ESTRUTURA GRAMATICAL DA LÍNGUA DE SINAIS

A partir dos trabalhos sobre aquisição de linguagem do deficiente auditivo, as investigações científicas estão mais propensas a considerar que as línguas de sinais são sistemas lingüísticos completamente desenvolvidos. Para tanto, estabelecem, apenas, que esses sistemas têm como apoio o uso do espaço e dos movimentos das mãos para mostrar as características gramaticais da linguagem ao contrário das línguas orais, que se valem da acústica e vocalização para executar essa tarefa.

Os movimentos que asseguram à língua de sinais a possibilidade de contrastar características gramaticais foram primeiramente divididos por STOKOE(1960) e estão analisados em PEREIRA(1989). Essa divisão consiste em três parâmetros: configuração das mãos, localização e movimento. Um quarto parâmetro, a orientação da palma da mão, foi acrescentado, de acordo com PEREIRA(1989), por BATTISON (1974).

BELLUGI(1993) verificou que esses parâmetros contrastam em cerca de 36 configurações de mãos, no caso da America Sign Language (ASL). Mas nem todas as línguas de sinais partilham o mesmo inventário de configurações de mãos.

Essas configurações, esclarece PEREIRA(1989), são conseguidas por três modos de realização de movimentos: contínuo, suspenso e contido. A análise desses movimentos é importante, pois, segundo FISHER & GOUGH(1973), a modificação da localização de um sinal e da direção do movimento são usados na ASL para expressar relações gramaticais. Para esses autores, alguns verbos da ASL têm suas relações de sujeito-objeto direto e sujeito-objeto indireto incorporadas na direção do movimento.

BELLUGI(1993) também observou que na ASL - através de seus três tipos de movimentos - existem flexões verbais que transmitem informação temporal sobre a ação - habitual, repetitiva ou contínua. Ainda, segundo a autora, frases nominais podem ser associadas com pontos num plano do espaço sinalizador, os verbos podem se mover entre esses pontos espaciais para indicar o sujeito e o objeto. O primeiro ponto final espacial do verbo concorda com o sujeito e o último ponto final concorda com o objeto.

Para BELLUGI, a ordem canônica básica dos vocábulos da ASL é sujeito, verbo e objeto. Essa ordem, segundo PEREIRA(1993) é seguida também pela língua de sinais usada no Brasil (LIBRAS).

BELLUGI explicita, ainda, outra características gramaticais percebidas pelos diferentes movimentos na ASL: a orientação da mão indica a pessoa gramatical, a configuração da mão contrasta caso gramatical e o movimento indica número gramatical.

A autora ressalta, também, que, além dos movimentos das mãos, a expressão facial linguística faz distinções gramaticais, incluindo marcadores para advérbios, perguntas, condicionais e orações relativas. KILE(1993)

confirma essa proposição mostrando que é também pela expressão facial que os deficientes auditivos preferem indicar as formas interrogativas nas línguas de sinais, pelo uso de sobrancelhas. Mas observa que, na aquisição, o único traço distintivo de uma pergunta parece ser a sustentação do último sinal por um período maior, enquanto mantém o contato de olho. Isso porque se as primeiras interrogativas em sinais fossem marcadas por sobrancelhas fechadas, poderiam ser interpretadas pelas crianças como admoestações.

Para os pesquisadores da língua de sinais, a ASL contém as mesmas categorias de formas básicas que as línguas faladas: nomes, verbos, adjetivos, pronomes e advérbios, mas tem um sistema muito diferente de formação das palavras. Quanto a isso, PEREIRA(1989) percebe que a repetição de itens lexicais, por exemplo, é usada na ASL para expressar certos advérbios de tempo, mudanças no aspecto verbal e para indicar o grau aumentativo dos nomes. Quanto às preposições, BELLUGI(1993) coloca que a ASL não tem muitas, pois as relações espaciais são codificadas através de instrumentos morfossintáticos.

Já é possível inferir que os estudiosos, de um modo geral, reconhecem que o sistema sintático da ASL é usado para expressar as mesmas funções linguísticas encontradas nas línguas orais. A diferença reconhecida por todos diz respeito à forma que essas funções tomam, isto é, explicitamente espacial. Nas palavras de BELLUGI(1993:25) " o uso do espaço para funções sintáticas é um recurso único, fornecido pela modalidade visual da língua de sinais".

A questão do uso de uma modalidade alternativa de percepção, a visoespacial, tem levado os pesquisadores a investigar a pressuposição da lateralização cerebral para

diferentes atividades e, sobre isso, existem fortes evidências de que os aspectos gramaticais das línguas sinalizadas são, bem como as línguas orais, lateralizados para o hemisfério esquerdo.

Os estudos em indivíduos deficientes auditivos com lesões cerebrais, segundo RODRIGUES(1993), demonstram que a língua de sinais apresenta uma organização neural semelhante à da língua oral. Com respeito a isso, BELLUGI observa em suas pesquisas que:

"Apesar do fato de que a ASL utiliza distinções visuais e espaciais, nossos resultados têm mostrado que lesão no hemisfério direito não produz afasia de sinais. Esses sinalizadores produzem sinalização fluente, virtualmente livre de erros gramaticais e com boa gama de complexidade. O desempenho de sinalizadores com lesão no hemisfério direito na nossa bateria de testes de língua de sinais e no nosso exame de diagnóstico de afasia revelaram capacidade em línguas de sinais intactas nos níveis fonológicos, morfológicos e sintático. Seus perfis lingüísticos geralmente eram semelhantes àqueles dos sujeitos controle normais." (BELLUGI,1993:31)

1.2.3 O BILINGÜISMO

Com essa rápida reflexão sobre a língua de sinais dentro do escopo do sistema lingüístico e a oralização do deficiente auditivo, é possível perceber que há muitas informações imprecisas e vagas que deixam dúvidas com relação à aquisição de linguagem desses indivíduos. Justamente por isso, no momento de fornecer dados lingüísticos às crianças não ouvintes os professores e pesquisadores envolvidos nessa tarefa têm tentado diversos encaminhamentos para solucionar as dificuldades. Entre esses encaminhamentos, está a proposta de bilingüismo.

O objetivo da educação bilíngüe, segundo MOURA(1993), é que a criança deficiente auditiva possa ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico paralelo ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma identificação harmoniosa entre a cultura ouvinte e a cultura da comunidade deficiente auditiva, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua oral. O problema é que existem, no caso do deficiente auditivo, diversos bilingüismos.

Um dos tipos de bilingüismo se refere, segundo MOURA(1993), a uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: a língua de sinais e a língua oral, que não são fornecidas concomitantemente, devido à diferença estrutural entre ambas. O acesso aos dados da língua de sinais se dá entre a criança e o adulto deficiente auditivo. A língua oral é fornecida à criança pelo adulto ouvinte e, teoricamente, está baseada nas habilidades lingüísticas já desenvolvidas pela língua de sinais.

Outro tipo de bilingüismo é sustentado pela filosofia da comunicação total. Nessa filosofia, o trabalho com a criança deficiente auditiva implica na utilização simultânea de sinais e da fala, esta última como leitura orofacial. Segundo MOURA(1993), o objetivo da comunicação total é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com os seus pais e professores. A oralização é apenas uma das áreas de trabalho com o indivíduo deficiente auditivo.

FERNANDES(1990) analisa o uso de um terceiro tipo de bilingüismo: a comunicação bimodal. Nessa proposta, os gestos devem corresponder ao léxico. A estrutura sintática a ser adquirida é a da língua oral e não da língua de sinais.

Normalmente, a comunicação bimodal prevê que os falantes acompanhem o gesto com a expressão oral correspondente.

Todas essas correntes filosóficas advêm da dificuldade em encontrar a melhor forma para fornecer ao deficiente auditivo dados lingüísticos que o levem a adquirir a linguagem. E cada uma dessas posturas recebe críticas, que estão resumidas a seguir, por fornecerem indicações para a análise que aqui se pretende realizar.

Com relação à primeira posição, que defende um bilingüismo em que a língua oral é adquirida depois da língua de sinais, ou seja, como segunda língua, pode-se dizer que enfrenta o problema de rejeição por parte do próprio sujeito deficiente auditivo.

Ainda que os deficientes auditivos, praticamente do mundo inteiro, tenham se proclamado a favor desse sistema bilíngüe, muitos deles, segundo MASSONE(1993), são eminentemente anti-oralistas. Entendem por educação bilíngüe um sistema no qual unicamente tenha lugar a língua de sinais. Esses indivíduos, em sua maioria, usam a linguagem escrita e aceitam as condições de segregação, postulando a inutilidade da língua oral.

Para MASSONE(1993), a solução para essa rejeição à língua oral pelos próprios deficientes auditivos pode acontecer com um sistema bilíngüe que tenha uma paridade entre ambas as línguas.

Outra dificuldade dessa proposta pode ser analisada com relação ao que GHISI(1993) coloca sobre a aquisição tardia dos componentes da morfologia e da sintaxe dos sinais pela maioria das crianças não ouvintes. A autora observa que apenas os pais de deficientes auditivos que adquirem competência natural em sinais podem fornecer esses dados aos seus filhos, caso contrário as crianças terão acesso aos dados para "input" somente na escola.

Quanto à comunicação total, em que a oralidade é adquirida como segunda língua, a situação não é muito diferente

da exposta sobre o sistema anterior. Permanece o fato, também nesse caso, de que as crianças não alcançam um manejo isofuncional de ambas as línguas. Sobre isso, BEHARES(1993) lembra que, freqüentemente, a língua oral é uma língua adquirida rudimentarmente e é utilizada com base nos moldes estruturais e funcionais da língua de sinais.

O autor coloca que a aquisição de ambas as línguas não é sempre do mesmo tipo. Um número muito pequeno de indivíduos surdos - apenas aqueles filhos de pais deficientes auditivos - adquire a língua de sinais em idade precoce, como as crianças ouvintes frente à língua oral. A grande maioria das crianças não ouvintes adquire a língua de sinais tardiamente. Além disso, BEHARES(1993) diz que as modalidades de aquisição da língua de sinais e da língua oral são diferentes. A primeira costuma ser natural/contextual e a segunda artificial/terapêutica.

Com respeito ao último tipo de bilingüismo, o bimodal, existe a experiência da "Signe Swedish", que é planejada com correspondência um a um, ou seja, um sinal para uma palavra do Swedish oral. Assim como os outros tipos de bilingüismo, o bimodal tem seus problemas. Segundo SVARTHOLM(1993) a experiência do Swedish não responde às necessidades dos portadores de deficiência auditiva nem facilita a comunicação com os ouvintes. Para a pesquisadora, é muito difícil para o usuário do sistema conseguir empregar simultaneamente duas línguas que têm diferenças semânticas e estruturais. Nas palavras da autora:⁴

This language can not be used simultaneously with spoken language, simply because the two kinds of languages are structurally totally different.

⁴ Segundo MEISEL(1990), crianças ouvintes podem adquirir parâmetros de duas línguas ao mesmo tempo. O autor coloca que : "...bilingual first language acquisition does not differ in substantial ways from monolingual development. But there is some evidence that bilingual speech exhibits less variation than that of monolinguals in each language;"(MEISEL,1990:17)

Another obstacle for the visually dependent receiver is that the linguistic information actually expressed by signs used in this way (accompanyng speech) is typically very inconsistent. Many words are not represented by any signs at all, others can be accompanied by mis-articulated signs. The information expressed can thus even be contradictory to the intended meaning. Altogether, signed sentences of this kind are often largely incomprehensible. (SVARTHOLM,1993:294)

Em meio a tantas divergências, em um ponto todos os pesquisadores concordam: há urgência na preparação dos envolvidos com a criança deficiente auditiva em programas bilíngües. Essa formação deve se dar com informações acessíveis, debates científicos e conhecimento de línguas de sinais.

Outra questão de unanimidade entre os pesquisadores é a importância da aquisição da linguagem escrita pelo deficiente auditivo para que ele participe também da sociedade ouvinte. A esse respeito, SVARTHOLM(1993) observa que: "The written language must be given priority when establishing educational goals for the deaf as to their learning the language of the surrounding society." (SVARTHOLM,1993:305)

Assim como SVARTHOLM(1993), PEREIRA(1989) FERNANDES(1990), BEHARES(1993) e GHISI(1993) colocam que a função social da escola é a alfabetização, isto é, ensinar a ler e a escrever e transmitir conteúdos curriculares.

As escolas especiais têm uma intenção assistencialista e reparadora, que acaba fazendo com que as crianças percam muito tempo útil e produtivo. O resultado tem sido gerações e gerações de deficientes auditivos analfabetos funcionais. Sobre essa questão, MASSONE(1993:80) esclarece que "a escola especial oralista deve deixar de ser uma oficina onde se reparam ouvidos para converter-se num âmbito de papel e lápis".

CAPÍTULO II À GUIA DE INTRODUÇÃO

Um dos reflexos dos estudos lingüísticos pode ser detectado no interesse por análises de dados patológicos da linguagem com a finalidade de elucidar e compreender os fundamentos da cognição responsáveis pela linguagem humana, confirmando ou refutando teorias.

Esses estudos ocorreram, de início, no âmbito da psicolingüística e, mais recentemente, da neurolingüística. Destas pesquisas, porém poucas são as que se dedicam à análise do desenvolvimento cognitivo e da aquisição da linguagem do deficiente auditivo, como explicita BEHARES(1993):

Um dos territórios mais novos da neuropsicologia em geral e da neurolingüística em particular é o que faz referência aos substratos neurobiológicos próprios das atividades comunicativas nos indivíduos surdos. A rigor, até recentemente este território não teve impulso de pesquisa, o que não nos levaria muito além da década de 70, fato comprovado tanto pela baixa quantidade de estudos realizados, como pela qualidade e sistematicidade dos mesmos. (BEHARES,1993: p.41)

A falta de pesquisas nessa área é ainda maior com relação à aquisição da linguagem escrita. Não há uma descrição das características dos fatos lingüísticos que comprometem a estrutura dos textos produzidos por portadores de deficiência auditiva. Essa caracterização pode auxiliar pesquisadores e professores na identificação diferenciada dos problemas de estruturação lingüística de sujeitos ouvintes e não ouvintes.

É justamente essa preocupação com a caracterização das estruturas lingüísticas produzidas pelos deficientes auditivos que motiva o encaminhamento desta pesquisa. Uma análise

preliminar de dados em textos produzidos por deficientes auditivos no vestibular de 1995 da UFPR deu início a essa investigação. Com essa análise preliminar, foi possível perceber, na estruturação de sentenças escritas por esses indivíduos, o uso inadequado ou omissão de preposições, flexão verbal não correspondente ao sujeito, inconsistência de tempo verbal com uso de infinitivo agramatical, ausência de construções com elementos 'Qu', afigurando-se, assim, complicações na competência do deficiente auditivo para processar categorias funcionais da linguagem, principalmente as categorias AGR e COMP.

Autores como GÓES(1992), MENDES(1994), FERNANDES(1990) e GESSUELI(1988), entre outros que tratam sobre a aquisição da linguagem escrita do deficiente auditivo, chegam a observar alguns desses problemas acima. No entanto, não os analisam, isto é, não chegam a um nível explicativo. Provavelmente isso ocorra por trabalharem sob uma perspectiva teórica que não permite a análise da sintaxe. GÓES e MENDES citam alguns desses problemas, principalmente os relacionados à flexão ou à ausência de preposições, mas não aprofundam a questão além do apontamento da existência de tais dificuldades. Seus trabalhos são voltados para questões de coesão e coerência, e a relação entre a linguagem de sinais e a escrita do deficiente auditivo.

Esse é outro ponto a ser revisto, nenhum desses trabalhos sobre a aquisição da escrita do deficiente auditivo traz uma comparação entre o uso ou não da linguagem de sinais para a verificação de possíveis diferenças de estruturação lingüística. Pesquisadores como BONVILLIAN, CHARROW e NELSON(1973,) mesmo recomendando o aumento do uso da língua de sinais nas escolas de deficientes auditivos, concordam que

existe um baixo aproveitamento na aprendizagem da sintaxe da língua oral, porém não estabelecem uma investigação entre as duas linguagens para examinar se o fato de a estrutura sintática ficar corrompida deve-se ao uso de uma ou outra linguagem.

BOUCHARD & DUBUISSON(1995), apesar de não estabelecerem uma comparação entre as duas formas de performance lingüística, oral e gestual, observam que os estudos da linguagem de sinais podem ajudar no entendimento da linguagem oral. A esse respeito, os autores afirmam o seguinte:

On the contrary, we wish to show that the study of sign languages can help us understand speech languages. By looking at the role of order in speech languages from the perspective of sign languages instead of analyzing sign languages as if they shared all the properties of speech languages, we can learn something about the role of order in grammar in general. (BOUCHARD & DUBUISSON,1995:102)

Para tentar realizar uma comparação entre essas linguagens, após a primeira análise dos dados nos textos de vestibular, foram realizadas visitas em escolas para deficientes auditivos em Curitiba e Campinas, com o propósito de conhecer a realidade das pessoas portadoras dessa deficiência. Para o levantamento de dados, apenas duas escolas em Curitiba foram selecionadas: uma oralista e outra que trabalha com o bilingüismo com base na filosofia da comunicação total⁵. Essa escolha se deu, justamente, para que fosse possível estabelecer uma comparação entre as estruturas lingüísticas produzidas por deficientes auditivos que usam a linguagem de sinais e aqueles que não o fazem, comparação essa

⁵ A filosofia da comunicação total para o bilingüismo está mencionada no item 1.2.3

ausente dos trabalhos que tratam da aquisição da escrita como dito acima.

A expectativa, com essa comparação, é a de poder apurar se há diferença entre as produções linguísticas dos dois grupos ou se as dificuldades são da mesma natureza, uma vez que o problema parece estar relacionado aos mecanismos sintáticos dessas produções e às propriedades das estruturas linguísticas dos deficientes auditivos, como parecem confirmar os dados.

Com o processo de levantamento de dados, para responder a essa expectativa, o primeiro fator a chamar a atenção nas visitas às duas escolas é a angústia dos profissionais que trabalham com o ensino do deficiente auditivo, sejam eles professores, psicólogos ou fonoaudiólogos. Todos aqueles que de uma ou outra forma estão envolvidos com a aquisição da linguagem do portador de deficiência auditiva enfrentam quase que a total inexistência, no Brasil, de propostas teóricas que os auxiliem a atender às necessidades de aprendizagem desses alunos.

Por esse motivo, a alfabetização das crianças deficientes auditivas, por exemplo, ainda se dá com o uso de cartilhas, nas quais dificilmente são apresentadas estruturas que correspondam à realidade linguística. O que se emprega são itens lexicais soltos, nomes sem flexão alguma. Essa situação também é observada por GÓES(1992):

O que parece necessário para sujeitos que têm acesso muito limitado à fala (por exemplo, através da leitura labial predominante) é uma experiência intensiva e diversificada com o português escrito. Por relatos das professoras e dos próprios alunos, pudemos deduzir que os dois grupos estudados tinham reduzidas oportunidades, e mesmo disposição, para ler. Também constatamos, no início do projeto, que eram poucas as experiências com a produção de textos. As informações sobre práticas correntes na instrução da linguagem para o surdo sugerem que a história escolar desses alunos resulta numa apropriação restrita das convenções do português. As

experiências são pobres sobretudo nas séries iniciais, envolvendo o trabalho com palavras e frases isoladas, textos curtos apoiados em modelos de cartilha e escasso uso funcional da escrita.
(GÓES, 199 :115)

Essa situação é repetida nos trabalhos com os fonoaudiólogos para o desenvolvimento da expressão oral: apenas sons desconectados são apresentados nas sessões, chegando-se somente à formação de pequenas palavras descontextualizadas.⁶ Mais do que falta de uso da linguagem, o que parece acontecer é a não-apresentação de linguagem real para as crianças deficientes auditivas. Desse modo, as construções das estruturas lingüísticas acabam sendo ativadas tardiamente, levando, por exemplo, a uma ausência de produção de sentenças nos textos dos alfabetizandos⁷, como se verifica nos dados analisados no quarto capítulo. A apresentação tardia de linguagem real pode ser prejudicial pela função que os dados de "input" têm no estabelecimento das propriedades das categorias funcionais. Essa questão é discutida no terceiro capítulo, sob a ótica das pesquisas gerativas de aquisição da linguagem.

Uma circunstância que exemplifica o trabalho de linguagem artificial realizado com as crianças deficientes auditivas pode ser vista com a prática de exercícios orais em que a criança passa horas repetindo palavras como 'papai, pato, pipa, pá', sem construir sentenças, isto é, sem poder perceber as flexões da língua.

Ainda que essas questões não tenham interferido diretamente na análise desta pesquisa, devem ser aqui

⁶ Um exemplo de problemas gerados por esses trabalhos, embora não diga respeito à análise aqui proposta, vale a pena ser comentado. Em sessões para se trabalhar o som [p] chega-se à formulação da palavra 'papai' com a apresentação de fotos de homens tiradas de revistas. O que acontece é que, depois de adulto, o deficiente auditivo continuará a se referir a todo homem que vir como 'papai'. Da mesma forma isso acontece com a figura do cachorro sendo denominado de 'Totó', a figura de um elemento de um conjunto, por exemplo maçã, sendo identificação de todo o conjunto das frutas, e assim por diante.

⁷ Alguns textos de alfabetizandos estão em anexo para exemplificar essa situação.

observadas para mostrar que outros trabalhos precisam ser desenvolvidos com relação à linguagem do deficiente auditivo e ao ensino.

Embora se esteja analisando a escrita dos deficientes auditivos, a questão principal desse estudo não deixa de ser o exame da competência do falante, apenas que, nesse caso, é a linguagem escrita que apresenta os dados da "performance", permitindo acesso à linguagem interna do falante para a verificação dos mecanismos sintáticos que estão presentes na produção e compreensão de estruturas lingüísticas pelo deficiente auditivo. Convém ressaltar que a linguagem do deficiente auditivo, ainda que patológica, pode mostrar caminhos que são percorridos pelo ouvinte para aquisição de sua linguagem.

Seguindo a colocação de GREGOLIN-GUINDASTE(1996:30), o sistema de desempenho pode acessar o mesmo corpo de informações que o sistema de competência. Sendo assim, ambos podem ser abordados sob o mesmo esquema teórico.

Dessa forma, esta pesquisa pode tomar o sistema da escrita para ter acesso à competência lingüística. Isto parece ser permitido por pesquisadores da aquisição da escrita como ABAURRE(1990,1992), GÓES(1992) e MENDES(1994), que consideram o sistema de escrita um contínuo da linguagem oral. Para essas autoras, as especificidades da linguagem escrita são limitadas a fatores que não são propriamente de estruturas sintáticas, pois nesse ponto parece existir uma continuidade da linguagem oral no sistema escrito.

Mesmo reconhecendo que a escrita não é um sistema de transcrição da fala, os estudos de aquisição da escrita com ouvintes vêm mostrando que não é possível tratar esse sistema

com êxito sem levar em conta que o ouvinte se apóia em recursos da oralidade para desenvolver a linguagem escrita. GÓES, a esse respeito, observa que "há uma expectativa de que o trabalho com a linguagem escrita ajude o surdo no domínio da modalidade falada (possivelmente na leitura labial, na articulação melhor dos sons da palavra ou mesmo na construção de enunciados)". (GÓES,1992:116)

A partir dessa perspectiva, é possível colocar que as dificuldades apresentadas na escrita do deficiente auditivo podem ser indicadoras de uma hipótese mais abrangente, segundo a qual a linguagem de sinais e a linguagem oral estão refletidas nas produções escritas. Portanto, é possível analisar a competência sintática dos portadores de deficiência auditiva via essa modalidade da linguagem.

2.1 METODOLOGIA

A primeira análise de textos dos dados lingüísticos dos deficientes auditivos, como exposto, aconteceu com os textos produzidos no vestibular da UFPR de 1995. Esses textos formam um conjunto de sete produções de onde foram extraídas 128 sentenças para a verificação da ocorrência ou não de categorias funcionais. Dos sete candidatos que participaram do vestibular nesse ano, quatro tinham um nível de surdez profunda bilateral e os outros três, surdez moderada ou moderadamente severa⁸.

Para as produções de textos nas escolas escolhidas, uma oralista e outra bilíngüe, decidiu-se por selecionar apenas aqueles produzidos por deficientes auditivos que apresentassem surdez congênita profunda bilateral, procurando, dessa maneira,

⁸ A diferenciação dos níveis de surdez está apresentada no primeiro capítulo no item 1.1.

evitar a contaminação com dados de portadores de surdez leve, moderada ou severa que, provavelmente, têm uma parametrização da linguagem mais próxima dos ouvintes.

No início do trabalho, havia uma perspectiva de que a diferença nos níveis de escolaridade provocassem diferenças na parametrização das categorias funcionais, por isso foram selecionados textos de todas as séries do primeiro e do segundo grau. Contudo, após uma verificação preliminar, observou-se que as diferenças se davam com relação à idade e a diferença de nível de escolaridade não foi considerada.

Essa observação foi possível porque as salas de aula de deficientes auditivos são totalmente heterogêneas em termos de idade. Os textos produzidos por alunos de uma mesma série apresentavam grande diferença, pois em uma sala de alfabetização, por exemplo, podem se encontrar alunos de sete a quinze anos, esses mesmos alunos podem ter iniciado suas vidas escolares aos dois ou aos quinze anos.

Em uma análise inicial dos dados, com a variável faixa etária, foram separados dois grupos de alfabetizandos - o primeiro de crianças com idade entre nove a onze anos e o segundo com alunos de doze a quatorze anos - para verificar se realmente essa variável mostraria diferenças nas produções, o que foi confirmado. Foram formados, então, três grupos por faixa etária para serem analisadas: o primeiro com crianças de nove a onze anos; o segundo, de doze a quatorze anos; e o último com alunos de quinze a vinte anos.

Os dados foram levantados nas escolas escolhidas com a presença do pesquisador que acompanhou as produções de textos, para evitar que os estudantes recebessem auxílio. Os temas propostos, bem como a forma de direcionamento das produções ficaram a cargo dos professores de cada turma, numa tentativa de evitar constrangimentos que impedissem os alunos de usarem sua linguagem com espontaneidade.

Na escola bilíngüe foram considerados 71 textos distribuídos da seguinte forma:

- a) 10 textos do grupo de alunos de nove a onze, anos dos quais foram extraídas 85 sentenças;⁹
- b) 34 textos do grupo de alunos de doze a quatorze anos com 252 sentenças extraídas;
- c) 27 textos do último grupo com uma produção de 221 sentenças.

Na escola oralista foram também coletados 71 textos, mas apenas 47 foram selecionados.¹⁰ Isso aconteceu porque as crianças escrevem de memória textos mostrados pelo professor - a ponto de os repetir indicando até a pontuação - mesmo que a proposta para a produção seja completamente diversa do que já foi visto por eles, ficando difícil para o aluno compreender o que é uma produção sua. Dessa forma, muitos textos não puderam ser considerados estatisticamente, por não representarem produções lingüísticas autônomas dos deficientes auditivos oralistas.

Apesar do número de textos entre as duas escolas ter ficado diferente, o número de sentenças não ficou tão distanciado, o que permite uma comparação entre as ocorrências das categorias funcionais na linguagem de sinais e na linguagem oral.

Os 49 textos selecionados da escola oralista estão assim distribuídos:

⁹ Nesse grupo, muitos textos não foram contados por não apresentarem nenhuma categoria funcional e também nenhum item lexical que pudesse ser identificado como verbo - condições necessárias para o reconhecimento de uma sentença neste trabalho - alguns desses textos estão em anexo no final deste capítulo.

¹⁰ A exclusão dos textos na contagem das categorias foi necessária devido ao método de encaminhamento do trabalho de língua que vem sendo aplicado por escolas oralistas da Argentina e que as escolas oralistas em Curitiba estão experimentando há mais ou menos um ano. Nesse encaminhamento, as crianças passam por memorização mecânica de textos chegando a uma "leitura" sem a presença da escrita. Essa é trocada por outros códigos que representam as categorias gramaticais empregadas nos textos, como: verbos, substantivos, conjunções, pronomes, preposições, adjetivos.

- a) 12 textos no grupo de nove a onze anos com 81 sentenças;
- b) 13 textos no grupo de doze a quatorze anos com 155 sentenças;
- c) 23 textos do último grupo com 217 sentenças.

Já no vestibular de 1996, prestaram exames oito alunos deficientes auditivos que produziram 40 textos, nos quais foram verificadas 358 sentenças. Desses oito alunos, cinco apresentam surdez profunda bilateral e três, surdez entre moderadamente severa e severa. Portanto, de um total de quinze candidatos deficientes auditivos, apenas nove têm surdez profunda, ou seja, 60% do *corpus*.

Terminada a seleção de cada sentença dentro de todos os textos coletados em todos os grupos, os dados encontrados foram computados em tabelas e gráficos organizados no quarto capítulo, que trata da análise de dados.

CAPÍTULO III A TEORIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as produções linguísticas do portador de deficiência auditiva, através da linguagem escrita, para investigar as suas construções sintáticas, principalmente no que se refere às flexões funcionais da língua.

Para tanto, faz-se necessário tomar os pressupostos teóricos da gramática gerativa que explicam questões envolvendo as categorias funcionais. Esse é o ponto de partida para que se possa examinar as representações sintáticas problemáticas para os deficientes auditivos e tentar explicar as ocorrências ou ausências dessas categorias.

Neste capítulo é apresentada uma análise do papel das categorias funcionais nas pesquisas gerativistas e, ao mesmo tempo, são examinadas as características dos elementos que fazem parte desse conjunto, como AGR, TNS e COMP. Em seguida, são levantadas algumas pesquisas que relacionam as categorias funcionais com a aquisição da linguagem por nortear o encaminhamento metodológico da análise dos dados realizada no terceiro capítulo.

3.1 AS CATEGORIAS FUNCIONAIS

Com o trabalho de FUKUI & SPEAS(1987), o estudo das categorias funcionais começou a ser aprofundado com a delimitação do que seriam essas categorias, ainda na perspectiva da teoria X'. Para esses pesquisadores, existe uma assimetria entre categorias lexicais e funcionais com relação à

projeção: categorias funcionais projetam para X", são limitadas por um especificador e um complemento; categorias lexicais projetam para X' e têm suas projeções limitadas pelo princípio de projeção e outros princípios independentes de licenciamento.

A partir dessa assimetria, FUKUI & SPEAS separam os conjuntos de elementos lexicais e funcionais com base nas seguintes características:

1 Elementos lexicais _ nome, verbo, adjetivo, preposição:¹¹

- a) têm características [$\pm N, \pm V$];
- b) têm grade temática como parte da entrada lexical;
- c) suas propriedades são mantidas em todos os níveis da sintaxe;
- d) têm valor semântico com designação de papel θ na estrutura profunda.

2 Elementos Funcionais _ DP, IP, CP:

- a) não produzem características [N, V];
- b) são projetadas do léxico com entradas lexicais independentes;
- c) todos os nós funcionais têm um especificador;
- d) não têm valor semântico;
- e) tomam um único complemento;
- f) designam Kase¹² na estrutura superficial;
- g) conectam as partes das sentenças.

A exigência de que as categorias funcionais projetam para x" prediz que na ausência dessas categorias haverá somente

¹¹ Para ABNEY (1986), preposição já é considerada uma categoria funcional, pois como COMP, as preposições tomam nós funcionais como complemento. Atualmente outros autores têm opinião semelhante, como DUBINSKY & WILLIAMS (1995) e GREGOLIN-GUINDASTE (1996), porém observam que nem todas as preposições se comportam como categorias funcionais.

¹² FUKUI & SPEAS (1987) introduzem o termo Kase para abarcar a designação de Caso pelas categorias lexicais e a designação de características F(funcionais) pelas categorias funcionais.

projeção x' . Essa consequência das postulações de FUKUI & SPEAS será discutida no item 3.2, que trata da aquisição da linguagem relacionada às categorias funcionais.

Com base nessa identificação dos elementos funcionais, algumas pesquisas têm sido desenvolvidas nos últimos anos com o objetivo de definir claramente as diferenças entre as categorias lexicais e funcionais. JAMAL OUHALLA é um dos estudiosos que tem se dedicado à tarefa de aprofundar os princípios apresentados por FUKUI E SPEAS. Suas postulações são importantes para nortear qualquer análise que se pretenda realizar sobre categorias funcionais. A exposição detalhada que faz dessas categorias é de grande valia para esta pesquisa e, por isso, sua proposta está resumida a seguir, acompanhada de uma visada paralela de como essa questão está apresentada nas versões pré-minimalistas.

OUHALLA(1991) afirma que a classificação das línguas - que tem sido realizada quase sempre em termos das propriedades dos elementos substantivos - não tem conseguido explicar as diferenças paramétricas¹³ entre as mesmas, sem ferir os princípios da gramática universal. Por isso, com base nos trabalhos chomskianos dos anos oitenta, o pesquisador propõe serem as propriedades idiossincráticas e a ordem das categorias funcionais do complexo verbal que determinam a variação paramétrica. Assim, as línguas seriam classificadas, por exemplo, em relação a ter AGR ou TNS inicial - a ordem desses elementos é que determinaria a ordem dos substantivos.

Nessa perspectiva, uma dada categoria funcional pode selecionar uma categoria específica em uma língua e uma diferente em outra língua, causando mudanças no arranjo da estrutura, mudanças essas responsáveis por aspectos

¹³ As especificidades das diferentes línguas são explicadas com base nos parâmetros. Segundo CERQUEIRA(1995), os parâmetros são um conjunto de opções que a GU torna disponíveis para cada língua poder formar suas gramáticas particulares

paramétricos da linguagem. Essa posição é retomada por URIAGEREKA quando ele esclarece que "Lexicon items divide between lexical and functional. Variation among lexical items do not affect the computations of C, but variations among functional items may affect C's computations." (URIAGEREKA, 1994:28)¹⁴

Para OUHALLA, são as categorias funcionais que exercem a posição de dar informações gramaticais. São elas que determinam a representação estrutural das construções e, também, os vários processos gramaticais que podem ocorrer. O sistema flexional, então, seria o conjunto de categorias funcionais com um número de propriedades lexicais associados a ele.

Para sustentar essa hipótese, OUHALLA desenvolve a distinção entre os elementos lexicais e funcionais comparando as características dos dois grupos. Essa distinção está resumida no quadro a seguir:

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CATEGORIAS LEXICAIS
têm 20 ou 30 membros	têm membros indefinidos no dicionário
não selecionam papel θ	têm grade temática (seleção semântica)
selecionam categorias sintáticas	não fazem seleção sintática
fazem seleção morfológica	é possível que tenham seleção morfológica

A primeira característica - também levantada por FUKUI & SPEAS - que diz respeito ao número de membros de cada classe

¹⁴ Na perspectiva minimalista, C é o sistema computacional que opera no arranjo de itens lexicais para produzir uma descrição estrutural. CHOMSKY(1993), URIAGEREKA(1994)

não é suficiente, segundo OUHALLA, para distinguir os dois tipos de categorias. A segunda, ter ou não a habilidade para designar papel temático - que para o autor é a habilidade de tomar argumentos - consegue diferenciar os dois grupos, pois apenas verbos, nomes, adjetivos têm essa propriedade.

Os verbos, por exemplo, exigem pelo menos um argumento na grade temática; os nomes e adjetivos parecem ter papel θ inerente, por derivarem de verbos e, ainda, os nomes que não derivam de verbos podem funcionar como cabeças de construções passivas em inglês, o que mostra que eles também pedem argumentos. Existe, porém, um conjunto de verbos que não tomam argumentos, portanto não designam papel temático: são os verbos auxiliares. Esses verbos não fazem seleção semântica, por isso, de acordo com OUHALLA, parece pertencerem às categorias funcionais.¹⁵

As categorias lexicais fazem, portanto, seleção semântica e não sintática. E é esta última, para OUHALLA, a responsável pela parametrização, ou seja, selecionar categorias sintáticas diferentes gera estruturas diversas nas línguas e essa tarefa cabe às categorias funcionais. Como exemplo, o autor demonstra que em línguas com ordem VSO (verbo, sujeito, objeto) TNS parece selecionar a categoria sintática AGR; já o contrário acontece em línguas SVO (sujeito, verbo, objeto), como o português, em que AGR aparece dentro de TNS.

Esse fato corresponde à análise dos dados dos deficientes auditivos, que mostra TNS sendo a primeira categoria a aparecer no plano de maturação na construção de estruturas das produções lingüísticas do mesmos, apontando para a existência de uma hierarquia na aquisição das cabeças funcionais e suas projeções, como propõe, entre outros, HAGIWARA (1995)¹⁶.

¹⁵ POLLOCK (1989) tem opinião similar no que diz respeito à não-seleção de argumentos pelos verbos auxiliares.

¹⁶ Essa questão é retomada com detalhes adiante, no item 3.2.1 e no capítulo de análise de dados.

A última característica, seleção morfológica, não pode ser tomada para identificar categorias funcionais e categorias lexicais pois, para OUHALLA, toda categoria que pode ser ligada a um antecedente tem seleção morfológica. Esta é uma propriedade que especifica a categoria natural a que um item pode adjuntar-se e, também, inclui informação se o item em questão é um afixo.

As categorias funcionais podem fazer seleção morfológica de duas formas: se forem livres, informando que a categoria em questão não é um afixo, não precisando adjuntar com uma outra; se forem ligadas, fazendo adjunção, como no caso de TNS em línguas em que essa categoria adjunta-se ao verbo.

A seleção morfológica também é responsável por algumas variações paramétricas. Uma categoria pode não ter uma natureza de afixo em uma língua, por exemplo; conseqüentemente, o processo de movimento relevante não se aplica, resultando em construções que são superficialmente diferentes, pelo menos com respeito à ordem das palavras.

OUHALLA coloca que a seleção morfológica parece aplicar-se apenas no nível da estrutura superficial, enquanto que as seleções sintáticas e semânticas devem ter suas propriedades satisfeitas em todos os níveis. Conforme URIAGEREKA(1994), quando a língua tem características morfológicas fortes, estas devem ser checadas¹⁷ em FF com movimentos sintáticos e, assim, a diferença paramétrica entre as línguas se dá pela 'força' dos morfemas que requerem movimentos.

Como as categorias funcionais e as categorias lexicais têm em comum a característica de fazer seleção morfológica, algumas propriedades que, à primeira vista, seriam lexicais

¹⁷ Na proposta minimalista todos os movimentos acontecem por exigência morfológica. Os nomes vêm com toda a morfologia pronta do léxico e devem mover-se por adjunção ou substituição apenas para checar, nos especificadores, suas características morfológicas - incluindo Caso e características sintáticas: Kase. CHOMSKY (1993), URIAGEREKA(1994)

aparecem em elementos funcionais. Essas características, de acordo com OUHALLA, são:

- a) características gramaticais em AGR (pessoa, número e gênero);
- b) características de caso em AGRs (+ nominativo) e AGRo (+ acusativo);
- c) características temporais associadas à TNS (\pm passado, \pm futuro);
- d) características Wh em COMP e Det (\pm Wh).¹⁸

Uma consequência natural da teoria da parametrização de OUHALLA, que associa parâmetros com elementos funcionais mais do que com princípios da GU, é que a variação paramétrica pode ser instanciada dentro da mesma língua. No português, por exemplo, parece haver uma parametrização morfológica fraca em uma dada variedade que não é pro-drop como a variedade culta.

Mais recentemente, CHOMSKY(1993) e URIAGEREKA(1994) propõem que todas as línguas têm uma estrutura derivacional comum e que as diferenças tipológicas relacionadas a ordem das palavras são consideradas fenômenos da FF. São resultantes de operações de algum processo de movimento, motivado pela interação entre FF e FL com as propriedades específicas das línguas, objetivando a interpretação plena.¹⁹

Com relação a isso, a proposta de OUHALLA sobre variação paramétrica com base na ordem das categorias funcionais

¹⁸ Essas características podem ser abrangidas por "Kase" imaginado por FUKUI & SPEAS, como já foi visto.

¹⁹ Neste aspecto, o princípio de projeção apenas prevê a seleção, no sistema computacional, de um item X do léxico que é o projetado para um marcador frasal em qualquer ponto da estrutura satisfazendo a teoria X'. Paralelamente, a operação de "spell out" estará ocorrendo no sistema computacional. Essa operação toma o conjunto dos marcadores frasais e os transpõe para a FF. AS regras de FF se aplicam, então, produzindo derivações convergentes ou não. Os processos computacionais prosseguem da mesma maneira em FL, podendo também convergir ou não. Não é possível ir da FF diretamente para FL, há primeiro um conjunto inicial para depois ocorrer "spell out" e, nesse ponto, mapeia-se a FF e a FL independentemente. (CHOMSKY,1993)

permanece sem alteração em seus fundamentos, pois está de acordo com essa perspectiva, que coloca a ordem das palavras como fenômeno da FF. Isso porque o autor deixa claro que seleção semântica e sintática devem ocorrer em todos os níveis da sintaxe e a seleção morfológica na estrutura superficial, ou seja, na FF.

Feita a apresentação das delimitações de categorias funcionais e lexicais realizadas nos últimos anos, observa-se na proposta de OUHALLA, uma abrangência maior das características dos elementos funcionais, o que permite explicar fatos lingüísticos, como a variação da ordem das línguas, com mais clareza e, ainda, essa caracterização pode ser ajustada e condizer com os princípios minimalistas.

Esses fatores mostram que o trabalho de OUHALLA é o que pode dar um melhor encaminhamento teórico para a análise das produções lingüísticas dos deficientes auditivos, uma vez que afiguram-se problemas com as categorias funcionais nessas produções. Para que essa análise seja assim dirigida, faz-se necessário que alguns itens com propriedades de elementos funcionais apontados por OUHALLA sejam discutidos aqui, bem como suas respectivas ordens estruturais em diferentes grupos de línguas.

3.1.1. INFL, AGR e TNS

Para a exposição dos elementos funcionais que são analisados nos dados dos deficientes auditivos no capítulo III, a começar por AGR e TNS, é necessário verificar como esses elementos têm sido considerados pelas pesquisas gerativistas, principalmente nos anos oitenta e noventa.

CHOMSKY(1986) sugere que o princípio da teoria X' deveria simplesmente ser estendido para as categorias funcionais e, assim, explicar características de INFL e COMP, que teriam projeção máxima, exatamente como as categorias lexicais. IP seria a projeção máxima de I e CP a projeção máxima de C. Teriam uma posição de especificador que seria a posição de sujeito em INFL e para receber WH em COMP, ambos selecionariam um complemento à direita. CP selecionaria IP e este um VP. Os complementos de CP e INFL seriam, portanto, uma projeção máxima.

ABNEY (1987) propôs uma exigência para o estabelecimento de uma relação especial entre uma categoria funcional e seu complemento, a qual chamou de F-seleção²⁰. O que essa exigência resguarda é que a característica de linguagem do complemento selecionado por uma categoria funcional deve concordar com a característica dessa categoria funcional. Um exemplo disso são as projeções de complementos com características(+N-V) para categorias com essa mesma formação.

Com o estabelecimento das projeções das categorias funcionais, POLLOCK(1989) assume INFL dominando dois elementos flexionais: AGR e TNS. Com isso, o movimento do verbo não acontece mais diretamente para INFL. Os movimentos curtos dos verbos se dirigem para AGR, assumido como uma categoria com sua própria projeção máxima em AGRP, que é o complemento de INFL. O complemento de AGR é VP. Cada uma dessas categorias tem seu especificador, bem como TNS.

AGR e TNS aparecem em todas as orações flexionadas. Suas presenças são necessárias para dar conta da designação de caso nominativo para o sujeito e flexão de tempo. Em orações infinitivas, INFL não marca TNS e AGR não aparece, por isso as orações infinitivas não têm sujeito lexical.

²⁰ Isso é retomado por CHOMSKY(1993) como sendo um membro de um conjunto de características do processo de checagem.

Essa questão é importante por dar algumas indicações para a ocorrência de infinitivos nas produções linguísticas dos deficientes auditivos. Por isso, esse assunto será retomado no item referente à aquisição de linguagem e às categorias funcionais e na posterior análise de dados no capítulo quatro.

Um resultado importante que POLLOCK consegue com sua ramificação de INFL diz respeito à variação paramétrica. Segundo ele:

Also pending further work on the structure of UG and its parameters, languages could in principle vary in the order of embedding of Agr and TP. In a similar spirit, it is plausible to assume that some languages could analyse their Agr as specifier of TP rather than its complement. (POLLOCK, 1989:384)

OUHALLA concorda que INFL é uma categoria sintática independente, no sentido da teoria X' , e que cada um dos elementos flexionais desse nó é assumido como cabeça, tendo suas próprias projeções máximas, pois isso explica alguns fatos da linguagem. Os elementos flexionais, segundo ele, seriam NEG, AGR, TNS, ASP, PASS.

Para OUHALLA, a ordem dos elementos em INFL difere de um grupo de línguas para outro e a ordem dos substantivos é determinada pela ordem das categorias funcionais que, por sua vez, é determinada pela propriedade de seleção sintática.

Confirmando a hipótese de POLLOCK(1989), OUHALLA mostra que TNS pode hospedar uma categoria movida, portanto só pode ser uma cabeça categorial. Além disso, TNS é independente de AGR, pois as duas categorias aparecem em complexos nodais diferentes. TNS e AGR têm, cada um, a sua própria projeção máxima. Uma proposição que OUHALLA discute para a separação de TNS e AGR é a distribuição dos VP advérbios em inglês e

francês. Em inglês AGR é fraco, em francês é forte. Em inglês, portanto, AGR não se junta ao verbo; em francês, sim.

OUHALLA(1990) assume que VP advérbio adjunta-se com VP ou TNS. Opcionalmente, TNS é uma categoria sintática independente que serve como processo para movimentos de verbos, como também para adjuntar advérbios. O autor exemplifica esse fato com as seguintes sentenças:

a. Paraitre souvent triste...
olhar frequentemente triste

b. Souven paraitre triste
frequentemente olhar triste (OUHALLA,1994:66)

Para garantir a diferença entre TNS e AGR, é preciso assumir que eles derivam estruturas diferentes. Um número de propriedades tipológicas recebe uma explicação natural se essas diferenças estruturais forem postuladas, principalmente com relação à ordem hierárquica das categorias funcionais. A diferença na estrutura deve ser colocada em termos de relação paramétrica no que concerne à propriedade de fazer seleção sintática.

Outra categoria que se distingue no caso de marcação de tempo no complexo verbal, segundo OUHALLA, é ASP. TNS e ASP podem ser separados como mais uma divisão dos elementos flexionais, pois aparecem em diferentes verbos. Quando há ASP, TNS adjunta-se ao verbo auxiliar; caso contrário, fica com o verbo principal. ASP é uma categoria gerada entre TNS e VP. Quando os três elementos AGR, TNS e ASP aparecem adjuntados ao verbo principal, o complexo é derivado por movimento cíclico do verbo para AGR.

O movimento cíclico, exposto por OUHALLA, condiz com as propostas gerativistas mais recentes, as quais exigem que as

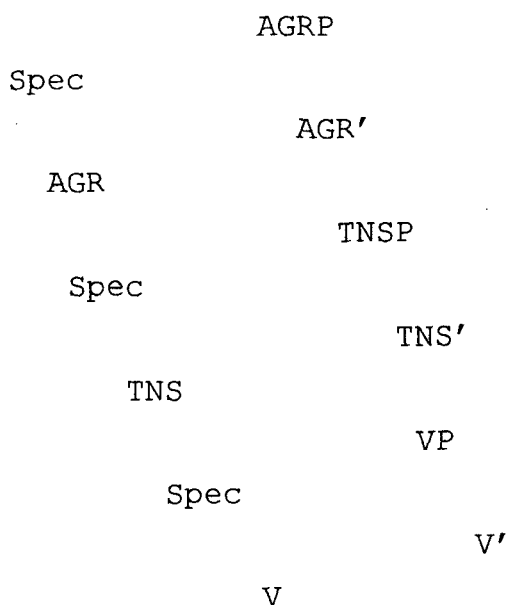
derivações que envolvem passos desnecessários sejam excluídas, porque o movimento não é motivado. Conforme CHOMSKY(1993) e URIAGEREKA(1994), movimento é sempre motivado para satisfazer as exigências morfológicas e, quando acontece, a derivação mais econômica exclui a derivação mais custosa. Por isso, o movimento que opera pela formação de cadeia, que ocorre com passos mais curtos na derivação, é considerado mais econômico.

TNS faz seleção morfológica de categorias verbais, no sentido de que pode somente adjuntar-se a verbos. Conforme OUHALLA, em línguas em que TNS adjunta-se à negação é porque NEG tem características verbais. Essas características apresentadas por TNS e AGR são cruciais para a hipótese de OUHALLA, pois as línguas tendem a se dividir em dois grupos, dependendo da produção de AGR dentro ou fora de TNS. Parece haver uma correlação entre a ordem de AGR e TNS e a posição de superfície do sujeito.

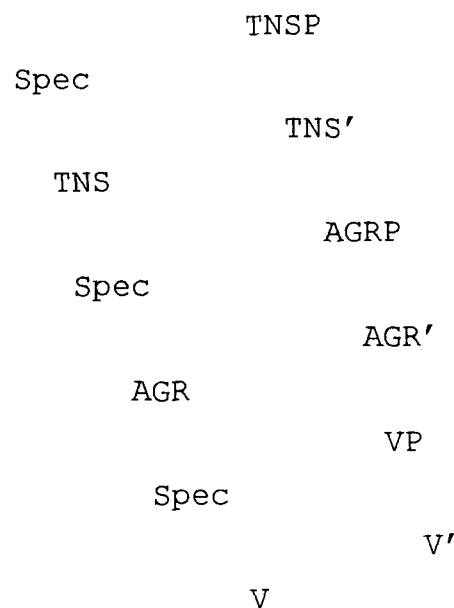
OUHALLA assume que o sujeito temático das sentenças é gerado na base, na posição de especificador de VP, que é a posição de argumento externo do verbo. AGR, então, governa e designa caso para o sujeito, lembrando que qualquer categoria estará coindexada com seu especificador somente se ele contiver características que concordem com as características desse especificador. Em línguas em que AGR está dentro de TNS, o sujeito aparece dentro do verbo. Línguas em que AGR está fora de TNS, o sujeito aparece fora do verbo. Em francês e italiano, por exemplo, AGR está fora de TNS, ao contrário do árabe.

As estruturas representadas a seguir mostram que em línguas VSO, AGR está dentro de TNS, enquanto em línguas SVO, AGR está fora de TNS.

a. Línguas SVO



b. Línguas VSO



Com a estrutura 'a', o sujeito ocupa o especificador de AGRP após V mover-se para AGR na forma lógica e derivar uma ordem em que o sujeito precede o verbo, que é a ordem típica de línguas com AGR fora de TNS. Na estrutura 'b', que representa as línguas VSO, o verbo move-se para TNS e deixa o sujeito atrás no especificador de AGRP ou no especificador de VP. Isto também acontece com as orações encaixadas. Nas palavras de OUHALLA:²¹

²¹De acordo com a proposta de CHOMSKY(1993), no momento da inserção lexical no marcador frasal, o verbo já está flexionado por TNS e AGR. O movimento do verbo só acontece para checar, nos nós funcionais, suas características que devem estar de acordo com a flexão esperada para que, assim, a estrutura possa convergir. AGR, nessa proposta, tem sua coleção de características dividida entre AGRs para checar a concordância de sujeito e AGRo para checar objeto. Com relação à diferença entre língua SVO e VOS, nesse caso, é proposto que nas línguas VSO o verbo é projetado "overt" para AGRs enquanto o sujeito e o objeto projetam em FL, respectivamente para o especificador de AGRs e AGRo.

"To summarize the discussions so far, we have suggested a parametric difference between AGR-initial and TNS-initial languages involving the c-selectional properties of AGR and TNS. IN AGR-initial languages AGR c-selects TNS, while in TNS-initial languages the reverse relation is found. Given the constraint imposed by the GPP on the structural representation of lexical items, the immediate consequence of the difference in the c-selectional properties of AGR and TNS is a difference in the clause structure in the two groups of languages, where the difference concerns the hierarchical ordering of these elements." (OUHALLA, 1994:116)

Uma questão ressaltada por OUHALLA, com a divisão da posição de AGR e TNS, é a da formação do infinitivo. Conforme o autor, todas as línguas com ordem VSO dominante têm infinitivo flexionado por AGR, enquanto todas as línguas com ordem SVO dominante têm infinitivo não flexionado.

Isso pode ser explicado imaginando-se que sentenças infinitivas têm que ter uma realização sintática de TNS para que a proposição possa ser interpretada na forma lógica. OUHALLA expõe que em línguas VSO - cuja categoria TNS faz seleção sintática de AGR - AGR não pode falhar em sua projeção, para evitar a violação da propriedade de seleção sintática de TNS e, conseqüentemente, do princípio de projeção. Acontecendo uma falha de seleção sintática de AGR, as línguas com TNS inicial teriam infinitivos sem flexão.

Em línguas em que AGR não é selecionado sintaticamente por TNS, a projeção de AGR pode falhar e violar o princípio de projeção. Por isso, as línguas com AGR inicial têm infinitivos sem flexão.

Essencialmente, orações infinitivas são diferentes das orações flexionadas porque falham na categoria AGR. OUHALLA assume que em orações infinitivas os verbos não se movem além de TNS pela ausência de AGR. Essa hipótese parece ser confirmada pelos estudos de categorias funcionais na aquisição da linguagem, o que será discutido no item 3.2.

Como se observa, as diferenças entre as línguas SVO e VSO resumem-se na questão de AGR estar fora ou dentro de TNS. A

classificação tradicional que era feita com base na ordem dos elementos substantivos: sujeito, verbo e objeto passa a ser feita pela ordem das categorias funcionais. Para essa pesquisa, a questão da ordem paramétrica é relevante, pois os dados lingüísticos dos deficientes auditivos parecem confirmar a posição de OUHALLA com relação às línguas SVO terem AGR selecionando sintaticamente TNS.

3.1.2 COMP

Além de INFL, desdobrado em TNS e AGR, a categoria COMP também é analisada nos dados dos deficientes auditivos no quarto capítulo.²² Com a discussão anterior, no item 3.1.1, percebe-se que INFL, com suas características verbais, é essencial na sintaxe por sustentar as sentenças. COMP, por sua vez, é necessário para dar conta de movimento "Qu" e subordinação.

COMP, para OUHALLA(1991), é um elemento nominalizador. As estruturas lingüísticas têm um caráter verbal, que é determinado por TNS, tanto em línguas com TNS, como em línguas com AGR inicial. Todavia, uma oração pode funcionar como um argumento, que é uma propriedade das categorias nominais. Para isso, ela tem que ser nominalizada. Para OUHALLA, o processo de nominalização de uma oração é realizado pelo elemento COMP, que tem característica [+N] e é o nó mais alto na estrutura da sentença. Uma das proposições que o autor levanta para discutir

²² Na análise dos dados verifica-se que os deficientes auditivos têm também dificuldade com NEG, DET, PASS, ASPEC e PREPOSIÇÃO. O problema com essas categorias é apenas apontado, pois uma análise profunda das mesmas pode compor um outro trabalho.

o caráter nominal de COMP é o fato deste elemento não aparecer com gerúndio e com infinitivo na língua inglesa.²³

COMP, como sustentador de categorias nominais, difere de outras categorias funcionais, pois sua posição estrutural passa a ser determinada por suas funções gramaticais como nominalizador, de acordo com os princípios da teoria X'. Contudo, para OUHALLA, isso não implica que o elemento COMP falhe na propriedade funcional de fazer seleção sintática, uma vez que o conjunto de categorias que pode seguir imediatamente a COMP é limitado, resumindo-se em AGR, TNS e NEG - dependendo da ordem dessas categorias na estrutura da língua. Não há, portanto, razão para excluir COMP do elenco de categorias funcionais, pois ele não exerce qualquer restrição de seleção com relação às categorias que o seguem. Seu status não fica indeterminado, já que categorias funcionais podem falhar em uma ou outra característica funcional, como está exposto no item 3.1.

Sob a determinação de COMP, como categoria funcional, estão as derivações de construções com os vocábulos interrogativos e pronomes relativos, isto é, os elementos QU. No início da teoria gerativa, essas derivações processavam-se com o deslocamento de um elemento *Qu* para o início da sentença, ocorrendo uma substituição de COMP pelo sintagma *Qu*.

Pelo fato de haver línguas em que ocorrem simultaneamente o sintagma *Qu* e o complementizador - como é o caso do português -, CHOMSKY (1977) propôs uma regra de adjunção à esquerda de COMP (LOBATO, 1986). O argumento a favor dessa proposição é o fato de o sintagma *Qu*, nessas línguas, ocorrer à esquerda do

²³ Em português essa questão é diferente, pois é possível a presença de COMP com infinitivo e até mesmo com gerúndio. Observem-se os exemplos:

- a) Por que ir embora tão cedo?
- b) Ele disse para Maria que estar ali seria impossível.
- c) Eu acho que digitando é mais rápido.

complementizador. Este princípio recebeu a denominação de Universal de Deslocamento de Sintagma *Qu*. Entretanto, quando há um deslocamento de *Qu*, existem algumas restrições, como a coocorrência sucessiva de dois complementizadores (*que que, *que se, *se se) ou de dois sintagmas *Qu* dentro do mesmo complementizador (*onde que, *quem quando, ...), sendo somente possível obter a coocorrência de um sintagma *Qu* com um complementizador, nesta ordem:

- a) Quem que chegou?
- b) Quê que ele quer?
- c) Onde que ela está?
- e) Ela sugeriu que traje que fica melhor?

Por causa dessas construções, o deslocamento de *Qu* passa a ser explicado por regras cíclicas que, na verdade, são deslocamentos que se processam sucessivamente ciclo por ciclo, da sentença mais encaixada até a sentença raiz e não mais por simples substituição de COMP.

Com relação a esses movimentos, é preciso observar que quando há deslocamentos cíclicos sucessivos de *Qu* numa derivação, faz-se necessário levá-lo para o COMP apropriado. Essa correlação pode ser captada com o uso do traço [$\pm Qu$] como um traço abstrato, tal que [$+Qu$] se associa aos complementizadores interrogativos e [$-Qu$] aos não interrogativos. Isso significa que o traço [$+Qu$] acontece em orações interrogativas (diretas e indiretas) e o traço [$-Qu$] em orações relativas e nas substantivas introduzidas por 'que'. Um sintagma deslocado deixa na sua posição de origem um vestígio automaticamente coindexado com o mesmo.

Devido às investigações com elementos *Qu*, as línguas passam a ser divididas entre as que têm movimento de *Qu* e as

que não têm. Em línguas como o chinês e japonês, o elemento *Qu* de uma oração interrogativa ocorre na posição argumental, que corresponde a sua função gramatical básica, isto é, *in situ*, não indo para a posição de COMP. Por esta razão, o movimento de *Qu* nestas línguas se dá na FL.

Essa possibilidade teórica acontece a partir da proposta de CHOMSKY(1977), a qual estabelece que as palavras *Qu* sejam tratadas na FL como quantificadores que ligam uma variável, pois, semanticamente, os morfemas interrogativos se assemelham a quantificadores existenciais.

Sabe-se que na teoria gerativa a restrição do número de transformações assume papel importante, por isso CHOMSKY(1993) sustenta que os operadores *Qu* projetam para checar sua morfologia no domínio de checagem de COMP, isto é, fazendo adjunção no especificador de COMP. O movimento de verbos auxiliares também acontece para COMP, em inglês, para checar suas características. O movimento cíclico permanece com a formação de cadeias seguindo a interação de FF e FL, como já foi visto anteriormente.

Sendo assim, a questão de COMP ser ou não categoria funcional parece estar resolvida, pois ele serve como lugar de pouso para checagem morfológica e, como mostra OUHALLA, seleciona sem restrição outras categorias sintáticas.

3.1.3 PREPOSIÇÃO

Os estudos sobre a preposição ainda são escassos e a classificação dessa categoria com base em suas características precisa ser aprofundada. Contudo, trabalhos com agramatismo têm dado algumas indicações do comportamento desses elementos,

permitindo que se apontem algumas questões sobre a construção de estruturas preposicionadas pelo deficiente auditivo.

OUHALLA(1991) diz que são conflitantes as opiniões sobre se as preposições designam ou apenas transmitem papéis temáticos que seriam, na realidade, designados por elementos substantivos. Dependendo da resposta a essa questão, a classificação das preposições recai em grupos diferentes, ou como elemento funcional ou como elemento substantivo. O autor não aprofunda a discussão, mas cita o trabalho de RIZZI(1985) e GRODDZINSKY(1990), que argumentam pela existência de dois grupos diferentes de preposições. Isso devido a pesquisas com agramatismo que identificaram a omissão de alguns tipos de preposições que parecem não designar papel temático, assim como as categorias funcionais.

GREGOLIN-GUINDASTE(1996), em sua análise realizada com um paciente agramático, aponta, a partir de dados empíricos, que as preposições se comportam diferentemente nas produções de seu paciente. Estabelece, então, a existência de algumas preposições que são categorias funcionais e outras que são categorias lexicais. Segundo a autora, as preposições funcionais são problemáticas para o agramático.

A dificuldade com preposições também é observada nas produções linguísticas dos deficientes auditivos e, por esse motivo, é apresentada na análise de dados do quarto capítulo, porém não há nessa apresentação, a intenção de estabelecer quais são as preposições que se comportam como categorias funcionais. Apenas se faz uma amostragem das ocorrências desses elementos.

As categorias funcionais apresentadas neste capítulo foram selecionadas por serem de grande importância na teoria da aquisição da linguagem. Considerável ênfase tem sido dada para o entendimento das propriedades de INFL, AGR, TNS e COMP, entre outros itens que pertencem ao conjunto das categorias

funcionais; isso porque eles podem ajudar no entendimento dos primeiros estágios da aquisição da linguagem. Os estudos sobre o sujeito nulo na aquisição, por exemplo, são centrados em torno das propriedades de INFL e têm indicado muitas explicações para o processo de fixação dos valores paramétricos.

Pesquisas sobre aquisição de linguagem com esse direcionamento, isto é, análise das propriedades das categorias funcionais, têm sido realizadas por pesquisadores como RADFORD(1989), GUILFOYLE e NOONAM(1988), TSIMPLI(1991) e PLATZACK(1990). Seus trabalhos partem do princípio de que no início do desenvolvimento lingüístico, as crianças não apresentam, em suas produções, categorias funcionais. Como esse fato está presente nas produções dos deficientes auditivos, algumas postulações desses autores são apresentadas no item a seguir.

3.2 A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E AS CATEGORIAS FUNCIONAIS²⁴

Algumas pesquisas sobre aquisição de linguagem têm sido realizadas a partir da Hipótese da Maturação das Categorias Funcionais e entre essas pesquisas estão as realizadas por GUILFOYLE & NOONAM(1988) e TSIMPLI(1991). Os resultados das investigações dessas autoras são paralelamente apresentados aqui, pois essa hipótese tem especial importância para a análise das produções lingüísticas na aquisição da escrita do deficiente auditivo.

²⁴ Alguns dos autores selecionados para essa discussão também estão resenhados em GREGOLIN-GUINDASTE(1996), para explicar a reaquisição hierárquica de categorias funcionais em um caso de agramatismo.

Essas investigações traçam um histórico sobre as hipóteses que têm sido levantadas nas pesquisas de aquisição de linguagem, no âmbito da proposta teórica da sintaxe gerativa. São analisadas neste histórico três hipóteses centrais : "Continuity Hypothesis", "The Maturation Hypothesis" e "The Structury Building Hypothesis"²⁵.

A Hipótese da Continuidade tem sido analisada por pesquisadores como PINKER(1984), HYAMS(1986-1987) e GOODLUCK (1986), que são apontados por GUILFOYLE & NOONAM(1988) e TSIMPLI(1991). Esta hipótese sugere que a criança passa por diferentes estágios durante a aquisição da linguagem. Cada um dos estágios é determinado pela Gramática Universal. O que motiva a mudança de um estágio para outro é o dado 'gatilho' que é percebido no ambiente da linguagem e está de acordo com a GU. Esses dados fazem com que a criança reestruture a sua gramática.

Essa reestruturação acontece quando a criança assume um conjunto de parâmetros ainda não marcados, passando depois para um conjunto de variantes paramétricas marcadas em sua língua. A passagem de um estágio a outro depende totalmente dos dados que devem estar à disposição para o "input" da criança.

Segundo TSIMPLI e GUILFOYLE & NOONAM, esta hipótese não permite a explicação de pontos importantes do processo de aquisição como:

- a) De que maneira a criança identifica quais dados ou conjuntos de dados, no ambiente, são importantes para serem "gatilhos"? Qual a natureza desses elementos que provocarão a mudança na gramática?

²⁵ TSIMPLI se refere a esta última apenas como Hipótese da Maturação das Categorias Funcionais.

- b) Os dados estão disponíveis em todos os estágios da aquisição. Por que as crianças só passam a dar atenção a eles em um certo momento, tendo-os ignorado até então?
- d) Por que certos elementos e não outros servem como dados?

Esta hipótese - explicam as autoras - envolve uma noção de maturação ou mudança perceptual que não é explicada em seus pressupostos.

A Hipótese da Maturação é desenvolvida por estudiosos como BORER & WEXLER(1987), FELIX(1984-1988) e MANZINE(1987). Nesta hipótese é sugerido que a passagem de um estágio a outro, durante o processo de aquisição de linguagem, é dirigida não pelos dados 'gatilhos', como proposto na Hipótese da Continuidade, mas sim pela 'maturação'.

Assim como a criança matura fisicamente, os princípios que compõem a gramática também maturam. Cada vez que um novo princípio emerge, 'matura', a criança reorganiza a gramática de acordo com esse princípio. Dessa maneira, a gramática individual vai mudando porque princípios da GU, que não estavam disponíveis nos primeiros estágios da aquisição, tornam-se ativos e forçam uma interpretação particular da linguagem. Os fatores maturacionais inatos é que determinam, então, as mudanças. Neste caso, ao contrário da Hipótese da Continuidade, nem todos os princípios da GU estão disponíveis em todos os estágios da aquisição.

Tanto GUILFOYLE como TSIMPLI criticam essa hipótese por deixar em aberto as seguintes questões:

- a) devido à falta de alguns princípios da GU no início da aquisição podem ser produzidas "Wild Grammars". Como evitar a proliferação de muitas e diversas gramáticas? Como delimitar a Hipótese da Maturação? GUILFOYLE lembra que os

caminhos percorridos pelas crianças durante a aquisição são muito semelhantes e não geram diferentes gramáticas.

- b) a gramática das crianças não se encaixando dentro do conjunto das línguas humanas está ferindo o inatismo.
- c) como um princípio pode maturar?

A Hipótese da Construção Estrutural para estudos sobre a aquisição da linguagem é, então, proposta por GUILFOYLE, TSIMPLI e NOONAM.

Para essa hipótese, é essencial a distinção entre categorias lexicais e funcionais. Como referência para essa distinção, os trabalhos de FUKUI & SPEAS(1986) e ABNEY(1986) são revistos por GUILFOYLE & NOONAM. TSIMPLI, por sua vez, faz a distinção entre as duas categorias a partir do trabalho de OUHALLA(1991), que também é tomado aqui para a análise da aquisição das categorias funcionais nos deficientes auditivos e que, na realidade, não foge aos princípios estabelecidos por FUKUI & SPEAS, apenas os amplia - como exposto, resumidamente, no item 3.1.

A Hipótese da Construção Estrutural das categorias funcionais prevê que nos primeiros estágios da aquisição somente as categorias lexicais estão presentes. As funcionais aparecem devido a um plano maturacional, embora todos os princípios estejam presentes desde o início, não havendo dessa forma violação da GU.

Com esta proposição, a aquisição da gramática apresenta diferenças paramétricas na estrutura gerada pela base, mas não no princípio que se aplica a essa estrutura, como acontece na postulação da Hipótese da Maturação.

GUILFOYLE & NOONAM argumentam a favor de que o processo de aquisição da linguagem acontece pela maturação das categorias funcionais, lembrando da linguagem telegráfica das crianças que produzem sentenças como:

- a) "Open toy box."
- b) "Oh horsie stuck."
- c) "John put dish." (GUILFOYLE & NOONAM, 1988-10)

Isso aconteceria, segundo os autores, porque na aquisição todas as instâncias de mova α são por adjunção. Os movimentos por substituição são impossíveis, por não haver lugar de 'pouso' para o elemento movido, pois as categorias funcionais permanecem no 'vácuo', isto é, ainda não emergiram.

Uma análise sob a perspectiva da Hipótese da Construção Estrutural pode explicar por que a criança falha em outros movimentos que envolvem substituição - ferindo o Princípio de Projeção ou o Critério θ -, como na construção de passiva (movimento de NP), movimento Wh e auxiliar, produção de PRO e pro, ordem das palavras.

Um rompimento do Princípio de Projeção, observado no início da aquisição, é a construção de sentenças sem sujeito - deixando os IPs sem sujeito. A predição que se faz a partir da Hipótese da Construção Estrutural para esse rompimento é que, nesse momento da aquisição, INFL ainda não emergiu, está no vácuo e não acontece flexão de concordância de sujeito, uma vez que não há ESPEC de IP, lugar de 'pouso' para o sujeito. Da mesma forma, a sentença não vai ter marca de tempo antes da emergência de TENS.

TSIMPLI aprofunda essa questão, mostrando que a disponibilidade de sujeitos nulos, no início da aquisição da linguagem, é consequência de uma parametrização pré-funcional. Os sujeitos na fala das crianças são realizações de **PRO**, pois esta categoria está disponível diretamente na GU. A categoria funcional AGR - que é a responsável pela fixação da posição de sujeito e pelo licenciamento de **pro** - ainda não emergiu da

sintaxe, por isso a ausência de sujeito não pode ser caracterizada como sujeito nulo.

Sujeitos nulos no adulto, conforme a autora, são o resultado da parametrização, ao contrário da linguagem da criança em que o sujeito ausente é resultado do cruzamento lingüístico disponível, dado que sua ocorrência é permitida pela GU, não sendo uma parametrização.

Esta explicação está de acordo com as pressuposições de GUILFOYLE & NOONAM(1988), que também consideraram a impossibilidade do movimento de NP na gramática da criança. Segundo as autoras, a não-realização desse movimento, por exemplo na formação de sentenças passivas, deve-se à ausência das categorias funcionais. O movimento de NP só é possível para uma posição θ não marcada no ESPEC de IP. Mas estando INFL ausente, o ESPEC de INFL também não emergiu, então o NP não tem lugar de 'pouso'. Da mesma maneira, a não-emergência das categorias funcionais INFL e COMP impedem os movimentos de Qu, modais, auxiliares e o movimento V2 no alemão²⁶.

As autoras conseguem chegar à formulação de uma ordem no surgimento das categorias funcionais a partir dos dados disponíveis na gramática das crianças. Esta ordem, ainda para ser submetida a maiores investigações, seria:

- a) INFL emerge antes de COMP;
- b) AUX, Wh e MODAIS aparecem depois de COMP emergir;
- c) DP emerge antes de IP.

A Hipótese da Maturação das categorias funcionais prevê, assim, que a aquisição da linguagem está associada

²⁶ Algumas línguas, como o alemão, apresentam um mecanismo que permite a construção de sentenças com o verbo sendo movido de INFL para especificador de COMP, que é uma posição argumental com características de TNS - já examinado no item 3.1.2. Línguas com essa característica são denominadas de línguas V2. (GUILFOYLE & NOONAM, 1988), OUHALLA(1991), (RIZZI, 1992).

exclusivamente com a maturação das categorias funcionais que estão no 'vácuo'. Os princípios da GU, no entanto, estão disponíveis em todo o processo do desenvolvimento lingüístico. As categorias lexicais emergem antes das categorias funcionais e isto pode ser comprovado com a observação de que as línguas variam no conjunto e nas propriedades das categorias funcionais, bem como na observação da importância dos elementos lexicais no início da aquisição, quando há uma representação pura da Teoria θ .

A exigência de que as línguas variam no inventário das categorias funcionais implica que os dados 'gatilhos' exercem uma função na emergência das categorias funcionais. Porém deve-se fazer uma distinção entre a função desses dados no aparecimento de uma categoria funcional individual e a função de estabelecer as propriedades parametrizadas daquelas categorias. É possível dizer que, enquanto dados de maturação e "input" são relevantes para a emergência de categorias funcionais, somente os dados - "input" - são importantes para estabelecer as propriedades dessas categorias.

Assim, o mecanismo de 'gatilho' é necessário para estabelecer um parâmetro. A criança passa de um ponto particular no esquema de maturação e então é capaz de perceber a categoria funcional no "input".

Portanto, o que matura é o conceito de categoria funcional, ou seja, a propensão para projetar cabeças funcionais na estrutura frasal. A aquisição dessa categoria é, desse modo, atribuída à emergência da gramática funcional e a evidências vindas dos dados "input".

Além de TSIMPLI, GUILFOYLE & NOONAM, outro pesquisador a investigar a aquisição da linguagem e a emergência das categorias funcionais é PLATZACK(1990). Em seu trabalho, o autor apresenta evidências empíricas para a hipótese da

inexistência de categorias funcionais no princípio da aquisição. Sua pesquisa, realizada com o Swedish, mostra que crianças com mais ou menos três anos têm suas produções formadas com sujeitos e os verbos ocorrem dentro dos limites de VP. O pesquisador também observa que a aquisição de flexão, efeito V2, e a de orações subordinadas se dá mais ou menos ao mesmo tempo. Isso porque a flexão é pré-requisito para a aquisição de subordinadas e V2.

PLATZACK toma como base para suas predições a hipótese de RADFORD(1989), a qual sugere que as estruturas das sentenças, na aquisição, se parecem com a "small clauses"²⁷ do adulto. Essa sugestão está de acordo com a proposição de LEBEAUX(1989), que aborda a fala telegráfica da criança como sendo uma pura instanciação das relações θ .

As propriedades do inglês, defendidas por RADFORD(1989) para a existência de "small clauses" no início da aquisição, caracterizam-se pela:

- a) ausência de COMP;
- b) não-realização do movimento de inversão de auxiliares;
- c) não-apresentação do movimento de Wh;
- d) não-produção de infinitivo "to";
- e) ausência de auxiliares modais;
- f) omissão da partícula de negação;
- g) falta de marcação de tempo;
- h) ausência de concordância;
- i) não produção de sujeitos nominativos;
- j) opção em falhar livremente na construção com sujeito "overt";
- l) possibilidade de não-aparecimento do nó VP;

²⁷ "Small clauses" são aquelas orações construídas pelas categorias lexicais, lembrando que para CHOMSKY(1986) e STOWELL(1981) as "small clauses" não apresentam COMP e INFL.

m) construção de orações independentes infinitivas.

Esses apontamentos de RADFORD são importantes para a análise dos dados neste trabalho, pois podem ajudar a demonstrar que a construção da estrutura lingüística dos deficientes auditivos não difere da construção de crianças ouvintes, a não ser pela emergência mais tardia das categorias funcionais.

PLATZACK analisa, então, as propriedades levantadas por RADFORD e percebe que a seqüência de palavras faladas pelas crianças pode ser descrita dentro dos limites de VP, não devendo ser consistente o uso de verbos flexionados nesse estágio. Além disso, TNS, que é assumido como sendo originado em INFL e também em COMP, não pode ser encontrado nas produções das crianças, pois para que isso aconteça é necessária uma inversão resultante de movimentos de um VP para COMP que, segundo RADFORD, está ausente nesse período.

Porém nem RADFORD, nem PLATZACK levam em consideração a variação paramétrica da ordem das categorias funcionais como apresentadas por OUHALLA(1991) e, ainda, não tomam conhecimento da aquisição hierárquica dessas categorias²⁸, o que pode explicar os casos com presença de TNS no início da aquisição - como acontece nos dados dos deficientes auditivos discutidos no capítulo a seguir.

Ainda devido à ausência de COMP, PLATZACK notou que não há orações subordinadas na fala das crianças, pois essas são introduzidas por um complementizador que é uma categoria de COMP. Outra observação do autor é que não existe nenhuma instanciação de sentenças Wh e nem de sujeito expletivo na aquisição do Swedish.

²⁸ A exposição da hipótese da aquisição hierárquica das categorias funcionais está apresentada no item 3.2.2.

Nos dados apresentados por PLATZACK, aparecem 61% de verbos flexionados, o que contraria a hipótese da não-disponibilidade das categorias funcionais. Mas PLATZACK explica que a forma flexionada pode ser apenas variante lexical dos infinitivos, sem função sintática. Conforme PLATZACK(1990), SLOBIN(1967) já havia indicado algumas formas flexionadas dessa maneira. No quarto capítulo essa questão é retomada para explicar as produções das formas flexionadas na terceira pessoa do singular do indicativo dos verbos 'ser' e 'ter', que apresentam grande ocorrência nas sentenças dos deficientes auditivos.

JORDENS(1990) também explica essas ocorrências de formas flexionadas como variantes lexicais dos infinitivos. Segundo o autor, o aumento de verbos flexionados é muito maior que todo o aumento do vocabulário verbal, proporcionalmente. Esse desenvolvimento é devido a um aumento de uso de verbos principais infinitivos com modais. Então o uso agramatical do infinitivo acontece porque a criança não sabe empregá-lo com modais e auxiliares.

JORDENS discute os 90% de uso correto de flexão que aparecem nos dados de PLATZACK como evidência para a aquisição do conceito de finitude. O autor observa que, no estágio inicial de aquisição, a criança não usa palavras funcionais como modais, auxiliares e complementizadores, porém, para JORDENS, isso não significa ausência de projeção para INFL e COMP.

Seguindo LUDIN & PLATZACK(1988), JORDENS diz que há verbos que se apresentam em sua forma flexionada já quando começam a aparecer na linguagem da criança. De acordo com o pesquisador, formas verbais que são sempre usadas com morfologia

flexionada estão em distribuição complementar com aquelas sempre empregadas com morfologia infinitiva. Então, o aumento de flexão, provavelmente, deve-se ao aumento de ocorrência de verbos que apresentam, exclusivamente, morfologia flexionada.

Com relação a essa distribuição complementar, os dados dos deficientes auditivos apontam - como está explicitado no capítulo quatro - para um percentual maior no uso de infinitivo gramatical quando diferentes verbos começam a aparecer. Mas as ocorrências gerais de infinitivo não sofrem grande alteração, como está discutido no capítulo quatro.

JORDENS ainda coloca que a gramática da criança é mais adequadamente caracterizada como uma gramática sem palavras funcionais. Por isso, para o autor, COMP é adquirido, mais ou menos, ao mesmo tempo que modais e auxiliares, por pertencerem à categoria de palavras funcionais. JORDENS observa que esses elementos não têm referente real no mundo; sendo assim, dificilmente ocorrem com força no "input" da criança, pois são difíceis de serem percebidos como partes de uma estrutura. Mas essa proposta parece não ser suficiente para explicar as produções lingüísticas dos deficientes auditivos que apresentam auxiliares com marca de TNS no início das construções de sentenças com categorias funcionais. Também não explica por que antes disso AGR não aparece nessas construções.

A hipótese de JORDENS de que no início da aquisição da linguagem há uma diferença na distribuição entre flexão e infinitivos tem que ser discutida com os dados dos deficientes auditivos.

Essa exposição dos trabalhos de aquisição da linguagem que consideram as categorias funcionais como pontos fundamentais de investigação já fornecem subsídios para que se

possa analisar os dados lingüísticos dos deficientes auditivos nessa perspectiva. Porém, para complementar essa análise, é apresentado, sinteticamente, no item a seguir, o trabalho de ATKINSON(1991), uma vez que esse autor aborda brevemente a questão da linguagem do deficiente auditivo, seguindo um direcionamento gerativista.

3.2.1 REFLEXÃO SOBRE UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO BASEADA NA HIPÓTESE DA MATURAÇÃO

Ao realizar um estudo da sintaxe da criança, ATKINSON(1991) apresenta rapidamente uma discussão sobre a maturação das categorias funcionais em deficientes auditivos e, embora esse autor investigue apenas a aquisição da linguagem de sinais, suas proposições trazem algumas questões que podem ser correlacionadas com os dados das produções escritas dos deficientes auditivos.

Por concordar com a hipótese da maturação das categorias funcionais, ATKINSON acredita que a parametrização deve ser construída como um processo de aprendizagem²⁹, no qual a criança trabalha com um conjunto de hipóteses contrárias entre si. Segundo o pesquisador, se o conjunto paramétrico é um processo de aprendizagem, o mesmo não pode ser dito sobre o desenvolvimento de princípios. Isso porque considera que não estando os princípios disponíveis imediatamente, é coerente dizer que eles maturam de acordo com uma determinação genética.

²⁹ ATKINSON(1991) usa o termo aprendizagem, ao invés de aquisição da linguagem.

Para ATKINSON, quando cuidadosas evidências lingüísticas estão disponíveis, as gramáticas das crianças são obrigatoriamente marcadas por princípios abstratos muito cedo. Conforme o autor, esse fato pode ser verificado em casos como o dos deficientes auditivos e explica isso segundo observação realizada por GOLDIN-MEADOW & GLEITMAN(1978), que está resumida a seguir.

Esses autores colocam que um exame das características do sistema gestual da comunicação desenvolvida por deficientes auditivos - os quais não recebem dados orais para "input" e cujos pais ouvintes não usam a linguagem de sinais - pode mostrar que o progresso que as crianças poderiam ter com a língua falada é inibido.

Sob essas condições, o deficiente auditivo cria um sistema gestual de comunicação, conhecido como 'sinais caseiros', com um conjunto de características identificáveis. Resumindo, os autores reconhecem duas categorias maiores de sinais nesse sistema: 'pontos', quando a criança aponta para algum objeto no ambiente, e a caracterização dos sinais que eram tipicamente 'mímicas'. Pontos podem ser identificados como argumentos e as mímicas como predicados. Além disso, as crianças combinam esses sinais dentro de produções, mostrando o fim e o começo de uma unidade estruturada. Assim, não somente há argumentos e predicação no sistema, como essas crianças fazem isso sem ter aprendido as características dos sistemas com seus pais.

GOLDIN-MEADOW & GLEITMAN(1978), conforme ATKINSON, observam que, depois dessa fase, o conteúdo das produções de sinais das crianças é remarcado similarmente como o dos ouvintes de 2 anos. Eles se comunicam sobre aqui e agora, usando um conjunto restrito de predicados com os argumentos interpretados em termos de papéis θ , como: agente, paciente,

objetivo e localização. Para os autores, o que essas crianças parecem estar fazendo é exteriorização da representação de predicados e argumentos estruturais internos de um jeito não convencional.

ATKINSON observa que a ordem regular desse início de uso da linguagem é baseada na posição que um sinal tende a ocupar na sentença para um tema particular. As crianças costumam ordenar os seus sinais por pacientes, atos e recipientes de uma maneira consistente em suas sentenças. As crianças deficientes auditivas têm ordem de sinais consistente, apesar da ausência de qualquer "input" lingüístico e, para o pesquisador, não há princípios lingüísticos trabalhando na determinação dessas ordens.

A esse respeito, os dados analisados no quarto capítulo divergem da postulação de ATKINSON, pois sugerem a existência de princípios lingüísticos na determinação da ordem da linguagem do deficiente auditivo. Justamente por esse fato é que a hipótese da maturação das categorias funcionais não dá conta de explicar as construções realizadas pelos deficientes auditivos. Já a hipótese da construção estrutural, que prevê a existência dos princípios básicos da GU, permite uma melhor interpretação dos dados de aquisição.

Trabalhando com a hipótese da maturação, ATKINSON sugere que um conjunto de opções pode estar disponível para a criança, capacitando-a a usar uma ou mais ordens de palavras antes dessa ordem ser requerida por conjuntos paramétricos em seus sistemas lingüísticos. O autor coloca que a criança deficiente auditiva aproveita um desses conjuntos, embora não esteja claro qual deles.

No entanto ATKINSON não percebe, como fica denotado na análise dos dados no quarto capítulo, que as crianças deficientes auditivas constroem suas estruturas com uma ordem totalmente permitida pela GU. Não aparecem, nos dados, construções desviantes ou que fujam das explicações encontradas

no estudos de sintaxe gerativa para as produções das crianças ouvintes. As crianças deficientes auditivas em nenhum momento criam uma ordem não lícitada e prevista pelos princípios lingüísticos da GU, pelo contrário, apresentam os mesmos passos que crianças ouvintes seguem até a parametrização de sua língua.

Um ponto importante levantado por ATKINSON e que parece ser confirmado pelos dados desta pesquisa, é o que trata da inexistência de categorias funcionais na linguagem de sinais caseiros. Contudo, sua explicação para esse fato se dá do ponto de vista da hipótese da maturação das categorias funcionais apresentada por RADFORD. De acordo com o pesquisador, pode-se esperar que as categorias funcionais também madurem para os deficientes auditivos, mas a partir de alguma outra tentativa de marcação na flexão morfológica.

Para isso, o autor assume que a exposição a dados lingüísticos primários é uma condição necessária para fixar parâmetros e que as categorias funcionais não têm valores fixos, ou seja, são inertes na gramática. Para ATKINSON, a criança deficiente auditiva, após receber evidências lingüísticas para o "input", não constrói a mesma estrutura que as crianças ouvintes.

Essa colocação não corresponde aos dados das produções dos deficientes auditivos aqui analisados, uma vez que esses mostram construções que seguem, em linhas gerais, as fases e propriedades das produções de crianças ouvintes, porém com uma parametrização tardia, como está explicitado no capítulo quatro.

Outra questão abordada por ATKINSON é a correspondência dos estudos de deficientes auditivos e os estudos que analisam o "motherese". Segundo o autor, crianças ouvintes parecem ser insensíveis às variações da língua materna exatamente naquele domínio em que as crianças deficientes auditivas parecem ser

capazes de criar um sistema comunicativo . Entretanto, em certos domínios limitados, a variação na fala maternal parece afetar o desenvolvimento de crianças ouvintes, enquanto que as crianças deficientes auditivas mostram poucas evidências de criar sistemas nesses domínios, que são exatamente aqueles das categorias funcionais.

Para ATKINSON, a descontinuidade na marcação das categorias funcionais, na emergência desse sistema, coincide com um conjunto de aprendizagens lingüísticas significantes que precisam tomar lugar. Esta aprendizagem - estabelecendo as propriedades das categorias funcionais pela fixação dos valores de parâmetros - pode ser facilitada ou inibida pelas características da gramática mirada e pela distribuição dos dados lingüísticos primários no ambiente da criança.

Nesse aspecto, a proposição de ATKINSON pode ser adequada à análise aqui realizada. O fato de os deficientes auditivos mostrarem pouca evidência em construir sentenças com categorias funcionais está presente nos dados. Porém não parece ser porque os deficientes auditivos são insensíveis a essas categorias, mesmo porque os dados apontam para a parametrização das mesmas. O que parece acontecer é que essas construções são tardias em relação aos ouvintes e, em grande parte, justamente por ter um "input" tardio é que a descontinuidade na marcação das categorias funcionais permanece.

3.3 A HIPÓTESE DA AQUISIÇÃO HIERÁRQUICA DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NO AGRAMATISMO³⁰

Além desta pesquisa tomar como base a proposta de variação paramétrica das categorias funcionais desenvolvida principalmente por OUHALLA(1991), a hipótese de construção estrutural apresentada por GUILFOYLE & NOONAM(1988) e TSIMPLI(1991) também delimita sua análise através da hipótese da hierarquia das categorias funcionais, para poder explicar, entre outras coisas, a descontinuidade na marcação das categorias funcionais, questão citada no item anterior.

A hipótese da existência de uma hierarquia das categorias funcionais na aquisição, proposta por HAGIWARA(1995), tem sido discutida por pesquisadores como FRIEDMANN & GRODZINSKI(1995), para avaliar o grau de severidade do agramatismo em afásicos e por GREGOLIN-GUINDASTE(1996), para explicar a reaquisição da linguagem no agramatismo, que tem como principal característica a ausência de categorias funcionais.

Algumas propostas têm surgido para tentar explicar essa ausência de categorias funcionais no agramatismo, mas é HAGIWARA(1995) quem observa as dissimilaridades entre as categorias funcionais com relação à disruptura das mesmas com base nos princípios de economia da teoria minimalista. Segundo o autor, na estrutura hierárquica da sentença, a posição mais baixa da cabeça funcional e sua projeção são mais acessíveis para o afásico agramatical.

HAGIWARA coloca que as categorias funcionais são igualmente interrompidas, os elementos que aparecem nas

³⁰ O agramatismo é um fenômeno de síndrome afasiológica, na qual apenas o nível sintático da linguagem é abalado. Para considerações mais profundas, examinar HAGIWARA(1995), REZNIK(1995), FREEDMAN & GRODZINSKY(1995) e GREGOLIN-GUINDASTE(1996).

posições mais baixas na hierarquia das estruturas tendem a ser mantidos, enquanto aqueles situados mais acima, como COMP, são mais suscetíveis à omissão nos pacientes de agramatismo. Para o autor, a ordem de facilidade para acessar as categorias funcionais é a seguinte: NEG e sua projeção é mais acessível do que TNS e sua projeção, que, por sua vez, é mais acessível do que COMP e sua projeção.

Nesta visão, quanto mais severo o problema do paciente, menos projeções ele fará. Assim, os pacientes de agramatismo têm diferentes graus de acessibilidade para cada cabeça funcional. Em inglês, por exemplo, nenhum paciente analisado pelo pesquisador omitiu NEG com complementizador declarativo ou a flexão de TNS. Em adição, houve omissão de COMP, marca de caso genitivo, acusativo e nominativo. Além do inglês, também os dados do francês, italiano e japonês apontam para a presença de projeções funcionais mais baixas como NEGP, TNSP e AGRsP na linguagem dos agramáticos.

Conforme essa hipótese, as projeções funcionais mais baixas, TNSP e NEGP, são mais resistentes aos danos cerebrais; os elementos que são inseridos nas projeções mais altas, AGRsP e COMP, não estão disponíveis para esses pacientes.

A omissão de COMP permite ainda a HAGIWARA hipotetizar que, embora a estrutura gramatical seja plenamente mantida no agramatismo, incluindo COMP, essa cabeça funcional de alguma maneira é inacessível para seus elementos lexicais, mas a presença da estrutura permite que, em alguns casos, os pacientes consigam perceber sentenças boas, gramaticais, com COMP.

A proposição da hipótese da acessibilidade das cabeças mais baixas também prevê a existência de uma diferenciação entre pacientes em sua competência que pode ser prejudicada moderadamente ou levemente no reconhecimento de categorias funcionais.

A proposta de HAGIWARA é coerente com os princípios básicos do minimalismo, uma vez que a motivação para ordenar as categorias funcionais se dá em termos de custo computacional. O acesso às categorias mais baixas requer menos custo do que a projeção para as mais altas. A ordem das categorias funcionais é motivada independentemente por princípios de economia e necessidades empíricas.

HAGIWARA explica que provavelmente a operação *merger*, que é usada um menor número de vezes, resultando em uma estrutura mais econômica, é mais acessível para o afásico de agramatismo.

A partir da pesquisa com o agramatismo, HAGIWARA fornece indicações para a análise da aquisição da linguagem. O autor observa que da mesma forma que o agramático, as crianças adquirem os elementos de projeções mais baixas, como TNS e NEG, primeiro e as projeções mais altas, como COMP, por último. As crianças, hipoteticamente, também criam estruturas mais econômicas que são adquiridas primeiro, por exemplo: estruturas em que os movimentos preservam a relação canônica precedente são adquiridas primeiro porque sua aquisição é menos custosa. Sendo assim, estruturas cujo movimento não mantém a ordem canônica são adquiridas por último.

GREGOLIN-GUINDASTE(1996) nota que o paciente de agramatismo faz economia de DET(erminante), de flexão e complementizadores. Observa, ainda que o agramático conserva a ordem canônica da língua, constrói cadeias triviais locais, não conseguindo produzir cadeias complexas com saturação de categorias funcionais, o que o impede de compreender sentenças relativas. Segundo a autora, uma cadeia é melhor realizada pelo agramático se as ligações dessa cadeia ocorrerem com categorias lexicais ao invés de categorias funcionais.

Além da construção de cadeias depender do número de categorias funcionais envolvidas, a pesquisadora admite que a reaquisição dessas construções envolve uma hierarquia dos

elementos funcionais, como prevê HAGIWARA. Para GREGOLIN-GUINDASTE, os dados do agramatismo do português, apesar de mostrarem uma instabilidade tanto em AGR como em TNS, denotam uma tendência para a estabilização de TNS nas marcas de flexão que é anterior a AGR.

Essa questão pode ser associada à proposta que RESNIK(1995) faz ao comentar a hipótese de HAGIWARA. Para RESNIK, o tratamento das categorias funcionais deve se dar em consonância com a formação de cadeias e relações lexicais, isto é, em termos de checagem de características lexicais e morfológicas. RESNIK argumenta que as categorias funcionais que são pontos de checagem morfológica são mais difíceis ao paciente no agramatismo porque dependem da formação de cadeias.

Com relação ao deficiente auditivo, os dados direcionam também para a existência de dificuldade em construir cadeias com muitas categorias funcionais, como mostram HAGIWARA, FREEDMAN & GRODZINSKY, RESNIK e GREGOLIN-GUINDASTE com o agramatismo.

As postulações de HAGIWARA e GRODZINSKY, confirmadas por GREGOLIN-GUINDASTE, sobre as projeções mais baixas serem mais acessíveis na aquisição, corroboram a hipótese de OUHALLA(1991) sobre a existência de uma ordem paramétrica das categorias funcionais e, sobre o fato de que a ordem das línguas SVO teria TNS comandando AGR. Isso porque, segundo GREGOLIN-GUINDASTE, a aquisição de TNS pelo paciente afásico parece ser anterior a AGR, no caso da re aquisição das categorias funcionais no português.

CAPÍTULO IV A ANÁLISE

Os capítulos desenvolvidos até o momento mostram as diretrizes que são seguidas, nesta pesquisa, para que se possa desenvolver a análise dos dados lingüísticos dos deficientes auditivos, ou seja: a escolha dos sujeitos que formam o *corpus*, a metodologia e os pressupostos teóricos que norteiam essa análise. Antes, porém, de dar início à observação dos dados, faz-se necessário colocar algumas questões sobre a organização deste capítulo.

A apresentação da análise dos dados está organizada por escolas. Inicialmente, são apresentados os dados da escola bilíngüe, depois os dados da escola oralista. A análise das produções desta última escola pretende investigar os mesmos fatos observados na escola bilíngüe para que seja possível estabelecer uma comparação entre a aquisição de categorias funcionais por crianças que usam a linguagem de sinais e aquelas que não o fazem. Nas duas análises, os grupos foram divididos por idade, como indicado no item anterior.

Por último, são observados os dados de textos de vestibular, também com posterior comparação para confirmação ou não dos resultados observados nas amostras de textos das duas escolas.

O texto de análise está organizado primeiramente com a discussão do fato problemático que aparece nos dados. Quando necessário, apresenta-se, em seguida ao texto, uma tabela e, por fim, exemplos de sentenças produzidas pelos deficientes auditivos para mostrar as ocorrências do fato analisado. Ao lado de cada uma dessas sentenças, aparecem duas letras

maiúsculas que não precisam ser levadas em consideração pelo leitor, uma vez que são apenas indicações da catalogação dos nomes dos alunos.

Todas as tabelas têm a mesma orientação para leitura, mudando, é claro, o fato investigado. Na primeira coluna de todas as tabelas estão os três grupos de alunos divididos pela faixa etária:

- a) primeiro grupo: nove a onze anos;
- b) segundo grupo: doze a quatorze anos;
- c) terceiro grupo: quinze a vinte anos.

As demais colunas trazem as ocorrências das categorias funcionais analisadas. O número de ocorrências é apresentado dividido pelo total de sentenças, seguido do número percentual, por exemplo: 58/85 (68%) - indica que 58 ocorrências, da categoria funcional analisada, são encontradas em 85 sentenças selecionadas, ou seja, sessenta e oito por cento de ocorrências.

Para a análise dos dados dos alunos de vestibular são apresentadas duas tabelas, com o percentual de gramaticalidade das ocorrências de todas as categorias funcionais analisadas.

Como identificação de gramaticalidade, em todas as tabelas é usada uma abreviação de gramatical e agramatical, respectivamente 'G' e 'A'.

No final da análise de cada escola e dos textos do vestibular, são apresentados, a título de ilustração, gráficos correspondentes aos dados observados nas tabelas.

4.1 DADOS DA ESCOLA BILÍNGUE

Observando os textos escritos dos deficientes auditivos no início do processo de alfabetização, o que mais chama atenção - mesmo com produções que repetem dados cartilhescos - é a total ausência de flexão³¹. E como a intenção desta análise é investigar a emergência das primeiras categorias funcionais na produção lingüística do deficiente auditivo, esses textos iniciais não são quantificados, uma vez que não apresentam nenhuma flexão.

Porém apesar de não quantificados no *corpus*, essa ausência de flexão confirma a postulação de RADFORD(1990), que define um estágio pré-funcional denominado léxico-temático. RIZZI(1992), em sua análise sobre a produção de sujeitos nulos durante a aquisição da linguagem, postula que os nós funcionais estão presentes na sintaxe da criança para dar conta da morfologia e da ordem dos elementos, mas assume, como RADFORD, que a representação sintática, na aquisição, é puramente lexical.

Segundo RIZZI, a criança, por volta dos dois anos, manifesta uma liberdade para omitir categorias funcionais como AUX, TNS e AGR, em construções não permitidas na linguagem do adulto. No ouvinte, segundo o autor, esse estágio acontece entre 18 e 24 meses de idade; no caso do deficiente auditivo, parece permanecer até uma idade em torno dos sete anos, como se observa nos textos em anexo.

Nas produções lingüísticas das crianças deficientes auditivas, a partir dos sete anos, o que chama a atenção é o grande uso de formas flexionadas dos verbos 'ser' e 'ter' na

³¹ Alguns textos com essas características estão em anexo para exemplificar a situação.

terceira pessoa do singular. MENDES(1994) também percebeu uma certa vacilação no uso desses verbos entre os deficientes auditivos, mas não apontou nenhuma explicação para tais ocorrências. Observe-se alguns exemplos dos dados aqui analisados:

- (1) pato tem pipa (GL 10 anos)
- (2) lápis é a titia (RI 10 anos)
- (3) O papai é Pepe (JL 10 anos)
- (4) A fruto é pipa (RD 11 anos)
- (5) O Eu tem um é pipa (RD 11 anos)
- (6) Eu tem muito Deus bonita (CS 13 anos)

Esse fato, em um primeiro momento, pode levar a uma interpretação errônea dos dados, pois dá indicações de que o deficiente auditivo apresenta flexão de AGR e TNS já no início de sua aquisição da linguagem. Porém, com um exame mais aprofundado dessa questão, verifica-se que deve estar ocorrendo, nesse momento, um uso de formas flexionadas que não têm função sintática, ou seja, formas que estariam funcionando apenas como variantes lexicais dos infinitivos, como sugere PLATZACK(1990), discutido no item 3.2.

RADFORD(1992) observou que crianças no início da aquisição do inglês usam o 'S indicativo de terceira pessoa do singular do presente do verbo "to be", mas, segundo o autor, as crianças nesse estágio não usam produtivamente essa flexão em raízes verbais fonologicamente realizadas, mostrando que INFL está ainda ausente de suas gramáticas.

Isso parece ser confirmado pelos dados dos deficientes auditivos, pois, quando as crianças começam a construir sentenças com flexão de TNS e AGRs, o número de ocorrência das formas 'é' e 'tem' diminui. A tabela 1 mostra os números dessas

ocorrências. Observe-se que, com o aumento da idade, as formas verbais 'é' e 'tem' diminuem:

TABELA 1 (Ocorrências de sentenças com verbos ser e ter)

Idade	Forma 'é'	Forma 'tem'	Total
9-10-11	58/85 (68%)	19/85 (22%)	77/85 (90%)
12-13-14	117/252 (46%)	74/252 (29%)	191/252 (75%)
15 a 20	48/221 (22%)	37/221 (18%)	85/221 (38%)

Nessa tabela, deve ser considerado que estão incluídas, dentro dos 32% de ocorrências dos verbos 'ser' e 'ter' do grupo de 15 a 20 anos, aquelas que realmente podem ser tomadas como realizando flexão de tempo e pessoa.

A diminuição do uso das formas 'é' e 'tem', nessa faixa etária, principalmente se esse fato for relacionado com o aumento do uso de outros verbos com flexão, como se observa adiante, parece corroborar a hipótese de que, no início da aquisição, o uso da terceira pessoa do singular dos verbos 'ser' e 'ter' não representa verdadeiras flexões com projeções de categorias funcionais AGRs e TNS.

Com o pequeno aumento do uso de verbos diferentes de ser e ter, surgem no "output" das crianças deficientes auditivas construções com verbos no infinitivo, em sentenças que deveriam receber marca de caso nominativo. Algumas dessas construções, nos grupos de 9 a 11 anos e de 12 a 14 anos, podem exemplificar o que ocorre:

- (1) brincar e novo (RD 10 anos)
- (2) correr e água (JL 11 anos)
- (3) comer e tatu (GL 11 anos)

- (4) correr pato (GL 11 anos)
- (5) comer filó (VL 12 anos)
- (6) comer você Desireé (DS 12 anos)
- (7) Ele pensar provas (AB 13 anos)
- (8) As crianças quer de brincadeira é legal (DD 13 anos)
- (9) correr você Kátia (KT 14 anos)
- (10) caixa pegar bom adidas (RB 14 anos)
- (11) Fazer quer tenho gosto (FG 14 anos)
- (12) Eduardo para com a pensar (FB 14 anos)
- (13) A correr é menino (EL 14 anos)

Note-se que as sentenças 1,2 e 3, selecionadas do primeiro grupo, de nove a onze anos, apresentam ainda a forma da terceira pessoa do singular do verbo 'ser' junto com o infinitivo de outros verbos.

Construções infinitivas como essas revelam, principalmente no primeiro grupo, a instabilidade de INFL. Como essa categoria, provavelmente, ainda não emergiu na linguagem dessas crianças, o verbo não tem lugar de pouso para projetar. E, estando INFL ausente, pode-se esperar que as categorias funcionais superiores na hierarquia estrutural também não tenham emergido. A ausência de COMP, por exemplo, da mesma forma que a ausência de INFL, pode ser comprovada pela falta de flexão de concordância do sujeito nesse período. Para tanto, basta considerar que, em línguas V2, COMP pode ser lugar de pouso para checagem de caso nominativo.

A tabela 2 mostra claramente como o número de ocorrências de infinitivo agramatical - isto é, infinitivo que ocorre em sentenças que deveriam receber flexão de TNS e AGR - diminui com o aumento da idade dos deficientes auditivos.

Tabela 2 (Ocorrência de Infinitivo)

Idade	Infinitivo gramatical	Infinitivo agramatical
9-10-11	0%	14/14 100%
12-13-14	26/34 76%	8/34 23%
15 a 20	15/28 54%	13/28 46%

Observe-se que no grupo de faixa etária inferior, nessa tabela, há 100% de ocorrência de infinitivo agramatical, além da grande ocorrência dos verbos 'ser' e 'ter', como já analisado. A construção de sentenças infinitivas gramaticais aumenta consideravelmente a partir dos doze anos, indicando a emergência de INFL após esse período.

Segundo GUILFOYLE & NOONAM (1988), as crianças tendem, no início da aquisição, a não projetarem os verbos para checagem de caso nominativo pela ausência de INFL e COMP, que estariam no 'vácuo' até a parametrização acontecer, devido a um plano maturacional de construção de estruturas. Pode ser que no caso da criança deficiente auditiva a maturação de construção de estruturas seja mais lenta, pois o gatilho para o "input" só será acionado tardiamente, como se percebe com os números da tabela 2, que registra um aumento no uso adequado de infinitivo. No entanto a gramaticalidade dessas ocorrências parece instável, pois fica em torno de 50% no deficiente auditivo adulto.

Essa questão das ocorrências de infinitivo no início da aquisição da linguagem é também investigada por JORDENS(1995). O autor observa que em Dutch as crianças passam por um estágio no qual infinitivos agramaticais são permitidos em sentenças principais.

WEXLER(1994, discutido por HYAMS(1995), propõe que esse fato pode ser generalizado em um grande número de línguas, durante uma fase chamada 'estágio telegráfico'. Essa fase corresponde à dos sujeitos nulos na aquisição do inglês, que não é uma língua com parâmetro 'pro drop'.

Para WEXLER, as formas infinitivas agramaticais resultam da opção que as crianças têm de projetar o verbo na FF para INFL, ao contrário da linguagem do adulto, em que essa projeção é obrigatória, tanto na FF como na FL. Portanto, WEXLER não postula a emergência de INFL, mas a opção de não projetar para essa categoria na FF.

Aprofundando essa proposta, HYAMS(1994) apresenta uma proposta de subcategorização de INFL para explicar os infinitivos na aquisição da linguagem. Segundo a pesquisadora, quando INFL está subespecificado, o verbo não projeta para esse nó e, então, ocorre um 'PRO'. Quando INFL está especificado, o verbo flexionado é inserido no marcador frasal, que deve projetar para INFL e checar suas características morfológicas. Essa proposta, embora veja a fase de produção de infinitivo como uma construção de PRO, assim como GUILFOYLE & NOONAM(1988) e RADFORD(1990), propõe, diferentemente desses autores, uma subspecificação de INFL para checar suas características morfológicas e não a ausência de projeções funcionais.

O problema com a proposta de HYAMS é que a autora não explica como se dá a subespecificação de categorias funcionais; apenas coloca que tal processo é resultado dos diferentes sistemas pragmáticos dos adultos e das crianças.

Essa resolução parece ferir os princípios chomskianos sobre a existência de um núcleo gramatical, pois se a projeção para INFL depende de sistemas pragmáticos diferentes, não está seguindo os princípios da gramática universal que determinam essa projeção. Não é possível saber, com essa proposta, quando a criança percebe o sistema do adulto que, na realidade, está presente todo o tempo durante a apresentação de dados para

"input". Com a criança estruturando uma gramática diferente da do adulto, pode acontecer uma proliferação de gramáticas, embora a língua a ser parametrizada seja a mesma dos adultos.

Por essa razão, a proposta dos autores que trabalham com a emergência das categorias funcionais, através de um plano de construção das estruturas lingüísticas, previsto pelos princípios básicos da GU, parece explicar melhor a ausência das projeções funcionais na estrutura frasal do deficiente auditivo.

Com essa perspectiva de construção estrutural, prevista pela Gramática Universal, é possível mostrar a emergência das categorias funcionais nas produções lingüísticas do deficientes auditivos e verificar que, embora tardias, essas emergências seguem as mesmas etapas que se apresentam na aquisição da linguagem das crianças ouvintes.

Esse fato é confirmado, por exemplo, pela emergência de TNS, logo após a fase de construções com infinitivos agramaticais, observando que essa emergência é anterior ao aparecimento de flexões de AGRs.

Essa situação é compatível com o que GUILFOYLE & NOONAM(1988) sugerem, ou seja, que a marca de concordância de sujeito aparece somente depois que TNS emergir. As autoras tomam como base para essa postulação modelo teórico que propõe a bipartição de INFL, com projeções separadas para TNS e AGR (POLLOCK,1989)³².

Observe-se, nos dados dos deficientes auditivos, algumas sentenças das duas primeiras faixas etárias para posterior discussão da proposição da emergência de TNS:

- (1) a pia foi vi (JL 10 anos)
- (2) Eu um tem foi pipa (JL 10 anos)

³² A proposta de POLLOCK(1989) está mencionada no item 3.1.1.

- (3) papai viu tem da pipa (DS 12 anos)
- (4) O menino cuidar foi pipa (KT 12 anos)
- (5) A Eliane pegar foi rosa (ED 13 anos)
- (6) Eu foi é escola (AB 13 anos)
- (7) Bom dia eu vi dormir (AB 13 anos)
- (8) Eu vou está uma casa (BC 14 anos)
- (9) brincar tem você foi Kátia (KT 14 anos)
- (10) bermuda deu viu verde (RB 14 anos)
- (11) Eu comprar vou uma maçã (EL 14 anos)
- (12) Eu vou foi embora (FB 14 anos)

Essas construções denotam que as primeiras tentativas de flexões dos deficientes auditivos acontecem com relação à marcação de tempo e não de concordância de sujeito, pois os problemas com a checagem de caso nominativo continuam enquanto TNS já aparece marcado nos verbos auxiliares. As sentenças acima são exemplos dessas construções, com TNS marcado no verbo auxiliar. É possível perceber que o verbo com flexão de tempo aparece junto com o verbo principal no infinitivo ou com a forma da terceira pessoa do singular dos verbos ser e ter que, como já investigado, podem ser consideradas variantes de infinitivo. A tabela 3 apresenta as ocorrências de TNS nos dados:

Tabela 3 (Ocorrência de marcação de TNS)

Idade	TNS com Auxiliar	TNS com verbo principal
9-10-11	4/6 67%	2/6 33%
12-13-14	29/96 30%	67/96 70%
15 a 20	25/146 17%	121/1466 83%

Os números da tabela mostram que, com o passar do tempo, o portador de deficiência auditiva passa a marcar TNS no verbo principal. Note-se que no grupo com menos idade 67% das ocorrências de TNS são marcadas no verbo auxiliar em construções como as apresentadas anteriormente. Esse número diminui gradativamente até chegar a 17% nas produções linguísticas dos deficientes auditivos adultos, que passam a marcar TNS no verbo principal em 83% das ocorrências.

A emergência de TNS fica mais evidente ao se comparar os números de sentenças infinitivas gramaticais com as que apresentam marca de tempo, como na tabela 4:

Tabela 4³³ (Sentenças com infinitivo agramatical X sentenças com TNS)

Idade	Infinitivo A	TNS
9-10-11	14/85 16%	6/85 7%
12-13-14	8/252 3%	96/252 38%
15 a 20	13/221 6%	146/221 66%

É possível constatar, portanto, um aumento de checagem de TNS nas produções dos deficientes auditivos a partir dos onze anos. Isso pode ser uma indicação de que o início da parametrização da língua, nesses sujeitos, realiza-se entre onze e doze anos.

Considerando isso, percebe-se que o aparecimento de infinitivo agramatical diminui enquanto as sentenças com flexão de tempo passam, de 7% no início da aquisição, para 66% nas produções linguísticas do deficiente auditivo adulto.

Confirmando essa situação, os dados linguísticos dos deficientes auditivos oferecem indícios para duas proposições apresentadas no terceiro capítulo desta pesquisa: a primeira,

³³ A porcentagem das sentenças nessa tabela deixa de lado a ocorrência de sentenças com os verbos ser e ter que se comportam como variantes de infinitivo.

sobre a ordem parametrizada das categorias funcionais de OUHALLA(1991) e a segunda, sobre a aquisição hierárquica dessas categorias defendida por HAGIWARA(1995) e GREGOLIN-GUINDASTE(1996).

A proposta de OUHALLA(1991) observa que a ordem das categorias funcionais na estrutura é paramétrica. O autor defende que no caso das línguas SVO, a categoria TNS comanda AGR, isto é, está localizada no nó mais baixo da hierarquia das sentenças. Como TNS, nos dados examinados, é a primeira categoria a emergir, essa proposta parece ser coerente, desde que se tome ao mesmo tempo a hipótese da aquisição hierárquica das categorias funcionais. Isso porque, de acordo com GREGOLIN-GUINDASTE(1996), as categorias funcionais mais baixas e suas projeções são mais acessíveis na aquisição e re aquisição da linguagem. Ainda essa proposta pode explicar o grande número de verbos que recebem a marca de TNS nos dados dos deficientes auditivos, mas que falham na checagem de sujeito nesta fase da aquisição.

Quando a marca de TNS, realizada em verbos funcionando como auxiliares, diminui, pode ser o indicativo da emergência de INFL, pois começa uma tentativa de checagem de verbo principal para caso nominativo.

Essa questão fica mais evidente quando se observa a dificuldade que os deficientes auditivos mantêm para checar caso nominativo, mesmo depois da emergência de TNS e da emergência de AGR. Algumas sentenças que demonstram essa dificuldade são apresentadas a seguir:

- (1) Fabiana uma tenho é boneca (RD 13 anos)
- (2) Papai uma tenho carro (RD 13 anos)
- (3) Eu foi é escola (AB 13 anos)
- (4) Eu viu sol é bonita (JC 13 anos)
- (5) Eu deu presente do Jaime (FB 14 anos)

- (6) Eu comeu a Páscoa (FB 14 anos)
- (7) A maçã comi da já gostosa (RG 15 anos)
- (8) Eu brinca amigo (EL 15 anos)
- (9) A menina vi uma moça (EL 15 anos)
- (10) Eu fiz a ajuda sopa (TB 16 anos)
- (11) Eu ajuda muito em casa (TB 16 anos)
- (12) Eu converso muito irmão (TB 16 anos)
- (13) Minha família fomos na casa da minha vovó (TD 16 anos)
- (14) Depois eu e meu irmão foram a praia (TD 16 anos)
- (15) Eu e o meu irmão foram no Shopping Mueller (TD 16 anos)
- (16) Eu e o meu irmão deramos um presente (TD 16 anos)
- (17) Ele estou muita confusão (TE 17 anos)
- (18) A minha família andamos na bicicleta (TF 17 anos)
- (19) A minha família viajamos para a praia (TF 17 anos)
- (20) A minha irmã e meu os irmão fomos na aula (TF 17 anos)
- (21) O papai comprar vestido deu menino (CL 17 anos)
- (22) Eu vai para quero (RB 17 anos)
- (23) Eu está deu no menino (ZD 18 anos)
- (24) Eu está na pensar prova (MN 18 anos)
- (25) Eu pensar estudar (MN 18 anos)
- (26) Eu vou gosta brinca (CL 18 anos)
- (27) A titia quer bonita vermelho vestido (MC 18 anos)
- (28) Eu comeu as bananas (DR 18 anos)
- (29) O macaco veu a bananas (DR 18 anos)
- (30) Eu não ajudou (TG 18 anos)
- (31) Eu não ajuda na casa (TG 18 anos)
- (32) Na minha casa eu ajuda da mamãe (TH 20 anos)
- (33) Eu conversamos da minha família (TH 20 anos)

Examinando essas sentenças, percebe-se que as flexões agramaticais de concordância de sujeito aparecem nas produções dos deficientes auditivos de todas as idades. A esse respeito, pode ser dito que mesmo depois da emergência das categorias

funcionais - que no caso do deficiente auditivo já acontece tardiamente - permanece nesses indivíduos uma dificuldade para a construção de cadeias para a checagem dessas categorias por exigir movimentos que oneram a sintaxe. Essa postulação está de acordo com as postulações de CHOMSKY(1993), com os estudos de HAGIWARA(1995) e de GREGOLIN-GUINDASTE(1996).

A tabela 5 traz as ocorrências de checagem de concordância de sujeito nas sentenças dos deficientes auditivos. Com essa tabela, verifica-se que, mesmo com a emergência de AGR, a checagem de caso nominativo fica instável.

Tabela 5 (Sentenças com AGRs gramatical X sentenças com AGRs agramatical)

Idade	AGRs gramatical		AGRs agramatical	
9-10-11	4/9	45%	5/9	55%
12-13-14	68/119	57%	51/119	43%
15 a 20	99/155	64%	56/155	36%

Apesar da projeção de verbos para AGRs aumentar, passando de 9 sentenças com tentativas de checagem de flexão de sujeito no primeiro grupo, para 155 no terceiro grupo, esse movimento de checagem morfológica será sempre um problema para o deficiente auditivo, pois 36% das tentativas de checagem em AGRs são agramaticais, mesmo com os deficientes auditivos que têm de quinze a vinte anos.

Os números da tabela 5 também mostram a presença de AGRs nas produções linguísticas do grupo mais novo: nove ocorrências. Com isso, para investigar se realmente a estabilização de TNS é anterior à de AGR, é necessário comparar os números das produções de sentenças infinitivas, sentenças

com flexão de TNS e de concordância de sujeito gramatical, conforme a tabela 6:

Tabela 6 (Ocorrências de sentenças infinitivas agramaticais X TNS X AGRs gramatical)

Idade	Infinitivo A	TNS	AGRs G
9-10-11	14/85 16%	6/85 7%	4/85 5%
12-13-14	8/252 3%	96/252 38%	68/252 27%
15 a 20	13/221 6%	146/221 66%	99/22 45%

Observando a tabela 6, nota-se que o número de ocorrências de sentenças com flexão de tempo é mais estável do que as sentenças com flexão de AGRs gramatical. Com o grupo de menos idade, a diferença não é ainda relevante, mas, com o passar do tempo, TNS é checado em 66% das sentenças. AGRs, no entanto, não passa dos 45% de ocorrências gramaticais, mesmo no terceiro grupo.

Sendo assim, o aparecimento de TNS, que parece ser anterior a AGR nos dados dos deficientes auditivos, e a instabilidade na checagem de ambas as categorias confirmam a hipótese de HAGIWARA (1995), considerando que a estrutura na qual é preservada a relação canônica dos movimentos é adquirida primeiro - porque sua aquisição é menos custosa por projetar elementos em posições mais baixas, como parece ser o caso, segundo OUHALLA(1991), de TNS em português.

A tabela 6 também indica a queda das ocorrências de infinitivos agramaticais com relação ao aumento da checagens de TNS e AGRs. Esse fato corrobora a hipótese de JORDENS(1990), a qual prediz que o aumento de verbos flexionados leva à diminuição de infintivos, pois estão em distribuição complementar. Mas é preciso lembrar que os dados lingüísticos

dos deficientes auditivos apontam para uma queda na ocorrência dos infinitivos agramaticais, pois a ocorrência total de verbos sem flexão apresenta-se em torno de 16% no início da aquisição e passa, depois, para 13%, o que não é uma grande diferença.

Para verificar o aumento de tentativas de checagem com o verbo principal, basta comparar a ocorrência total de sentenças infinitivas, sentenças com AGRs e sentenças com TNS no verbo principal.

Tabela 7 (Ocorrência de Infinito X ocorrência de AGR X ocorrência de TNS em verbo principal)

Idade	Infinitivo	TNS com verbo principal	AGR
9-10-11	14/85 16%	2/85 2%	9/85 10%
12-13-14	34/252 13%	67/252 26%	119/252 47%
15 a 20	28/221 13%	121/221 55%	155/221 70%

Como se vê, as tentativas nos grupos com mais idade são de construir sentenças cuja marca de tempo e caso nominativo recaiam sobre o verbo principal, mas isso é problemático para o deficiente auditivo. É possível observar como o movimento de verbo principal aumenta para checar a morfologia de TNS e AGR, embora, provavelmente pelo custo dessa operação, permanecem as falhas de checagem e uma grande ocorrência de sentenças infinitivas continuam a aparecer.

Por conseguinte, pode ser colocado, com relação às produções linguísticas dos deficientes auditivos, que os elementos de INFL, provavelmente por uma emergência tardia, têm as projeções para checagem morfológica instável. Isto porque esses sujeitos recebem dados 'gatilhos' para fixar os valores dos parâmetros da língua particular bem mais tarde do que as

crianças ouvintes. Além disso, é necessário lembrar que os dados até aqui examinados são de deficientes auditivos bilíngües com um encaminhamento de comunicação total que, como apresentado no primeiro capítulo, têm uma diversidade de línguas apresentadas para serem parametrizadas.

Outra questão que pode ser analisada a partir dessas produções lingüísticas dos deficientes auditivos é a proposição de PLATZACK (1990), a qual prediz que a aquisição da flexão do efeito V2 e orações subordinadas acontecem mais ou menos ao mesmo tempo. Para o autor, a aquisição de INFL é pré-requisito para a aquisição de sentenças subordinadas. Esse fato é levantado também por TSIMPLI(1991) e GUILFOYLE & NOONAM(1988), com a postulação de que COMP é adquirido depois de INFL. Isso se deve ao fato, de acordo com as autoras, de que em línguas V2 as projeções verbais envolvem INFL e COMP, mas a criança tende a deixar o verbo em posição final no início da aquisição, projetando primeiramente para INFL e, só mais tarde, para COMP. Ficando INFL instável na linguagem do deficiente auditivo, pode ser, então, que os movimentos de Qu para COMP sejam também comprometidos.

Essa postulação pode ser examinada conforme a época da emergência de COMP na linguagem dos deficientes auditivos. Como exposto no terceiro capítulo, essa categoria funcional é a mais alta na estrutura da sentença e, observada a instabilidade de INFL nos deficientes auditivos, é coerente esperar-se que a categoria COMP seja também problemática.³⁴

A seguir são apresentadas algumas sentenças com produções que mostram a ausência de 'Qu' em COMP ou o seu uso problemático. Observe-se que não há exemplos de produção com

³⁴ Segundo HAGIWARA(1995), é possível dizer, no caso de agramatismo, que embora um paciente não acione COMP, pode acionar TNS, pois o grau de agramatismo pode ser diferenciado justamente pela capacidade de acionamento das categorias funcionais mantida pelo paciente.

COMP no grupo de faixa etária menor, o que pode ser mais uma evidência, a partir dos dados dos deficientes auditivos, de que a parametrização e a aquisição das categorias funcionais seguem uma hierarquia na estrutura e estão ausentes no início da aquisição.

- (1) Sábado parece [] está sol³⁵ (GS 11 anos)
- (2) Por que é um brincadeira (DP 13 anos)
- (3) Eu viu [] sol é bonita (JC 13 anos)
- (4) Quem ama está alegre porque uma brincadeira (14 anos)
- (5) Quem sempre ama uma brincadeira (GH 14 anos)
- (6) Quanto tem uma triste porque uma brincadeira (GH 14 anos)
- (7) Eu gosto muito [] bonito é sol (SL 14 anos)
- (8) Eu vi o natal [] é noite muito lindo (EL 14 anos)
- (9) Eu que tem hoje calça caixa (FG 14 anos)
- (10) Eu vou foi embora que o trabalho o sanduíche (FB 14 anos)
- (11) O papai caiu [] chove casa (MT 15 anos)
- (12) Eu acho [] meu pai é legal (TC 16 anos)
- (13) O meu pai brigou [] brincar na sala (TC 16 anos)
- (14) A menina tem a mala [] está com amigo (LZ 17 anos)
- (15) Eu gosto mais [] tem páscoa (MN 18 anos)
- (16) Vovô tem que quero amigo (CL 18 anos)
- (17) Eu pensei [] você pegou o ônibus Vila Isabel (VR 19 anos)

Embora algumas das sentenças pareçam estar apresentando construções com elementos 'Qu' gramaticais, ao serem analisadas evidenciam problemas com movimentos para formar cadeias que tenham muitas categorias funcionais para checarem morfologia, pois são raras as sentenças com COMP que não tenham problemas com AGRs na sequência da estrutura ou que identifiquem claramente o traço com o qual o elemento 'Qu' está ligado.

³⁵ Os colchetes são usados para indicar a ausência do elemento 'Qu' em uma construção em que provavelmente esse elemento deveria ser realizado.

Com relação a esse fato, há a análise de RIZZI(1992), com a observação de que a proporção de sujeitos nulos com Qu *in situ*, na aquisição, pode ser afetada pela anteposição de Qu para formar perguntas. Isso parece confirmar que dependendo do movimento de cadeia realizado, a concordância de sujeito pode ser afetada. Dessa maneira, os problemas de checagem com AGR que aparecem nas sentenças estruturadas com Qu, nas produções dos deficientes auditivos, podem se dever ao custo da formação de cadeias.

Esse custo está previsto na proposta de CHOMSKY(1993) com a observação de que a operação "merger"³⁶ é usada um menor número de vezes, resultando em uma estrutura mais econômica e mais fácil de ser realizada do que projeções envolvendo mais elementos, como é o caso da formação de cadeias para nós superiores na estrutura. Além disso, HAGIWARA(1995) coloca que as estruturas que necessitam de movimento destroem a ordem canônica e são adquiridas por último.

Essa dificuldade do deficiente auditivo construir cadeias para checar o elemento Qu em COMP, pode ser comparada, ainda, com a postulação de GREGOLIN-GUINDASTE(1996) sobre o impedimento que o paciente de agramatismo apresenta de formar cadeias com categorias funcionais superiores.

Para verificar as dificuldades que o deficiente auditivo tem de acionar COMP, a tabela 8 traz os números referentes à produção de sentenças com elementos Qu. É necessário observar que na contagem das ocorrências agramaticais são consideradas as ocorrências com problemas e as ausências desse elemento em construções nas quais deveriam aparecer.

³⁶ É a operação que forma unidades maiores na estrutura combinando dois elementos por adjunção ou substituição. por exemplo TNS e AGR. CHOMSKY(1993).

Tabela 8 (Ocorrências de COMP gramatical X COMP agramatical)

Idade	COMP gramatical	COMP agramatical
9-10-11	0%	2/2 100%
12-13-14	5/29 17%	24/29 83%
15 a 20	0%	25/25 100%

Como se vê, através dos números da tabela 8, por volta dos doze anos há uma tentativa de 17% de checagem do elemento Qu em COMP. Justamente nessa faixa etária é que, como já analisado, TNS passa a ser marcado no verbo principal e a checagem de AGR começa a aumentar. No entanto, diferentemente dos elementos de INFL, as projeções para checagem de Qu em COMP não aumentam, ficando 100% agramaticais na linguagem dos deficientes auditivos bilíngües adultos.

Mesmo havendo um aumento das produções com elementos Qu - passa de 2 ocorrências no início da aquisição para 25 no terceiro grupo -, o impedimento para formar cadeias para checagem das características desses elementos continua na linguagem do deficiente auditivo. Provavelmente isso ocorra porque os movimentos de Qu dependem da categoria funcional mais alta na estrutura sintática e essa, por ter uma emergência tardia na linguagem dos deficientes auditivos, fica com problemas para ser ativada.

Existe uma outra questão a ser examinada com relação à ordem de 'QU' nessas estruturas. Os dados quantificados na tabela 8 são selecionados da escola bilíngüe e, segundo BOUCHARD & DUBUISSON(1995), a ordem na linguagem de sinais é bastante livre, em particular nos casos de construções com 'QU'. Há uma tendência, de acordo com os autores, em se colocar o sinal para Qu próximo ao elemento com o qual ele estabelece

ligação semântica, apesar de o elemento Qu também poder aparecer em posição final³⁷.

Para verificar se os problemas com o acionamento de COMP, nas produções aqui analisadas, devem-se à posição que Qu ocupa na linguagem de sinais, é apresentada no item 4.2 uma comparação entre dados da escola oralista e da escola bilíngüe e essa discussão é retomada posteriormente.

Além dos elementos de INFL e COMP, outra categoria examinada nesta análise é a P(reposição). Pouco tem sido apresentado sobre essa categoria nos trabalhos de sintaxe, mas como mostrado no terceiro capítulo, DUBINSKY(1995) e GREGOLINGUINDASTE(1996) consideram alguns desses elementos como sendo funcionais. Isso parece ser confirmado pelos dados dos deficientes auditivos, que claramente têm problemas com categorias funcionais e também falham na produção de sentenças com preposições, como indicam os números da tabela 9.

Tabela 9 (Ocorrência de preposições gramaticais X agramaticais)

Idade	Preposição gramatical	Preposição agramatical
9-10-11	0%	3/3 100%
12-13-14	8/72 11%	64/72 89%
15 a 20	25/106 23%	81/106 77%

Assim como nas ocorrências de checagem dos elementos Qu, na porcentagem de agramaticalidade das preposições estão computadas, também, as omissões e a seleção inadequada das mesmas.

Da mesma forma que a emergência das outras categorias analisadas, as ocorrências de sentenças com preposições

³⁷ Essa questão é discutida no primeiro capítulo, no item 1.2.2.3.

aumentam nos grupos conforme aumenta a idade dos deficientes auditivos. Os números mostram que, de 3, as preposições passam para 81 ocorrências. No entanto, como as outras categorias, esses elementos permanecem com problemas na linguagem do deficiente auditivo, ficando em torno de 77% de agramaticalidade.

Parece, portanto, que a emergência das preposições também é prejudicada pela aquisição tardia das categorias funcionais. Porém outro fator pode estar interferindo nessa emergência, lembrando que BELLUGI(1993), ao discutir a estrutura das línguas de sinais, observa que essas não apresentam muitas preposições. Talvez essa questão interfira na parametrização lingüística dos deficientes auditivos bilíngües aqui investigados. Para observar isso, o próximo item mostra ocorrências de preposições na linguagem dos deficientes auditivos oralistas.

Exemplos de estruturas com problemas na emergência de preposições são apresentados a seguir:

- (1) brincar da as bola (DS 12 anos)
- (2) Eu gosto [] flor rosa (DR 13 anos)
- (3) Eu adorei brincar [] muitas cisas (DP 13 anos)
- (4) Eu vou brinca [] uma amiga (BC 14 anos)
- (5) Brincar [] você quero (KT 14 anos)
- (6) A tia comprou um ovo deu [] o Eduardo (FB 14 anos)
- (7) Eu tomei de suco a maça (LZ 15 anos)
- (8) A maça está da limpa (LZ 15 anos)
- (9) Eu não conheço do meu pai e meu avô (TA 15 anos)
- (10) Eu gosto muito [] você mamãe (RB 16 anos)
- (11) Eu sou muito feliz para família (TE 17 anos)
- (12) Os irmãos brincamos na bola e legal (TF 17 anos)
- (13) A minha famílias andamos nas bicicletas (TF 17 anos)
- (14) Mamãe é deu caixa [] sapato [] o amigo (RB 17 anos)

- (15) Casa é agradável em com da o amigo (RB 17 anos)
- (16) Eu gosto muito quero para em com da o amigo (RB 17 anos)
- (17) Comprar boné deu [] o menino (CL 17 anos)
- (18) O menino deu rosa na mulher (MR 18 anos)
- (19) A Ada está tem da brinca casa (TQ 18 anos)
- (20) Eu está deu no menino (ZD 18 anos)
- (21) Eu vou [] carro [] trabalho (MW 18 anos)
- (22) Eu está na pensar prova (MW 18 anos)
- (23) Eu vou passar [] carro [] amigo (CL 18 anos)
- (24) Eu gostei [] trabalhar [] fábrica de bolsa (VR 19 anos)
- (25) Eu converso do meu namorado (TH 20 anos)

Apesar de existirem claramente problemas com a categoria funcional DET(eterminante) na linguagem do deficiente auditivo, essa pesquisa não fez um levantamento estatístico das ocorrências em que aparecem esses elementos³⁸.

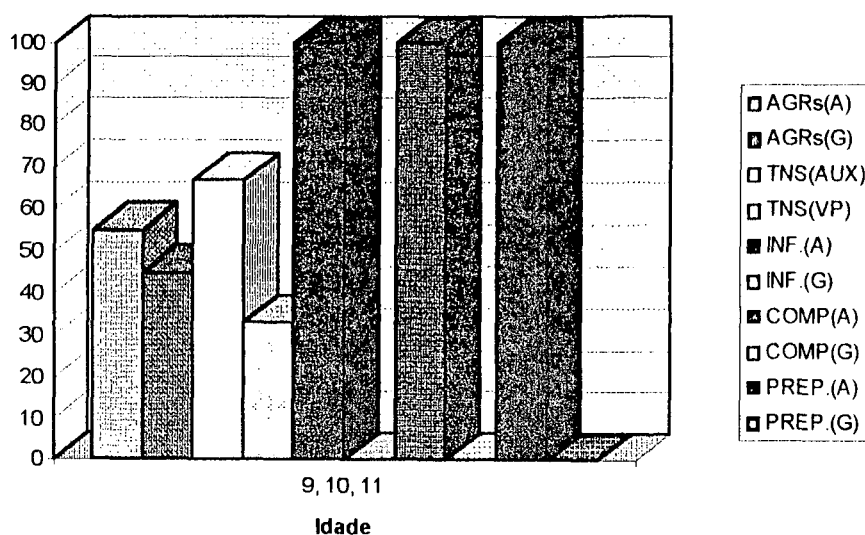
A seguir são apresentados gráficos para as observações das dificuldades de aquisição de categorias funcionais dos deficientes auditivos bilíngües. As questões observadas nesses gráficos são apenas uma segunda representação das ocorrências investigadas nas tabelas já analisadas, com a apresentação percentual das ocorrências das categorias funcionais em cada faixa etária aqui investigada.

³⁸ De acordo com HAGIWARA(1995), em japonês as preposições são projeções mais baixas dos SNS do que as projeções de DET. Provavelnte essa questão também possa ser analisada nos dados dos deficientes auditivos para investigar como isso se dá em português, mas não é objeto de análise desta pesquisa.

Os gráficos 1,2 e 3 mostram as ocorrências (G)ramaticais e (A)gramaticais das categorias funcionais nas três faixas etárias dos alunos bilíngües.

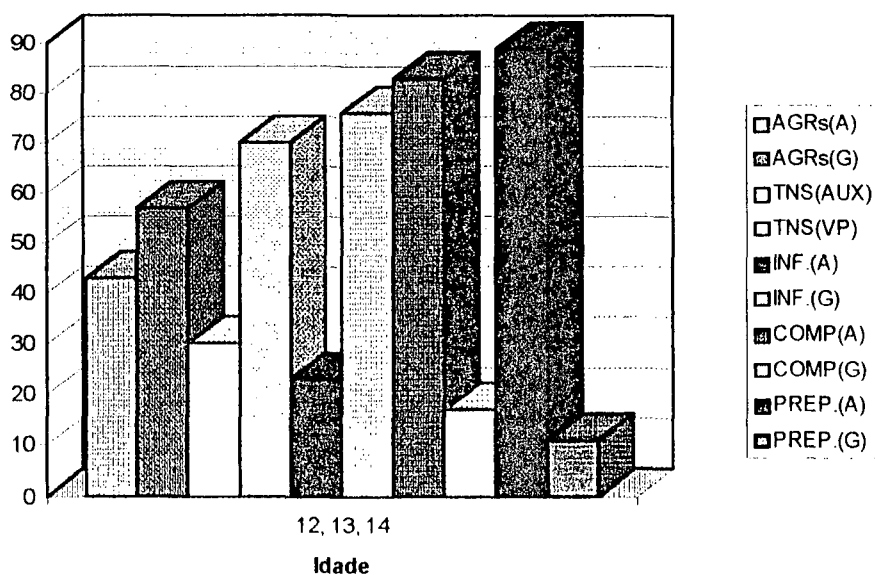
Com o gráfico 1, é possível verificar que as ocorrências de infinitivo, COMP e preposição são 100% agramaticais na faixa etária de nove a onze anos nos alunos bilíngües. A instabilidade de INFL também pode ser observada nesse gráfico, pois mais de 50% das flexões de AGRs são agramaticais e TNS é marcado no verbo auxiliar em mais de 60% das sentenças.

Gráfico 1



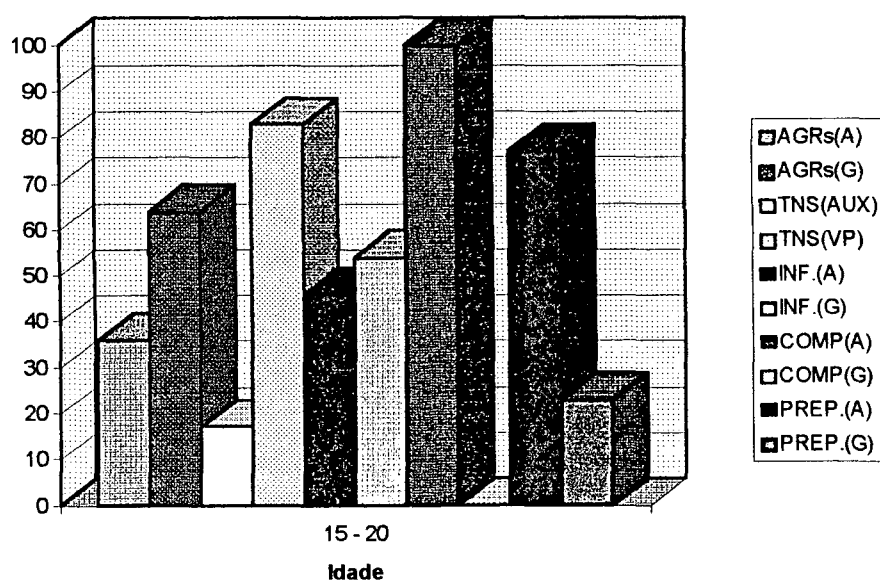
O gráfico 2, que mostra as ocorrências das categorias funcionais no segundo grupo de alunos bilíngües, já apresenta ocorrências de verbo principal com flexão de TNS em 70% das sentenças, com uma queda de infinitivo agramatical próxima de 20%. COMP e preposição ainda permanecem, de acordo com o gráfico 2, com ocorrências agramaticais acima dos 80%.

Gráfico 2



As ocorrências das categorias funcionais no terceiro grupo estão representadas no gráfico 3. Nota-se, neste gráfico, que COMP é a categoria que fica com mais impedimentos de checagem na linguagem dos deficientes auditivos bilíngües - 100% de agramaticalidade nas ocorrências desse elemento. As outras categorias apresentam um aumento de checagem: TNS é marcado no verbo principal em pouco mais de 80% das sentenças; em torno de 60% das ocorrências de AGRs são gramaticais; infinitivos têm 50% de gramaticalidade e preposições já são bem empregadas em 20% dos casos.

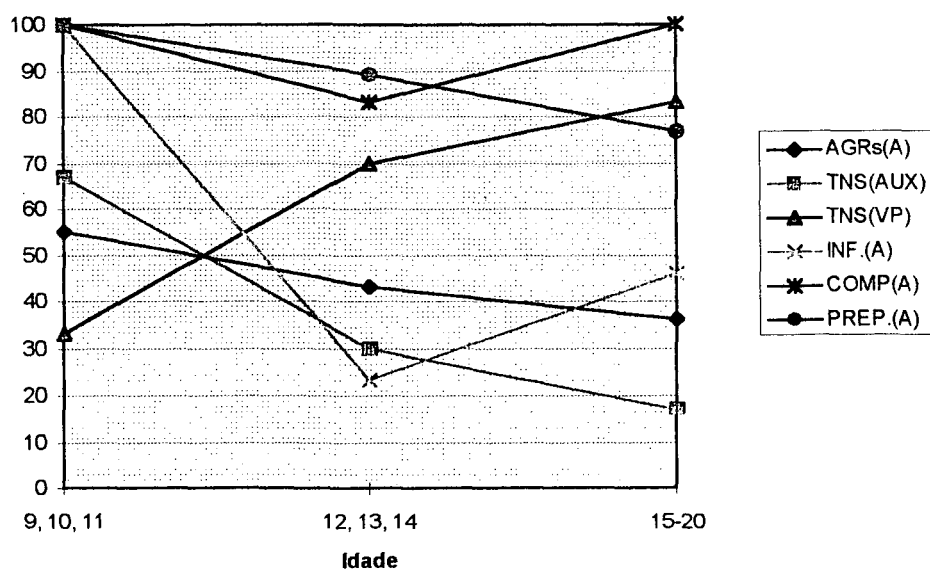
Gráfico 3



Os gráficos 4 e 5 trazem a comparação da aquisição das categorias funcionais nas três faixas etárias analisadas. O gráfico 4 mostra as ocorrências (A)gramaticais e o gráfico 5 as (G)ramaticais.

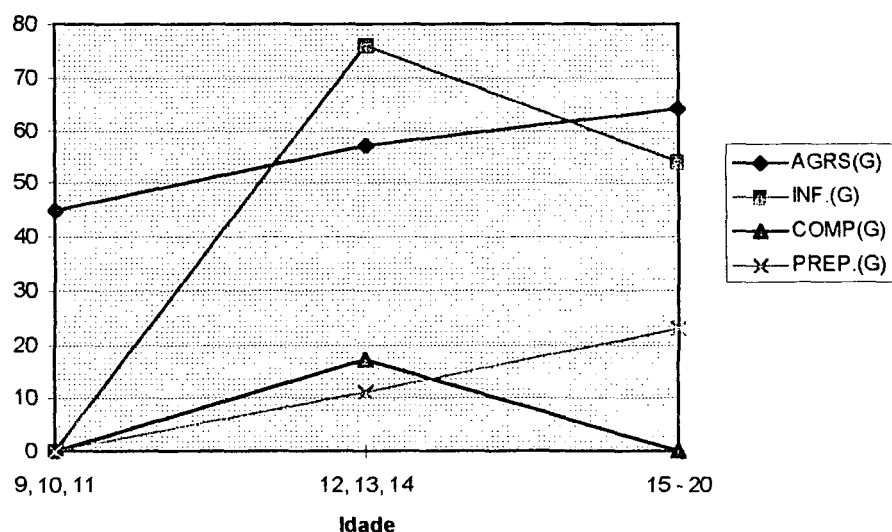
No gráfico 4, fica claro o aumento da marca de TNS no verbo principal. Conforme a idade dos deficientes auditivos, passa de 30% no primeiro grupo para 70% no segundo e fica acima de 80% com o grupo de alunos de quinze a vinte anos. A queda de infinitivo agramatical também está relacionada à idade dos alunos. Cai de 100%, no grupo de nove a onze anos, para menos de 50% no terceiro grupo.

Gráfico 4



O gráfico 5 permite observar que COMP, apesar de apresentar quase 20% de ocorrências gramaticais no grupo de doze a quatorze anos, volta a ter 0% de emprego gramatical no terceiro grupo. O gráfico também aponta para um progresso de checagem gramatical de AGRs conforme aumenta a idade dos alunos bilíngües: passa de 45%, no primeiro grupo, para 65% nas sentenças dos alunos de quinze a vinte anos.

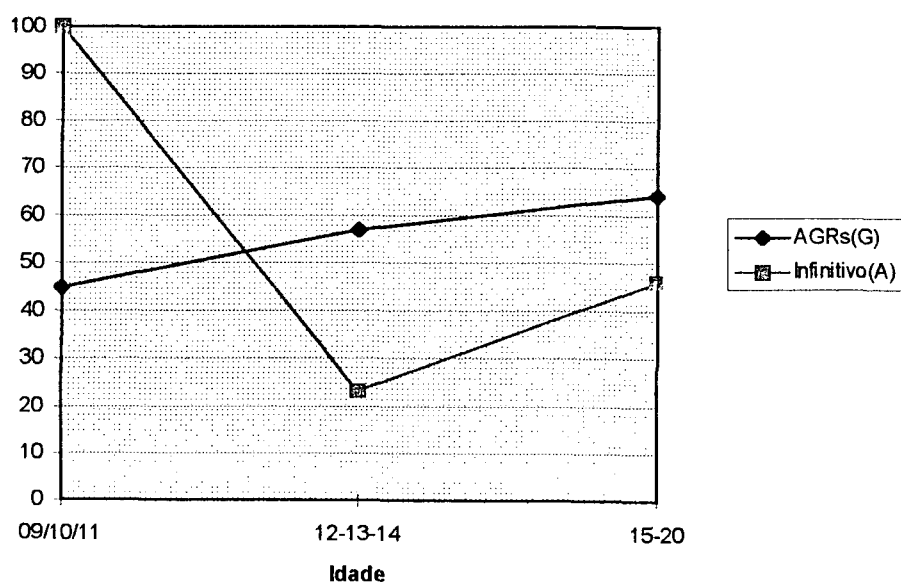
Gráfico 5



Os gráficos 6 e 7 mostram a emergência de AGR e TNS *versus* as ocorrências infinitivas nas três faixas etárias para permitir a observação da emergência de INFL.

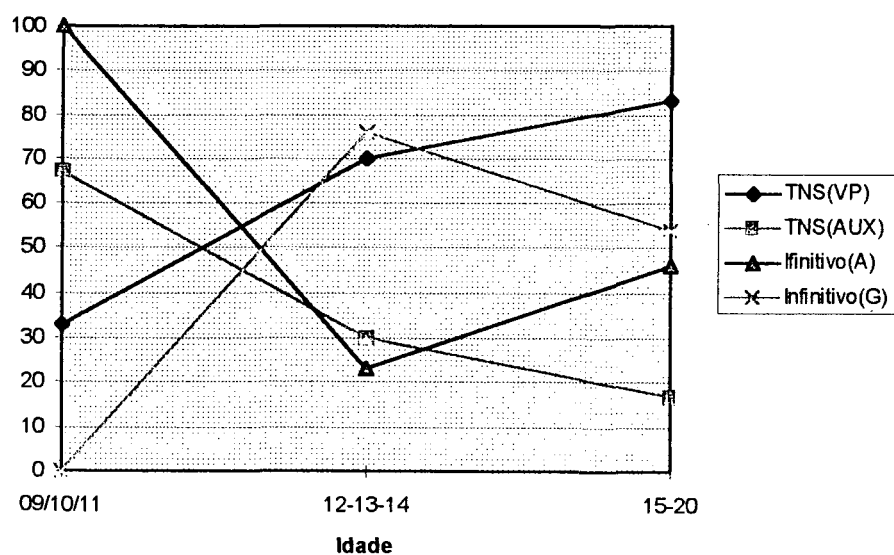
Com o gráfico 6 é possível notar que, enquanto as ocorrências de infinitivo agramatical diminuem, com o passar do tempo, os movimentos para checagem de flexão de concordância de sujeito aumentam.

Gráfico 6



O gráfico 7 mostra a diminuição de sentenças infinitivas agramaticais, de 100% para 45% no grupo de alunos mais velhos, e o aumento de verbos principais com marca de tempo, apontando para a emergência da categoria INFL.

Gráfico 7



4.2 COMPARAÇÃO DE DADOS DA ESCOLA ORALISTA E DA ESCOLA BILÍNGÜE

A análise das produções lingüísticas dos deficientes auditivos oralistas parece confirmar a dificuldade em construir estruturas com categorias funcionais, no entanto algumas diferenças na aquisição das categorias ocorrem em comparação com os bilíngües.

Para a verificação desse fato, estão apresentadas, a seguir, tabelas que trazem as mesmas análises realizadas nos dados das produções dos deficientes auditivos bilíngües, assim como estão arrolados exemplos de sentenças com problemas de checagem das categorias funcionais para a investigação de semelhanças ou diferenças entre o uso da linguagem de sinais e a oral.

A primeira questão discutida na análise dos dados da linguagem dos deficientes auditivos bilíngües mostra o uso da terceira pessoa do singular dos verbos 'ser' e 'ter', no grupo de faixa etária menor, que diminui perceptivelmente com o passar dos anos. Nos dados da escola oralista, esse fato não parece ser tão relevante. Existe, sim, a ocorrência dessas formas, mas em número bem menor se comparado com a escola bilíngüe.

A tabela 10 mostra os números dessas ocorrências e, em seguida, estão arrolados alguns exemplos de sentenças com essas construções.

Tabela 10 (Ocorrências de sentenças com verbo ser e ter)

Idade	Forma 'é'	Forma 'tem'	Total
9-10-11	10/81 12%	0%	10/81 (12%)
12-13-14	20/155 13%	4/155 2%	24/155 (15%)
15 a 20	25/217 11%	8/217 3%	33/217 (14%)

- (1) O correr é muito cansado (NT 10 anos)
- (2) O Páscoa é boa (NT 10 anos)
- (3) O chocolate é um bom (LD 12 anos)
- (4) A festa é muito linda (JN 12 anos)
- (5) Mulher é cuida da criança (KL 12 anos)
- (6) outro cachorro é bom (RD 14 anos)
- (7) É Curitiba grande anos (RZ 19 anos)

A diferença de proporção na presença dessas formas entre os alunos que usam a linguagem de sinais e os que não o fazem, principalmente na faixa etária menor, é considerável. No caso dos alunos bilíngües, 90% das sentenças são produzidas com 'é' ou 'tem' no grupo de nove a onze anos. Nos dados da escola oralista, apenas 12% das sentenças, nessa faixa etária, têm essa construção. No grupo dos adultos bilíngües, permanecem 38% de ocorrências dessa variante de infinitivos, contra 14% nas produções dos oralistas.

Isso parece se dever ao fato de que as crianças oralistas desde cedo projetam outros verbos em suas estruturas, o que, provavelmente, influencia na diminuição de sentenças infinitivas.

No entanto, também entre os oralistas, AGRs não parece ter emergido nessa fase, lembrando mais uma vez a hipótese de JORDENS(1990) sobre a distribuição complementar de flexão e infinitivo. Para examinar essa questão, observe-se a tabela 11, que mostra a produção de infinitivos dos alunos oralistas.

Tabela 11 (Ocorrências de Infinitivos)

Idade	Infinitivo Gramatical	Infinitivo Agramatical
9-10-11	9/32 28%	23/32 71%
12-13-14	23/37 62%	14/37 38%
15 a 20	36/54 66%	18/54 33%

Nota-se, pela tabela, que as crianças deficientes auditivas oralistas, já na faixa etária dos nove aos onze anos, apresentam 28% de ocorrências de infinitivo gramatical, contra 100% de agramaticalidade dessas ocorrências na mesma fase com os bilíngües, conforme apresentado na tabela 2.

Nos grupos com mais idade, as ocorrências de infinitivos não diferem muito entre bilíngües e oralistas. As produções dos adultos oralistas apontam para uma pequena queda no aparecimento de infinitivo agramatical em comparação com as produções dos bilíngües, que ficam em torno de 13%,. Mas, apesar de apresentarem uma pequena vantagem na produção de infinitivos gramaticais, o que permanece é a ausência de flexões no início da aquisição dos oralistas.

As sentenças a seguir, com produções de infinitivos agramaticais dos deficientes auditivos oralistas, denotam esse fato:

- (1) Ele pegar uma maçã (JS 9 anos)
- (2) Eu correr na rua (PS 9 anos)
- (3) O menino derrubar ou a maçã (NT 9 anos)
- (4) Eu quer um bicicleta (NL 10 anos)
- (5) Ele quer um legal (NL 10 anos)
- (6) Nós comer um bolo (NL 10 anos)
- (7) Ele pegar a maçã (PL 10 anos)

- (8) O Paulo comer uma maçã (PL 10 anos)
- (9) Ele pegar uma depois passado (LD 10 anos)
- (10) O menino pegar a maçã (LD 10 anos)
- (11) Pai pegar cuidado a maçã vassoura (LD 10 anos)
- (12) O João pegar a maçã comeu (JN 10 anos)
- (13) O João derrubar ou a maçã (JN 10 anos)
- (14) Eu quer comer (JN 12 anos)
- (15) O meu filho fique cuidar bem (LR 13 anos)
- (16) Mamãe chegar a brigar (SB 14 anos)
- (17) Mamãe dar o carinho (SB 14 anos)
- (18) eu quer vem comida da escola (CR 16 anos)
- (19) a Rafaela conversar muito legal (CR 16 anos)
- (20) eu e você conversar amigos (RD 15 anos)
- (21) eu dormir até sete hora (ZL 17 anos)
- (22) Depois eu sair comprar sorvetes (Cl 15 anos)
- (23) Eu sair para escola X (CL 15 anos)

A grande ocorrência de infinitivos nessas produções lingüísticas indicam, assim como no caso dos bilíngües, a ausência da categoria funcional INFL no início da aquisição da linguagem dos oralistas, principalmente porque, tanto para oralistas como para bilíngües, as construções com infinitivos agramaticais diminuem com o passar do tempo, para dar lugar a sentenças com marca de flexão de TNS e AGR, como se percebe nos dados.

Nesse sentido, também as produções lingüísticas dos oralistas revelam que as construções de sentenças com checagem de TNS parecem emergir antes de AGR. Alguns exemplos de construções com TNS marcado no verbo auxiliar estão arrolados abaixo:

- (1) a menina vai correr rápido (FH 9 anos)
- (2) O Paulo vi está muito a maçã (PL 10 anos)

- (3) Eu vi somos pegar comer (LD 10 anos)
- (4) com a Vânia vai brinca lá fora (JN 12 anos)
- (5) Eu vou rápida correr (JN 12 anos)
- (6) Mulher é cuida da criança (KL 12 anos)
- (7) Nós vamos aniversário comer é bolo(KL 12 anos)
- (8) O meu filho fique cuidar bem (LR 13 anos)
- (9) Eu tenho lembro você (FL 16 anos)
- (10) Eu tenho adora o maravilhoso da Rafaela (CR 16 anos)
- (11) eu queria vamos na praia (Cl 15 anos)

No entanto, surge uma diferença com a checagem de TNS nos dados oralistas ao serem comparados com as produções dos alunos bilíngües: no início da parametrização, os alunos oralistas têm a checagem de TNS realizada com mais frequência no verbo principal. Observe-se a tabela 12:

Tabela 12 (Ocorrência de marcação de TNS)

Idade	TNS com Auxiliar	TNS com verbo principal
9-10-11	14/45 31%	31/45 69%
12-13-14	23/114 20%	91/114 80%
15 a 20	27/183 15%	156/183 85%

Os números dessa tabela indicam que a presença de TNS no verbo principal é de 69% no grupo de nove a onze anos, em oposição a 33% das ocorrências desse tipo, na linguagem dos alunos bilíngües com essa idade, segundo a tabela 3 já analisada.

Mesmo apresentando essa ocorrência significativa de TNS no verbo principal, no início da parametrização, e um aumento

no acionamento dessa categoria até a idade adulta do deficiente auditivo oralista - chegando a 85% das sentenças com checagem de TNS no verbo principal -, a diferença com os bilíngües não se mantém, pois esses também checam TNS em 83% de suas construções.

Há, portanto, uma continuidade no processo de checagem de TNS no verbo principal, tanto com os bilíngües como com oralistas. No entanto, isso não significa que oralistas e bilíngües consigam um grau equivalente de parametrização de TNS, pois, embora os números de flexão de TNS no verbo principal fiquem semelhantes, quando a marcação de TNS na sentença é comparada às construções infinitivas, os dados oralistas indicam mais realizações de checagens de TNS. Para perceber esse fato, primeiramente é necessário verificar os números da tabela 13:

Tabela 13 (Sentenças com Infinitivo agramatical x sentenças com TNS)

Idade	Infinitivo (A)	TNS
9-10-11	23/81 28%	45/81 55%
12-13-14	14/155 9%	114/155 72%
15 a 20	18/217 8%	183/217 84%

Os números da tabela revelam que já no primeiro grupo, 55% das sentenças produzidas pelos oralistas têm checagem de TNS contra 7% das mesmas construções nessa idade com os bilíngües.

No grupo com mais idade, 15 a 20 anos, a diferença também é significativa. No caso dos alunos oralistas, 84% das sentenças têm marca de TNS, conforme a tabela acima. Já os bilíngües nessa mesma idade constroem apenas 66% de sentenças com flexão de tempo, como mostrado com a tabela 4.

Apesar da diferença de checagem de TNS - que parece ser mais efetiva e estável nos oralistas -, os dados de ambas as escolas indicam que o acionamento e a parametrização de TNS acontecem com maior facilidade, provavelmente pela sua posição mais baixa na estrutura hierárquica da sentença, principalmente se essa estabilidade é confrontada com a emergência de AGR. Com relação a essa categoria, diferentemente de TNS, os números apontam para uma igualdade entre oralistas e bilíngües.

Observando a tabela 14, a seguir, nota-se que a checagem de caso nominativo fica instável, pois a agramaticalidade das construções que exigem essa checagem permanece em 41% nas produções lingüísticas, mesmo dos deficientes auditivos oralistas em idade entre quinze e vinte anos.

Tabela 14 (Sentenças com AGRs gramatical x sentenças com AGRs agramatical)

Idade	AGRs gramatical	AGRs agramatical
9-10-11	27/55 49%	28/55 51%
12-13-14	84/120 70%	36/120 30%
15 a 20	115/194 59%	79/194 41%

Parece que a parametrização tardia de AGR prejudica as construções com essa categoria mais intensivamente do que acontece com TNS, pois para bilíngües e oralistas, sua ocorrência fica em torno de 60%, enquanto que TNS aparece em 80% das construções lingüísticas dos deficientes auditivos em geral.

As sentenças arroladas a seguir são produções dos deficientes auditivos oralistas com problemas de checagem das características morfológicas de AGRs.

- (1) hoje elas deu presente para menina (FH 9 anos)
- (2) A mulher estavam na rua (FH 9 anos)
- (3) Nós comeramos aniversário bolo (PS 9 anos)
- (4) Eu comprou de Páscoa (NT 10 anos)
- (5) Ele gosto muito irmão você (Nt 10 anos)
- (6) Eu mora francisco (NT 10 anos)
- (7) Elas deu presente para meninos (JN 12 anos)
- (8) Eu já comeu da Páscoa (FB 12 anos)
- (9) Você gosto de Páscoa (FB 12 anos)
- (10) Eu gostoso de Páscoa (FB 12 anos)
- (11) e (eu) jogou bola bastante (LX 13 anos)
- (12) e (eu) tomou banho (LX 13 anos)
- (13) eu e minha irmã acordaram para escola (LX 13 anos)
- (14) O meu irmão foi bom natação (LR 13 anos)
- (15) O meu pai estavam dormindo muito (LR 13 anos)
- (16) A Eliana fiz no bolo (LN 14 anos)
- (17) Os meninos pegou da briga (SB 14 anos)
- (18) Eu sempre chama os amigos (GL 14 anos)
- (19) Eu torce do atlético e flamengo (GL 15 anos)
- (20) Eu nada de praia (Gl 15 anos)
- (21) Eu não viu você (RD 15 anos)
- (22) Hoje nós quebraram a bola (BR 15 anos)
- (23) Eu e ela sabe nadar (BR 15 anos)
- (24) Mas eu desculpe você (RD 15 anos)
- (25) os meninos bicicleta viu livro (RS 15 anos)
- (26) Eu caiu (CL 15 anos)
- (27) eu comprou da bola para criança (CL 15 anos)
- (28) o X ajudavam muito do povo (RZ 19 anos)

Além de verificar que a emergência tardia de AGR prejudica a projeção para checagem de flexão de concordância de sujeito, é necessário investigar se o acionamento de TNS é anterior a AGR também entre os oralistas.

A tabela 15 mostra a relação entre sentenças infinitivas, sentenças com marca de TNS e sentenças com AGRs gramatical, para analisar se a estabilização de TNS é ou não anterior a AGR.

Tabela 15 (Ocorrência de sentenças com Infinitivo x ocorrências de TNS x ocorrência de AGRs gramatical)

Idade	Infinitivo	TNS no verbo principal	AGRs G
9-10-11	32/81 39%	31/81 38%	27/81 33%
12-13-14	37/155 24%	91/155 59%	84/155 54%
15 a 20	54/217 25%	156/217 72%	115/217 53%

Esses números demonstram que a checagem de TNS é mais estável que a de AGRs. No grupo de nove a onze anos, as construções com TNS têm quase a mesma proporção de ocorrência que as construções com flexão de sujeito gramatical, 38% e 33% respectivamente.

As tentativas para acionar INFL, conforme os números da tabela, são crescentes tanto para TNS como para AGR. Entretanto, apenas 16% das sentenças ficam sem checar TNS, nos oralistas do terceiro grupo. A presença de AGRs, apesar de aumentar de 33% para 53%, com o tempo estabiliza-se em torno dos 50%.

Parece, então, que a estabilização na aquisição de TNS é para oralistas e bilíngües, anterior à de AGR que, pela parametrização tardia, fica com problemas de acionamento.

Ainda em comparação com os bilíngües, os oralists têm uma estabilização maior de TNS e AGR, isso levando-se em consideração os números da tabela 15, que apresenta as ocorrências dessas categorias no total de sentenças

selecionadas. A tabela 15 indica que 38% de checagem de TNS e 33% de checagem de AGR gramatical ocorrem já dos nove aos onze anos nas produções dos oralistas. No caso dos bilíngües, nessa faixa etária, apenas 2% de checagem e TNS no verbo principal e 5% de AGR gramatical acontecem.

Na faixa etária intermediária, a diferença também é relevante. Oralistas apresentam 59% de marca de TNS e 54% de flexão de concordância de sujeito, enquanto bilíngües checam 26% de TNS e 27% de concordância de sujeito. TNS, de acordo com esses números, tem emergência anterior a AGR, sua estabilização - que é maior nos oralistas em torno de 70% em oposição a 55% nos bilíngües - parece ser mais eficaz do que a de AGR.

Além disso, os dados da escola oralista, assim como os da escola bilíngüe, apontam para a emergência de INFL na linguagem do deficiente auditivo em contradição às ocorrências de infinitivos agramaticais. Isso é melhor analisado com os números da presença total de TNS versus a checagem de AGRs, conforme pode ser observado na tabela 16.

Tabela 16 (Ocorrência de infinitivo x ocorrência de AGRs gramatical x ocorrência de TNS no verbo principal)

Idade	Infinitivo A		TNS		AGRs Gramatical	
9-10-11	23/81	28%	45/81	39%	27/81	33%
12-13-14	14/155	9%	114/155	72%	84/155	54%
15 a 20	18/217	8%	183/217	84%	115/217	53%

Fica evidente, pelos percentuais dessa tabela, a diminuição de infinitivo agramatical versus o aumento de checagem dos elementos de INFL. A agramaticalidade do

infinitivo cai para 8%, porcentagem aproximada à dos deficientes auditivos bilíngües que fica em 6%, como analisado na tabela 6.

Apesar disso, a instabilidade de INFL, principalmente da categoria AGR, continua dificultando a construção das sentenças na linguagem do deficiente auditivo. O movimento para checagem de características morfológicas, também entre oralistas, depende do custo que a operação tem para a sintaxe. Quanto mais projeções necessárias para a interpretação plena na FL e na FF, maiores as complicações para que a checagem das características de flexão aconteça. Provavelmente por isso, as ocorrências de flexão de TNS são mais regulares que as de AGR, uma vez que essa categoria exige uma formação de cadeia com mais movimentos. Assim como AGR, COMP exige uma formação de cadeia com mais projeções, visto que essa categoria é a mais alta na estrutura hierárquica das sentenças.

As produções dos deficientes auditivos bilíngües apontam para a emergência tardia da categoria funcional COMP, bem como para a dificuldade em acioná-la. Essa fato pode ser verificado também com os deficientes auditivos oralistas. A seguir, a tabela 17 traz os números das ocorrências de sentenças com COMP nas produções do *corpus* da escola oralista e, depois, estão apresentados exemplos dessas produções com problemas de posicionamento do elemento *Qu* ou ausência desse elemento.

Tabela 17 (Ocorrências de COMP gramatical x COMP agramatical)

Idade	COMP gramatical	COMP agramatical
9-10-11	0%	2/2 100%
12-13-14	8/18 44%	10/18 55%
15 a 20	19/41 46%	22/41 53%

- (1) Você que brianças pulos (FH 9 anos)
- (2) Ele quer que namorado (PS 9 anos)
- (3) Ele com que muito quer (KL 12 anos)
- (4) Onde mora que estava muito longe (GL 14 anos)
- (5) nós temos [] estudar outra escola regular (RF 14 anos)
- (6) Onde o você estuda a escola (RF 14 anos)
- (7) eu queria escreve esta carta [] eu estou com saudade
(RF 14 anos)
- (8) você porque nunca conversar-se (SB 15 anos)
- (9) Eu sai no campo por que na proximamente o COXA
(BR 15 anos)
- (10) A mulher falou [] ele muito chato (RD 15 anos)
- (11) ela falou [] quer namorar (CL 15 anos)
- (12) Eu acho [] o prefeitura é X (RZ 19 anos)
- (13) Como descobrir antes de escolher é que é ler (KR 20 anos)

A queda de COMP agramatical de 100%, na faixa etária de nove a onze anos, para 53% no grupo de adultos é significativa na indicação de um processo de parametrização de COMP. Porém, assim como acontece com AGR, a demora em receber dados para o 'gatilho' acionar essa categoria acaba por prejudicar a checagem das características morfológicas dos elementos Qu, como pode ser analisado nas sentenças apresentadas acima.

Há que se ressaltar que, embora COMP seja um problema para bilíngües e oralistas, esses últimos têm uma proporção maior de convergência dessa categoria funcional na forma fonética. No caso dos bilíngües, depois de uma fase de 83% de agramaticalidade, por volta dos doze anos, essa dificuldade parece se cristalizar e fica em 100% de ocorrências agramaticais nos adultos. Com os oralistas no início da

aquisição, não há ocorrência de Qu, da mesma forma que acontece com os bilíngües. Mas nos grupos com mais idade a gramaticalidade de COMP fica em torno de 50%, como se vê com a tabela 17.

Os dados da escola oralista denotam que a convergência de INFL e COMP é diretamente proporcional. Isso pode indicar que a emergência de COMP está realmente ligada à emergência de INFL, dependendo da posição hierárquica que ambas as categorias ocupam na estrutura da sentença.

É possível perceber esse fato nos dados dos oralistas porque, desde o início, esses sujeitos apresentam aquisição mais precoce do que os bilíngües, embora tardiamente em relação à aquisição das categorias funcionais dos ouvintes. Os dados mostram que a checagem de TNS, além de mais estável, acontece antes nos oralistas. E mesmo AGR tem uma pequena vantagem percentual, em torno de 10% de checagem, a mais do que nas sentenças produzidas por bilíngües. Pode-se esperar, portanto, que, estando INFL mais estável na linguagem dos oralistas, a formação de cadeias para COMP, nesses sujeitos, acontece mais facilmente.

Além disso, comparando as diferenças entre as produções de COMP dos deficientes auditivos bilíngües e oralistas, pode ser hipotetizado que a liberdade em posicionar os elementos Qu na linguagem de sinais, como observado por BOUCHARD & DUBUISSON(1995), realmente interfere de alguma maneira na parametrização de COMP e nas projeções dos elementos Qu.

A interferência do bilingüismo também parece afetar, além de COMP, a parametrização das preposições, lembrando que, segundo BELLUGI(1993), as línguas de sinais quase não apresentam esses elementos. Dessa maneira, os dados 'gatilhos' a que as crianças bilíngües têm acesso não apresentam ocorrências de preposições para poder despertar o parâmetro.

Por outro lado, os deficientes auditivos oralistas apresentam construções com esses elementos bem mais cedo. Na

faixa etária de nove a onze anos, os oralista já têm uma produção de 40% de preposições gramaticais contra 0% na mesma faixa etária dos bilíngües, como mostram as tabelas 9, apresentada anteriormente, e 18 a seguir:

Tabela 18 (Ocorrências de preposições gramaticais x preposições agramaticais)

Idade	Preposição gramatical		Preposição agramatical	
9-10-11	14/35	40%	21/35	60%
12-13-14	40/84	48%	44/84	52%
15 a 20	64/144	44%	80/144	55%

Como se pode ver, a gramaticalidade das preposições, nos oralistas, fica em torno de 44%. No caso das sentenças dos bilíngües, aparecem apenas 23% de sentenças com preposições bem empregadas mesmo no grupo de quinze a vinte anos.

Algumas sentenças que, assim como as produzidas pelos alunos bilíngües, apresentam problemas de seleção ou ausência de preposições são apresentadas a seguir:

- (1) Você vai viajar a praia (FR 9 anos)
- (2) Vamos brincar na boneca (FR 9 anos)
- (3) Eu gosto [] você (NT 10 anos)
- (4) Eu mora [] francisco (NT 10 anos)
- (5) Pai pegar [] cuidado a maçã (LD 10 anos)
- (6) Ele com que muito quer (KL 12 anos)
- (7) conversei bastante [] meus amigos (LX 13 anos)
- (8) Quantos você quer com dinheiro (LR 13 anos)
- (9) A mamãe pessar casa de no vovô (LN 14 anos)
- (10) Eu para na casa (LN 14 anos)

- (11) Os meninos pegou da briga com o carrinho (SB 14 anos)
- (12) Depois eu assisto com o televisão (GL 14 anos)
- (13) Eu nado de praia (GL 14 anos)
- (14) Eu amo de você (LX 15 anos)
- (15) Eu fui na viajar Itajaí meu avô (CL 15 anos)
- (16) Quando Rafaela vem escola X da conversar comigo
(CR 16 anos)
- (17) não têm paciência à aprender as matérias (KR 20 anos)
- (18) perguntar [] outras pessoas (KR 20 anos)

Tomando todas as porcentagens das ocorrências das sentenças, nas produções linguísticas dos deficientes auditivos que usam apenas a linguagem oral, pode-se dizer que fica em torno de 50% a convergência de sentenças gramaticais, segundo os dados aqui quantificados. A "performance" na parametrização das categorias funcionais, nos oralistas, parece alcançar uma estabilidade maior que no caso dos deficientes auditivos bilíngües. Contudo, apesar dessa estabilidade maior, o acionamento dessas categorias acarreta problemas na linguagem dos deficientes auditivos oralistas, bem como nos bilíngües, dependendo do custo que a formação de cadeia tem para projetar os elementos para checagem.³⁹

São apresentados, a seguir, gráficos para demonstrar a aquisição das categorias funcionais pelos deficientes auditivos oralistas e, também, uma comparação da aquisição dessas categorias entre oralistas e bilíngües de quinze a vinte anos.

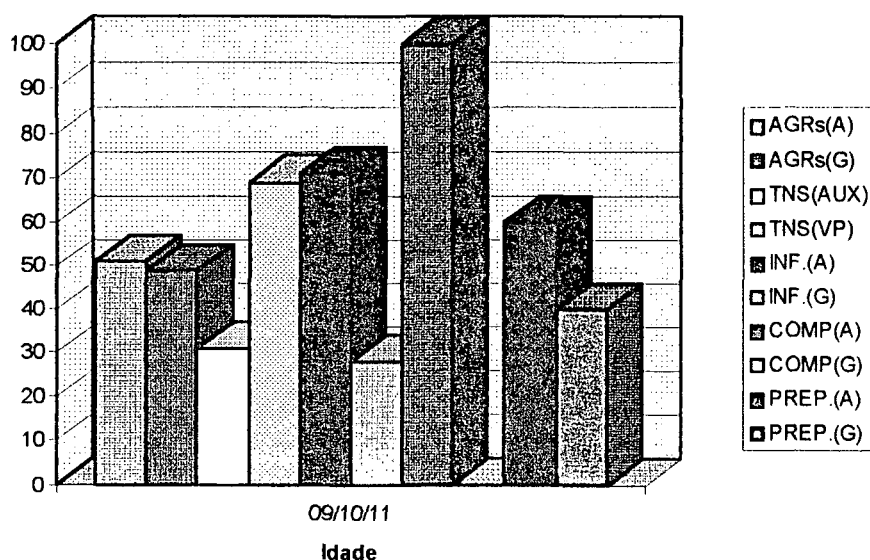
Com o objetivo de examinar se há ou não proximidade entre as produções linguísticas escritas dos deficientes auditivos oralistas e bilíngües com as dos alunos deficientes auditivos que prestam vestibular, o item posterior à apresentação dos gráficos traz uma análise dos textos de vestibular.

³⁹ Como mencionado anteriormente, a dificuldade em formar cadeias foi observada também no agramatismo por GREGOLIN-GUINDASTE(1996).

Como realizado com os dados do bilingüismo, os gráficos 8, 9 e 10 apresentam a aquisição das categorias aqui analisadas pela variante faixa etária.

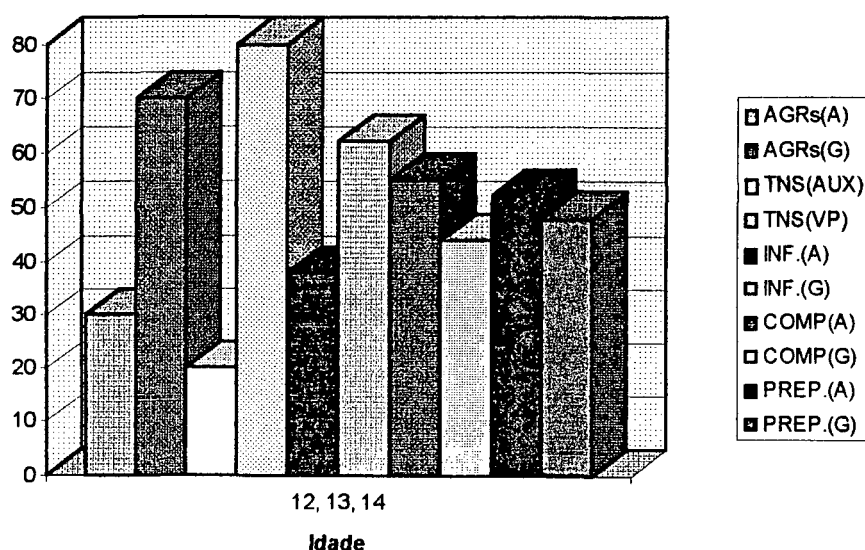
O gráfico 8 mostra que oralistas de nove a onze anos têm 100% de produção de COMP agramatical. O gráfico indica ainda que TNS é checado no verbo principal em quase 70% das sentenças já nesta faixa etária, enquanto AGR fica gramatical em torno de 50% das ocorrências. Apesar da emergência dos elementos de INFL, ainda permanece 70% de agramaticalidade do infinitivo. Com o gráfico, é possível observar, também, que oralistas do primeiro grupo têm uma produção, nesse momento, de 40% de preposições bem empregadas.

Gráfico 8



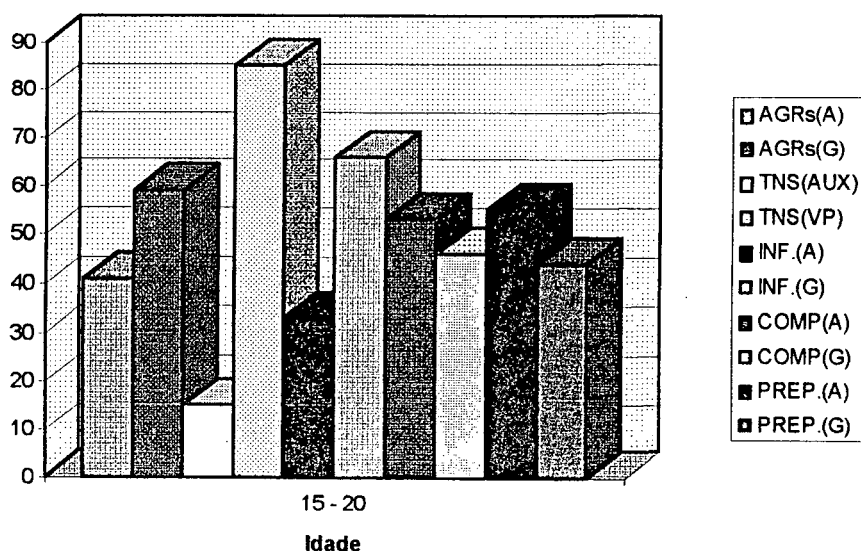
O gráfico 9 indica que, dos doze aos quatorze anos, acontece um aumento considerável na gramaticalidade de todas as categorias funcionais, principalmente com os elementos de INFL. AGRs passa a ser gramatical em 70% das sentenças e TNS é checado no verbo principal em 80% das projeções. Com isso, a gramaticalidade do infinitivo fica acima dos 60%. Aumenta também o bom emprego de preposições e a checagem em COMP em mais de 40% das sentenças.

Gráfico 9



Com o gráfico 10, nota-se a estabilização das ocorrências de categorias funcionais na faixa etária de quinze a vinte anos, pois os números não apresentam grande alteração com relação ao segundo grupo. TNS permanece com checagem no verbo principal em torno de 80% e a gramaticalidade de AGR cai um pouco, ficando em torno de 50% das ocorrências.

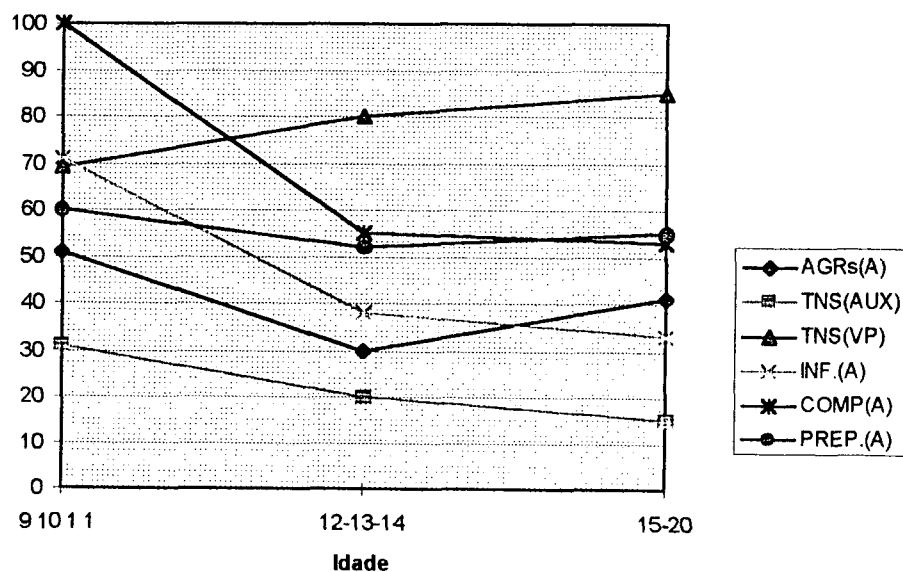
Gráfico 10



Os gráficos 11 e 12 mostram a comparação das ocorrências das categorias funcionais nas três faixas etárias dos alunos oralistas. O gráfico 11 indica as ocorrências (A)gramaticais das categorias e o 12, as (G)ramaticais.

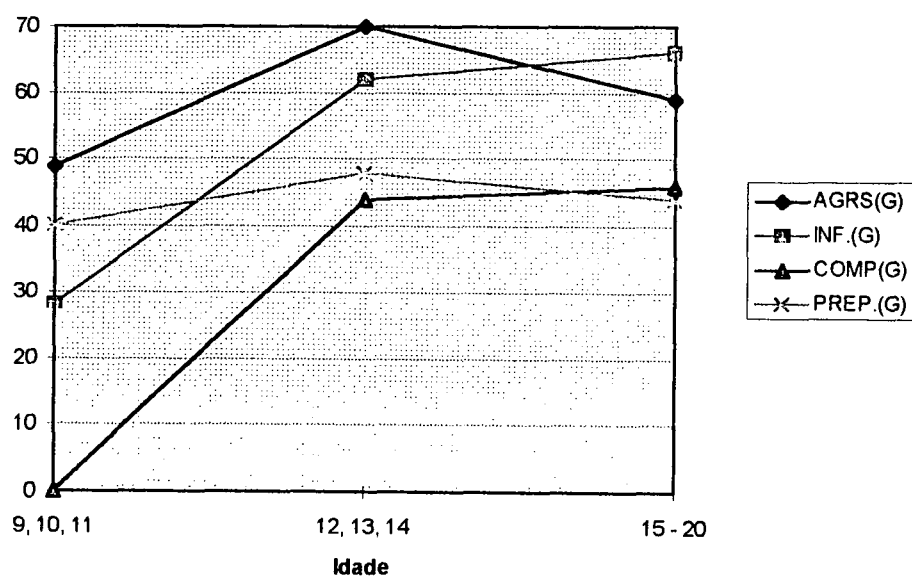
O gráfico 11 aponta para uma queda das ocorrências de infinitivo agramatical. Conforme aumenta a idade dos oralistas, diminui de 70%, no primeiro grupo, para menos de 40% nos grupos de alunos com mais de doze anos. Com isso, ocorre um progresso na checagem de TNS no verbo principal, ou seja, no primeiro grupo acontece em 70% das sentenças e passa para mais de 80% nos alunos mais velhos. A agramaticalidade de AGR cai um pouco na faixa etária de doze a quatorze anos, mas estabiliza em torno dos 40% no terceiro grupo. Outra queda considerável de agramaticalidade, conforme aumenta a idade, acontece com a checagem em COMP, essa categoria passa de 100% de ocorrências agramaticais, no início da aquisição, para pouco mais de 50% a partir dos doze anos.

Gráfico 11



O gráfico 12 indica que, na faixa etária de doze a quatorze anos, nos oralistas, acontece o ponto mais forte de checagens gramaticais das categorias funcionais. Depois dessa fase há uma estabilização com todas as categorias funcionais tendo ocorrências gramaticais acima de 40%. As produções de sentenças com infinitivo e COMP gramaticais são as que têm um progresso maior.

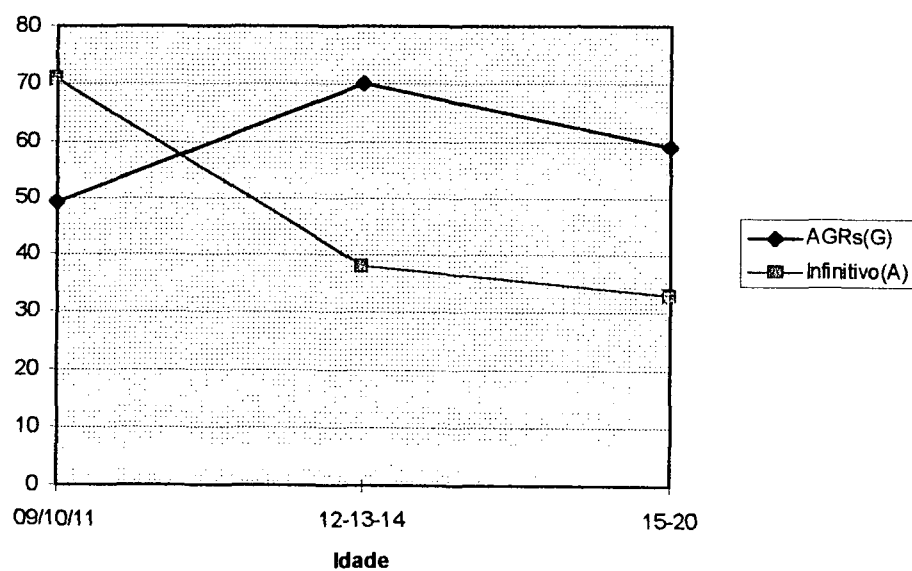
Gráfico 12



Os gráficos 13 e 14 apresentam a emergência de AGR e TNS *versus* as ocorrências infinitivas nos três grupos de alunos oralistas.

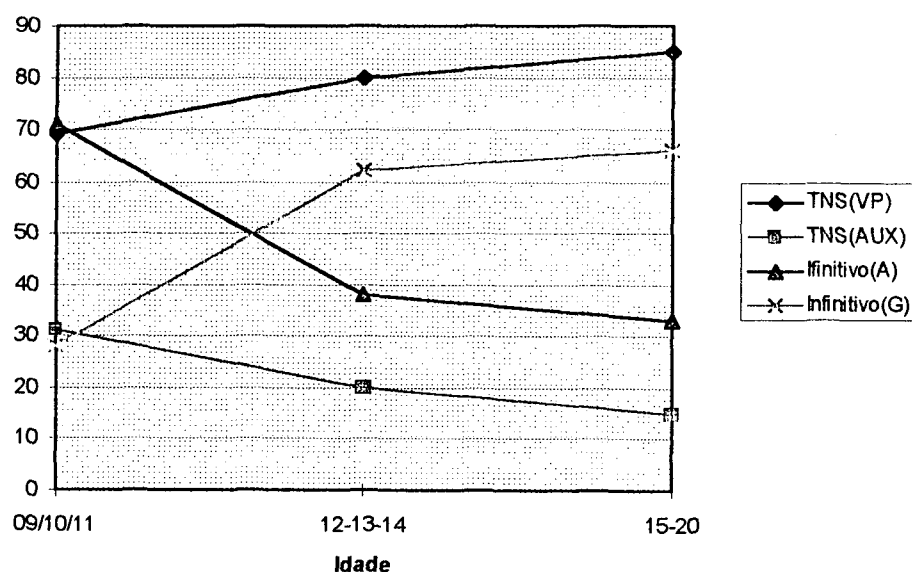
Com o gráfico 13 é possível observar que, com o aumento de ocorrências gramaticais de AGRs, diminuem as sentenças infinitivas agramaticais.

Gráfico 13



O gráfico 14 indica um aumento na gramaticalidade do infinitivo, que passa de menos de 30%, no primeiro grupo, para mais de 60% a partir dos doze anos. Esse fato pode estar relacionado ao crescimento das checagens de TNS acontecendo no verbo principal, também conforme a idade dos oralistas.

Gráfico 14



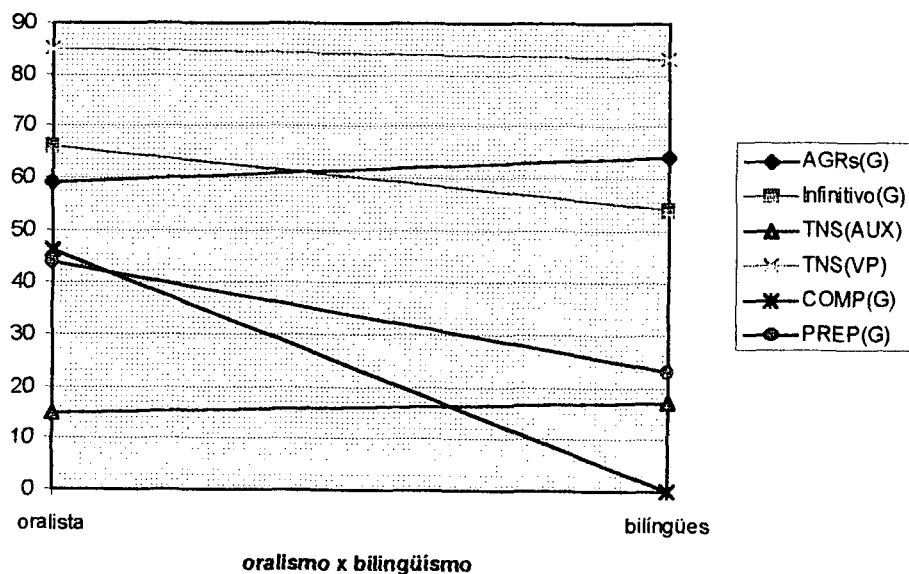
O gráfico 15 traz uma comparação do nível de gramaticalidade alcançada nas checagens morfológicas realizadas após a emergência das categorias funcionais em oralistas e bilíngües de quinze a vinte anos.

É possível observar, com esse gráfico, que a checagem de TNS no verbo principal acontece igualmente entre oralistas e bilíngües, ou seja, acima de 80% das sentenças dos deficientes auditivos apresentam essa checagem. Também á aproximada a flexão de concordância de sujeito nos oralistas e bilíngües; ambos têm checagem de AGRs em torno de 60%. Isso indica que os elementos de INFL têm uma parametrização aproximada nos alunos das duas escolas, apesar de as ocorrências de infinitivo gramatical serem menores para bilíngües.

A maior diferença entre oralistas e bilíngües está na aquisição de COMP. Os oralistas têm mais de 40% de sentenças com COMP contra 0% dessas sentenças nos bilíngües.

As preposições também são mais bem empregadas por oralistas.

Gráfico 15



4.3 DADOS DOS TEXTOS DE VESTIBULANDOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Para verificação das ocorrências das categorias funcionais nos textos dos vestibulandos deficientes auditivos estão organizadas duas tabelas, uma para o ano de 1995 e outra para o ano de 1996, cada uma delas apresentando as ocorrências de todas as categorias aqui analisadas.

Tabela 18 (Ocorrências das categorias funcionais nos textos do vestibular de 1995)

Categorias	AGRs		Infinitivo		TNS		COMP		Prep.	
Nº de ocorrências	135		47		130		62		114	
	G	A	G	A	AUX	PRI	G	A	G	A
	69%	31%	76%	24%	13%	87%	61%	39%	75%	25%

Tabela 19 (Ocorrências das categorias funcionais nos textos do vestibular de 1996)

Categorias	AGRs		Infinitivo		TNS		COMP		Prep.	
Nº de categorias	299		148		276		151		328	
	G	A	G	A	AUX	PRI	G	A	G	A
	62%	38%	69%	31%	18%	82%	48%	52%	61%	39%

As diferenças nas ocorrências das categorias funcionais, nos dois anos de vestibular, não são grandes, ficam por volta dos 6% - com exceção de COMP, que tem 13% a mais de ocorrências em 1996 e as preposições, com 14% a mais.

Uma observação realizada após a comparação entre os textos produzidos nos dois anos de vestibular talvez explique essa diferença. No ano de 1996, foi solicitado no exame da UFPR que os alunos produzissem cinco textos diferentes. Os enunciados apresentavam sempre um texto básico para o encaminhamento da escrita do aluno. O que parece ter acontecido, no caso dos deficientes auditivos, é que uma boa parte das ocorrências são construções copiadas desses textos básicos. Portanto, algumas das construções gramaticais, consideradas nos textos, podem não ser produção sintática autônoma, mas reproduções. Apesar disso, é possível verificar um aumento nas construções com categorias funcionais em textos de vestibulandos ao compará-los com os textos dos alunos, da faixa etária de quinze a vinte anos, das escolas analisadas.

Para tanto, primeiramente é preciso analisar a gramaticalidade, das categorias funcionais, apontada pelas tabelas dos dois anos de vestibular, 1995 e 1996. Essas tabelas indicam que mais de 50% das sentenças dos candidatos deficientes auditivos têm ocorrências gramaticais de categorias funcionais, por exemplo: AGR é gramatical em torno de 65% das construções; TNS é marcado no verbo principal em 85% das ocorrências; COMP tem 50% de checagem convergente e preposição, 70%.

Esses números poderiam estar dando indicações para uma continuidade na parametrização da linguagem, porém não parece que seja realmente esse o caso. Mesmo porque, apesar de eles estarem acima do esperado, são próximos aos encontrados nos dados dos alunos oralistas com mais idade.

Além disso, uma questão pode explicar o número maior de ocorrências gramaticais nos textos do vestibular: trata-se da

diferença no nível de surdez dos candidatos deficientes auditivos que prestam o exame. No item 2.1, é mencionada a questão da classificação do nível de surdez dos alunos de vestibular diferir da do restante dos alunos selecionados para esta pesquisa - com seis, dos quinze vestibulandos, sendo portadores de surdez moderada ou moderadamente severa. É possível que a diferença na capacidade de audição altere a probabilidade de parametrização da língua, sendo este o motivo provável por que nos textos de vestibular aumenta a ocorrência gramatical das categorias funcionais.

Ainda assim, ou justamente por esse fato, é possível colocar que a aquisição e parametrização das categorias funcionais no deficiente auditivo acontece de forma hierárquica. Isso pode ser afirmado a partir da observação dos números da presença de TNS nas construções lingüísticas dos alunos do vestibular e dos alunos das escolas oralista e bilíngüe.

Na escola bilíngüe, a porcentagem de TNS marcado no verbo principal fica em 55%; na oralista, por sua vez, 84%. Nos textos dos vestibulares, de 1995 e 1996, TNS aparece checado, respectivamente, em 87% e 82% das sentenças. A categoria TNS é, sem dúvida, a que tem projeções para checagem mais estáveis em todos os grupos de deficientes auditivos aqui investigados - mesmo com relação aos bilíngües, se comparados a outras categorias.

Uma questão que surge com os dados de vestibular é a proximidade das ocorrências das categorias funcionais das construções lingüísticas dos deficientes auditivos oralistas e dos vestibulandos. Isso já está denotado com as ocorrências de checagem de TNS - uma média de 85% de convergência para os

dois grupos. Também há proximidade na média de gramaticalidade entre as outras categorias, como pode se observado com os seguintes números:

- a)AGR gramatical: 65% nos dados do vestibular e 59% na escola oralista(nesse caso, o bilingüismo se aproxima com 64%);
- b)Preposição gramatical: 68% nos textos do vestibular e 44% na escola oralista (nos dados da escola bilíngüe, 23%);
- d)COMP gramatical: 65% nos dados do vestibular e 46% nos dados dos oralistas entre quinze e vinte anos(contra 0% nos dados da escola bilíngüe).

Em resumo, a aquisição das categorias TNS, COMP e preposição por oralistas está mais próxima das ocorrências das produções lingüísticas dos alunos do vestibular do que a ocorrência dessas categorias nos dados dos deficientes auditivos bilíngües. Esse fato só tem relevância quando se considera que, entre os sujeitos que fornecem os dados lingüísticos do vestibular, estão 40% de indivíduos que têm um nível de audição que permite mais acesso aos dados 'gatilhos' da língua a ser parametrizada, enquanto todos os sujeitos oralistas têm surdez profunda congênita.

Estão arroladas a seguir, produções de sentenças dos alunos de vestibular com o objetivo de enfatizar a dificuldade apresentada por eles com relação às categorias funcionais em suas produções lingüísticas.

- (1) Devem que cortar o cabelo e tirar o brinco. (AO)
- (2) Usar brincos, tatuagens. (AI)
- (3) Todas as escolas vão mudar as regras quando antes que os pais assinarem. (AA)
- (4) Dificilmente defender os direitos sobre as regras dos colégios (AA)

- (5) Só que quem dêem a permissão a usarem assim (EU)
- (6) não comandam a vida dos jovens porque senão eles pararem de estudar.(EU)
- (7) Os jovens usar cabelos grande, brincos e tatuagens.(EO)
- (8) Eles achar os cabelos grande (EO)
- (9) os jovens só pensa briga não estuda nada, usar droga.(EO)
- (10) Eles use tatuagens. (EO)
- (11) é futuro mais difícil responsáveis porque eles sair madrugada (EO)
- (12) pulmões ficar pretos como carvão(EA)
- (13) Eu quase sempre jantar fora (EA)
- (14) Eu peço o garçom [] preferir de mesa sem fumo(EA)
- (15) Fumo poder provocar com câncer e coração(EA)
- (16) se fosse eu [] fique nervoso (EA)
- (17) agora não tem [] pagar para o norte (EA)
- (18) porque eles emprestou precisar para ajudar povos(EA)
- (19) O Brasil sempre levar não pagar (EA)
- (20) Aids não tem curar porque os vírus muito forte do que o corpo próprio vírus(EA)
- (21) todos precisar tomar cuidado(EA)
- (22) Eu sempre sair minha namorada no cinema (EA)
- (23) também viajar junto(EA)
- (24) depois []casar não dá mais alegria porque começou preocupado (EA)
- (25) sempre ficar casa precisar sair para conhecer mais (EA)
- (26) principalmente [] conhecem o próprio vício deles(IU)
- (27) A maioria delas procura com o prazer [] está cada vez mais difícil (IU)
- (28) ou para clientes que não gosta de estar perto do cigarro(II)
- (29) Têm pessoas [] não querem ter nada em paz (II)
- (30) o país [] mais gostou do café foi Estados Unidos (II)

- (31) é que o país que importam mais café do Brasil tem o mesmo gosto [] Estados Unidos (II)
- (32) as pessoas fica com medo de pegar nesta coisa (II)
- (33) Tem gente [] se preocupa demais de si mesmo (II)
- (34) mostram a parte de preconceito [] é uma forma de greve(IE)
- (35) É casa que mais importante de cuidar todo o corpo (IE)
- (36) e poder fumar no ar livre em várias fábricas (IE)
- (37) As pessoas [] têm dinheiro podem ir na academia (IA)
- (38) Depende das pessoas [] tem problema no corpo(IA)
- (39) Alguns emagreça e volta a engordar(IA)
- (40) os pobres sofrem [] trabalhar muito (IA)

Para a representação das ocorrências das categorias funcionais nos dados selecionados dos textos de vestibular, são apresentados dois gráficos, um para cada ano investigado. Logo em seguida, outros dois gráficos mostram ocorrências desses elementos em uma comparação com os dados dos alunos bilíngües e oralistas adultos.

Os gráficos 16 e 17 mostram as ocorrências das categorias funcionais nas produções lingüísticas de deficientes auditivos nos vestibulares de 1995 e 1996.

É possível verificar em ambos os gráficos que as ocorrências gramaticais da maioria das categorias funcionais, nos textos de deficientes auditivos do vestibular, está sempre acima dos 60%.

Gráfico 16

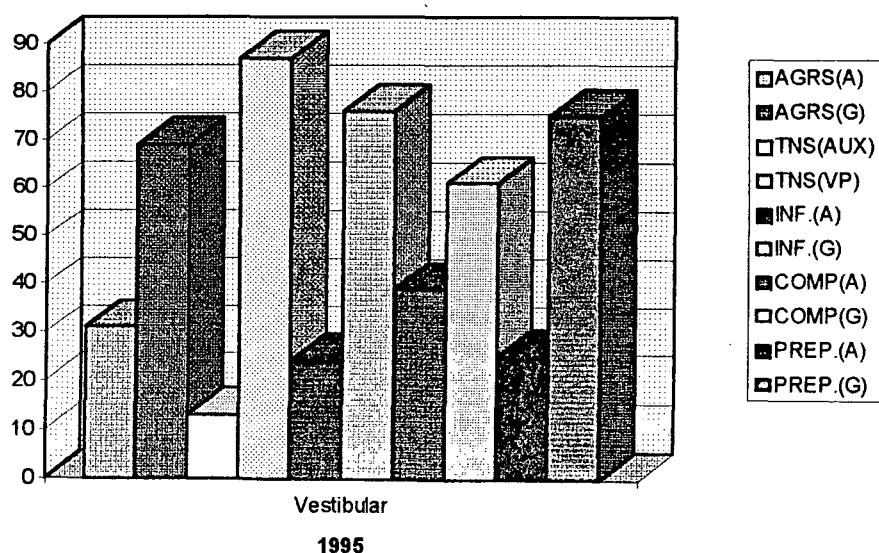
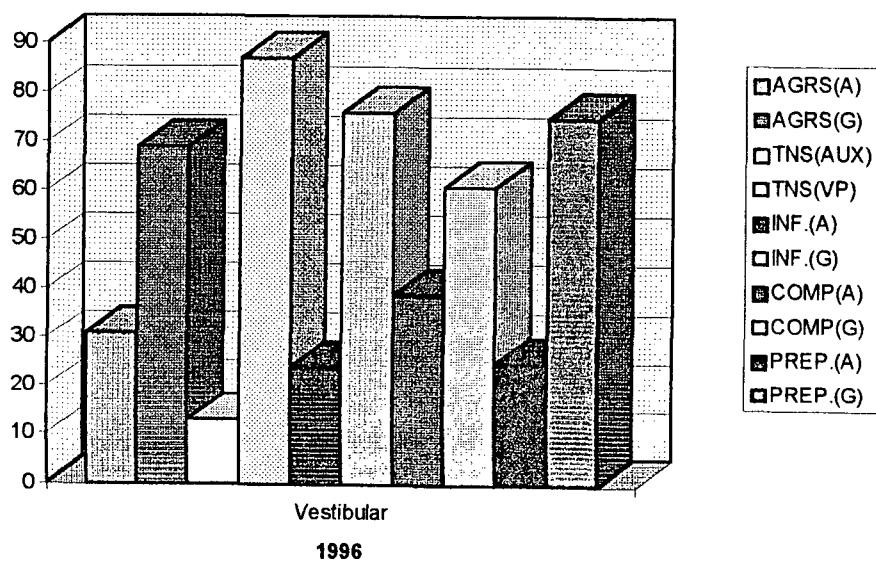


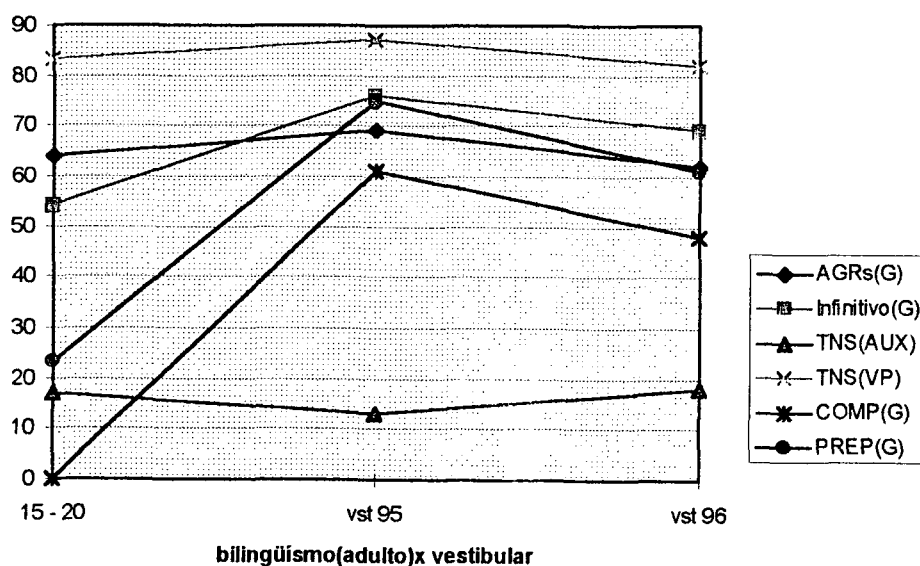
Gráfico 17



Os gráficos 18 e 19 mostram uma comparação das ocorrências gramaticais das categorias funcionais que aparecem nas produções lingüísticas dos alunos bilíngües e oralistas com idade entre 15 e 20 anos e as produções dos vestibulares.

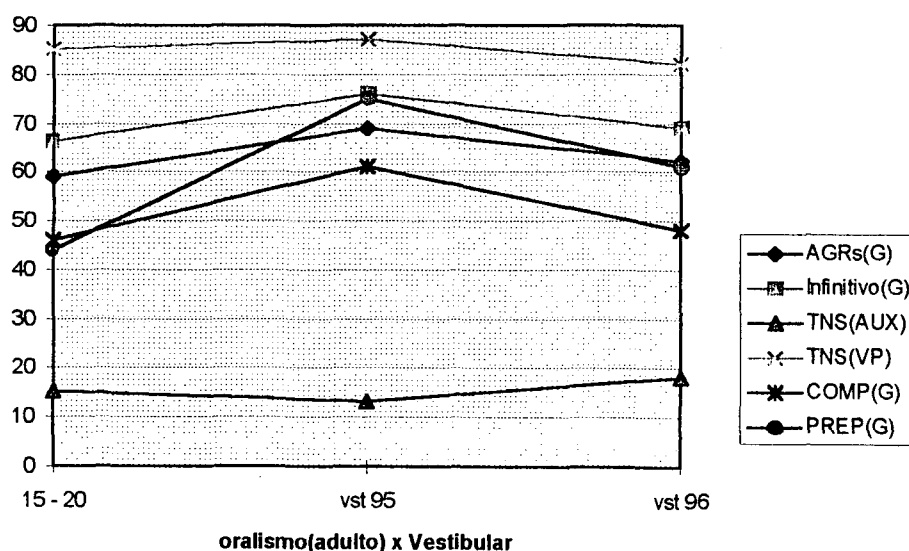
Com o gráfico 18, observa-se que as ocorrências gramaticais das categorias funcionais nos alunos bilíngües são sempre menores que nas sentenças dos alunos do vestibular. Mas a categoria que mais se sobressai, em termos de diferença de gramaticalidade, é COMP com 0% de ocorrência nos bilíngües, 60% nas sentenças dos vestibulandos de 1995 e perto de 50% no vestibular de 1996. Outra categoria que apresenta uma grande diferença é a preposição, com pouco mais de 20% de emprego gramatical na linguagem dos bilíngües e ficando acima 60% nas produções lingüísticas do vestibular.

Gráfico 18



Com o gráfico 19, fica evidente a aproximação das ocorrências gramaticais das categorias funcionais entre oralistas e vestibulandos deficientes auditivos. A maior variação percentual acontece com as preposições, que, nos oralistas, são bem empregadas em 45% das sentenças e, nos vestibulandos, são gramaticais em mais de 60% das ocorrências. As outras categorias apresentam uma diferenciação entre os alunos, que fica no máximo em 10%.

Gráfico 19



Com essa análise de dados da produção lingüística de deficientes auditivos, verifica-se que a apresentação tardia de dados para o "input" lingüístico desses sujeitos dificulta a parametrização da linguagem dos mesmos. Essa questão é apresentada no capítulo de conclusão a seguir, que traz as considerações finais da análise realizada no decorrer deste capítulo.

CONCLUSÃO

Com base na teoria da sintaxe gerativa, esta pesquisa teve como objetivo analisar a aquisição de categorias funcionais em textos escritos de portadores de deficiência auditiva, com a intenção de investigar a competência lingüística desses sujeitos.

Terminada a análise de dados, é possível elencar as conclusões parciais que foram apontadas ao longo do terceiro capítulo.

A análise demonstra que a apresentação tardia dos dados para o "input" lingüístico prejudica a parametrização das categorias funcionais, seja para o deficiente auditivo que utiliza apenas a linguagem oral, seja para o bilíngüe.

O portador de deficiência auditiva, por volta dos nove anos, faz uso da terceira pessoa do singular dos verbos ser e ter, bem como as crianças ouvintes, em fase de aquisição da linguagem, analisadas por PLATZACK(1990) e JORDENS(1990) - com a diferença de que no caso dos deficientes auditivos, isso acontece tardiamente. Como propõe PLATZACK, essas flexões não parecem ser marcas de concordância de sujeito e tempo, mas sim variantes lexicais de infinitivo. Isso porque as categorias AGR e TNS ainda não emergiram nesse período para que o movimento de checagem das características morfológicas, na linguagem do deficiente auditivo, pudesse ocorrer, o que confirma a hipótese do estágio telegráfico de WEXLER(1897), revisto por GUILFOYLE & NOONAM(1988).

A afirmação de JORDENS(1990), que prevê uma distribuição complementar entre flexão e infinitivos, é confirmada nos dados

dos deficientes auditivos, porém com o início das checagens de INFL, pela projeção e verbos diferentes de 'ser' e 'ter', o que diminui são os infinitivos agramaticais e não a ocorrência de infinitivos.

Quanto ao início da emergência das categorias funcionais, na linguagem escrita do deficiente auditivo, os dados indicam que o primeiro elemento a ser checado, na estrutura das sentenças, é TNS. Essa checagem ocorre no início, conforme os dados, nos verbos auxiliares. Mais uma vez, portanto, os deficientes auditivos seguem, na escrita, os mesmos passos de aquisição de língua oral das crianças ouvintes.

OUHALLA(1991), como visto no item 3.1.1, observa que, quando TNS adjunta-se ao verbo auxiliar, há aspecto verbal sendo marcado - para o autor existe a categoria ASP gerada entre AGR e TNS. Para que AGR e TNS sejam marcados no verbo principal, é necessário que haja derivações por movimentos de cadeia do verbo para AGR. Pode-se dizer, então, que as primeiras marcas de tempo na aquisição da linguagem do deficiente auditivo são aspectuais, que se confirma pela dificuldade que esses sujeitos mantêm para realizar os movimentos de checagem por cadeia, levando a uma descontinuidade na marcação das categorias funcionais, principalmente AGR.

A emergência da categoria AGR nos dados corresponde à proposta de TSIMPLI(1991) e GUILFOYLE & NOONAM(1988), a qual sugere que a marca de concordância de sujeito aparece somente depois de TNS emergir. Como observado no capítulo quatro, as sentenças construídas pelos deficientes auditivos apresentam a marca de tempo anterior à emergência da marca de concordância

de sujeito. Esse fato pode ser explicado seguindo-se a hipótese da construção estrutural defendida pelas autoras. Essa hipótese estabelece que as crianças falham em realizar movimentos de projeções, porque as categorias funcionais, no início da aquisição, estão no 'vácuo'. No caso dos dados aqui analisados, os elementos superiores à TNS na estrutura das sentenças estão no 'vácuo' e, entre esses elementos, está AGR.

Esse fato também corrobora a proposta de OUHALLA(1991) de que na ordem das categorias funcionais, no caso das línguas SVO, TNS comanda AGR. Outra confirmação, que pode ser vista a partir da observação de que a aquisição de TNS na linguagem dos deficientes auditivos é anterior à de AGR, diz respeito à hipótese da hierarquia das categorias funcionais, que prevê a aquisição primeiro das categorias funcionais mais baixas na estrutura das sentenças, proposta por HAGIWARA(1995) e analisada por FREEDMAN & GRODZINSK(1995) e GREGOLIN-GUINDASTE(1996).

Além disso, pela emergência tardia de TNS e depois de AGR, INFL parece ficar instável na linguagem dos deficientes auditivos, prejudicando as projeções de elementos Qu, que ficam, na maioria das vezes, ausentes das sentenças desses sujeitos. A instabilidade de INFL parece impedir projeções para COMP e, quando elas acontecem, as sentenças ficam ou com AGR agramatical ou com o elemento Qu deslocado, o que dificulta a sua interpretação. Isso pode se dever, segundo HAGIWARA(1995) ao custo computacional que envolve as projeções para as categorias mais altas na estrutura hierárquica das sentenças. Ainda sobre essa questão, de acordo com GREGOLIN-GUINDASTE(1996), as complicações para projetar para COMP

acontecem pelo fato de que construir cadeias com muitas categorias funcionais é mais difícil.

Essas duas hipóteses podem explicar os dados lingüísticos dos deficientes auditivos, sustentando, entre outras, a proposta de CHOMSKY(1993), a qual prediz que movimentos que exigem menos passos na formação de cadeias são menos custosos.

Essa dificuldade dos deficientes auditivos em realizar projeções para COMP em sua linguagem confirma, também, as propostas para as línguas V2 de GUILFOYLE & NOONAM(1988) e TSIMPLI(1991), com a postulação de que COMP é adquirido depois de INFL.

A análise de dados demonstra que na linguagem do deficiente auditivo existem problemas também com as preposições. A observação aqui realizada não tem intenção de investigar a fundo esses elementos, apenas se propõe a apontar que, como as outras categorias funcionais, as preposições são adquiridas tardiamente pelos deficientes auditivos, ficando suas ocorrências instáveis.

A partir dessas observações, pode ser afirmado que a aquisição da linguagem dos deficientes auditivos segue os mesmos passos das crianças ouvintes dentro de uma ordem licitada pela gramática universal. As características verificadas por RADFORD(1989) no início da aquisição da linguagem por crianças ouvintes, encontram-se nos dados dos sujeitos aqui investigados, ou seja: ausência de marca de tempo e concordância de sujeito produzindo orações infinitivas. Pela exposição tardia aos dados lingüísticos, porém, as construções sintáticas dos deficientes auditivos ficam com problemas, principalmente nas projeções para checagens em AGR e COMP.

Observando todas as tabelas e gráficos apresentados no capítulo de análise de dados, pode ser verificado que a faixa etária de doze a quatorze anos é a que mais apresenta projeções de categorias funcionais. A emergência desses elementos parece

acontecer antes dessa fase, mas a acomodação dos movimentos de checagem se realiza na fase intermediária. A continuidade no processo de parametrização parece estabilizar-se após os quinze anos, com ocorrências de TNS no verbo principal em mais de 80% das sentenças e a flexão de concordância de sujeito sendo checada acima de 60% em AGRs.

Embora todas esses fatos, com relação à ausência das categorias funcionais que emergem tardiamente na linguagem do deficiente auditivo, aconteçam com oralistas e bilíngües, com a análise e comparação dos dados aqui realizada, nota-se que os oralistas apresentam uma gramaticalidade maior nas construções de suas estruturas sintáticas em relação às categorias funcionais.

Os dados apontam para uma emergência e uma parametrização mais precoce e melhor de TNS, COMP e preposição nas produções dos oralistas, com uma aproximação dos números apresentados pelos deficientes auditivos que prestaram vestibular e que têm um grau de surdez menor, o que permite um "input" com mais qualidade.

A explicação para a aquisição de categorias funcionais mais estável e anterior nos oralistas pode estar nas questões expostas no primeiro capítulo, sobre as dificuldades que envolvem o bilingüismo. Isso porque, na escola bilíngüe em que os dados, aqui investigados, foram coletados, a proposta é de se trabalhar com a comunicação total. A primeira questão que se coloca quanto a isso é observada por BEHARES(1993), isto é, na comunicação total, a língua oral é adquirida rudimentarmente e acaba sendo utilizada nos moldes estruturais da língua de sinais. Dessa forma, o que acontece, na realidade, é que as crianças não alcançam um manejo isofuncional de ambas as línguas.

Basta pensar, para confirmar esse fato, que pais e professores das escolas não têm conhecimento de língua de sinal

e acabam utilizando o bilingüismo bimodal, com correspondência de um gesto - e não de um sinal - para uma palavra da língua oral. Segundo SVARTHOLM(1993), é muito difícil que as crianças consigam usar um sistema assim, pois os gestos usados nesse sistema acabam sendo inconsistentes.

Portanto, o que se observa é que as crianças nas escolas bilíngües não têm acesso consistente aos dados da língua oral e, muito menos, aos da língua de sinais. A maioria dos pais de deficientes auditivos ou são oralistas e não usam a língua de sinais ou, ao contrário, são sinalizadores e não usam a língua oral por questões de segregação, como exposto no primeiro capítulo. Além disso, as crianças ingressam tarde nas escolas e, só então, mantêm contato com outros deficientes auditivos.

Todas essas diferenças levam a criança a ativar tardiamente o 'gatilho' para a emergência das categorias funcionais. São muitos os sistemas apresentados a ela: língua oral, língua de sinais, gestos, língua escrita. Talvez o maior problema com relação a apresentação desses dados esteja, justamente, no fato desses diferentes sistemas serem apresentados de maneira completamente incoerente.

Provavelmente, os dados oralistas aqui investigados apresentam uma gramaticalidade mais consistente apenas porque a forma em que foi apresentada a língua a ser parametrizada permite à criança observar a estrutura da linguagem e isso pode ser também realizado com a língua de sinais. Entretanto, para realizar isso, é necessário que outras pesquisas investiguem o processo de bilingüismo no deficiente auditivo. Além disso, o papel da aquisição da linguagem escrita para a socialização do deficiente auditivo deve ser visto como fundamental no ensino especial.

Com relação aos textos produzidos por deficientes auditivos para o vestibular, o que se verifica é a permanência

de um problema de aquisição de categorias funcionais na linguagem desses indivíduos, ou seja: a descontinuidade nas projeções para checar morfologia nas categorias funcionais. Mas o conteúdo e o conhecimento de mundo desses sujeitos estão presentes em sua linguagem escrita. Talvez seja necessário repensar a leitura que se faz dos textos dos deficientes auditivos, observando que os problemas desses textos são equívocos de flexão devido à aquisição tardia das categorias funcionais.

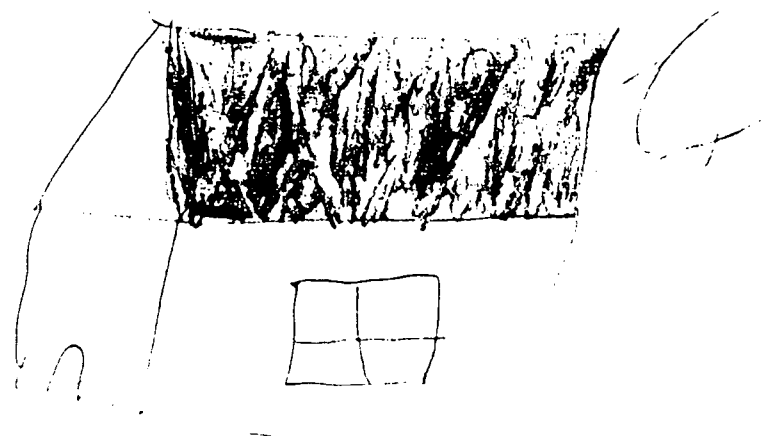
ANEXOS

ripa o papai tem

ta titio papa titia t ta pau pia auto
da lu bala bruta bolo balo

amae mae meamei

ia loi dai atdo dade dede nde nra



a pipa papai tem

pate tem pipa

fala pito pãe tem

to to bola tem

namé papo tem

boi fala tem



X a pia foi vi. JL - 10 anos - bilíngüe

foi a pia.

na pia foi.

caule pruto.

caule pra vi.

O papai é Pepe não.

tem é a mãe.

O papai é um tem pipa.

A Eu um tem foi pipa.

RD-11 anos - bilíngüe

O preto é pipa.

O velho é de teta.

A pipa é teta.

O teta é pipa.

A mamãe é pipa.

O papai é um tem pipa.

Eu tem um é pipa.

Eu um é de mamãe Eu pipas

pipa é de mamãe.

mamãe é Eu tem um teta.



x a papai pe.

x Mamaim Papai.

x tem pe papai.

x mamai titia papai

x papapai titia toto papai.

mamai tuta pata.

Iala tem pe mamai.

papapai pa mamai



✓

LD-11 anos - oralista

1) festa da aniversário

0 bolo é muito bonito.

1 bolo um bom!

1 aniversário um muito bonito

1 Chocolate é muito bonito.

2 chocolate é um bom!

o sol

GS - Hano - Uralista

O Sol está forte, quente e fogo.

Quando parece está Sol já em piscinas
gelo e lava.

Eu tenho pouco calorado mas sol forte.

O Sol tem um fogo, quente e ar.

O Sol parece é amarelo, ver-
melho e grande.

Deus fez sol é grande um fogo.

VL-12 anos - bilíngüe

x a pipa tem o papai

x o pato tem o papo

x o auto tem o pé

x a pá tem o pua

x o pó tem o pau

x o pote tem o pia



pipa é boa.

pipa é bonita.

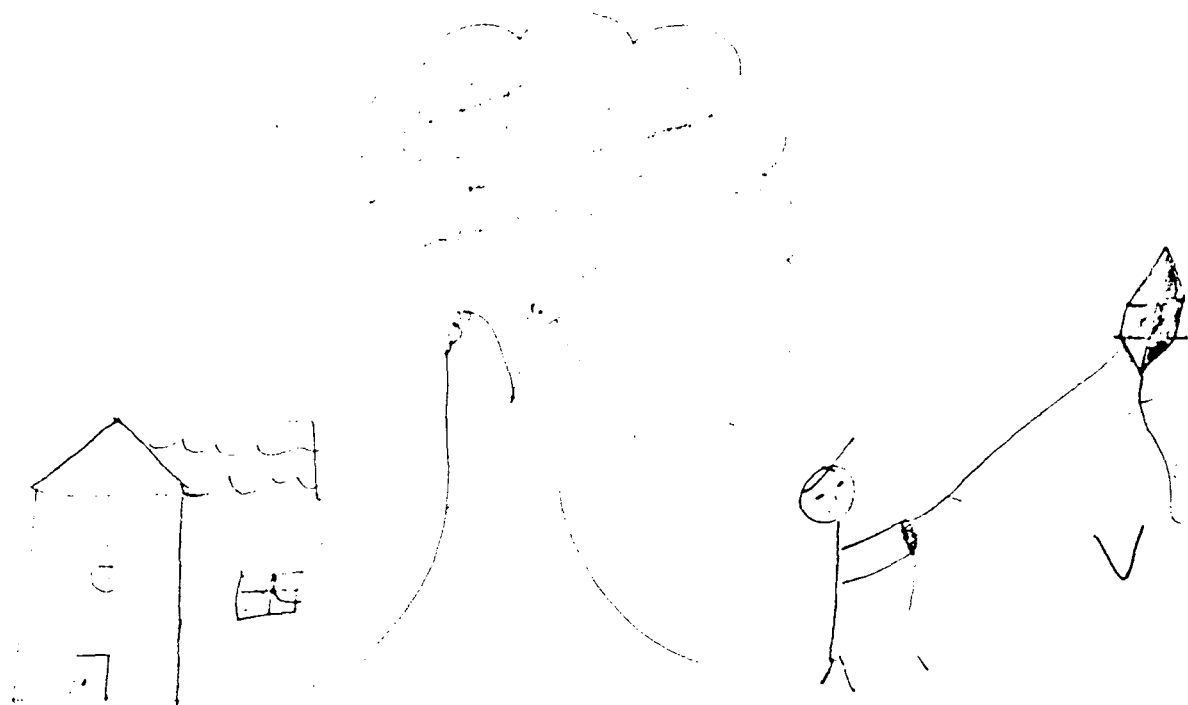
foi casa pipa tem mamãe e pai.

sol viu tem da pipa.

pipa é Rodrigo.

gnio papai viu tem da pipa

pipa é gnio.



LIV-12 anos - bilíngüe

a pipa e papai tem

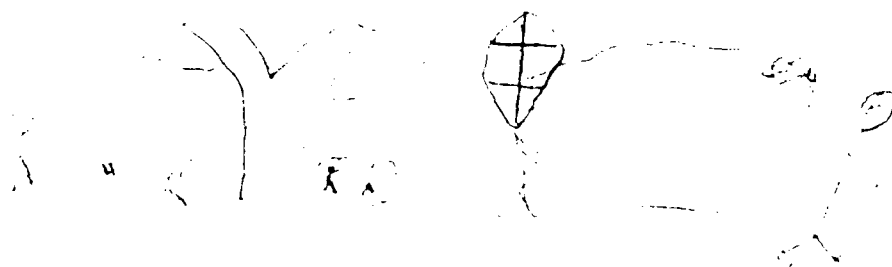
o pote e tatu

o tito e pao peito

o pia e toto e pote

o pata e patê

o pote tem o pia



✓

DN - 13 anos - bilíngue

Im cinema é bonito

Quando está feliz

Danielle é toda brincadeira de rua
na hora da brincadeira é feliz.

O carro é novo.

Danielle fala de amor boneca.

Fabiana uma tendo a boneca está feliz

Pai uma tendo carro é grande.

Papai ama mãe.

Alba, 15 de abril de 1996.

RF - 14 anos - Oralista

Querida amiga Rafaela:

Você está bem? eu estou lembrando de você e tenho muitas saudades.

Você mora lá, lá tem lindo praia, como está seu irmão? Este ano nós estamos estudando na Escola Epheta, nós não e alunos da 4ª série, agora é estruturação de Linguagem, nós temos estudar outra escola regular.

Meus amigos contaram comigo e seu pai apertou de cinta com você, porque o seu pai estava procurando onde está você. é, verdade.

Onde o você estuda a escola, então escreva-me o nome do local, de bairro, cidade, da escola, série, nome da professora.

Onde seu pai trabalha, qual é o profissão, e a sua mãe trabalha, eu queria escrever esta carta, eu estou com saudade.

Se possível, eu convidei-lá na escola, em 28 de abril nossa comunidade da Escola Epheta.

Agora nós estudamos com a professora Odete.

A Professora Eucá está na sala da 1ª série.

Espero sua resposta, tá Bom.

Ai, eu estou com saudades de você.

Um abraço.

SB - 14 anos - Oralista

Título: A briga

Série: 4ª Série

Ele pegou o carrinho.

- Mamãe chegou a briga, dois meninos viu uma mamãe
- Mamãe dar o carrinho dele para os dois meninos
- Os Meninos pegou da briga com o carrinho

RD - 15 anos - Aracilista

O Bomeiro antes eu sou conversar com a
mãe. Tebair meus filhos - e viu outra p
Thombada depois breca chapéu lev
200 vracha.

Nós vamos pegar uma fruta mas i
Mangueira de árvore
outra árvore e com chegou duas
frutas.

Eu tenho suito mas outra mulhi
bate!

O Koffel não viu jogar a água ou
mulher

A mulher falou ele muito chato e Pau
Furo.

Mas eu decido "vaca" tudo ben
vamos, breca foga a água

Li minha família 21 - 17 anos - Brasileira

- Estão com a saúde.

A mamãe está muito com saudade de minha filha.

O meu pai segundo é bom, ele está muito confuso e o preocupado com a doença, porque ele estava muito triste mais difícil para tudo.

O meu irmão é muito legal, porque ele estava muito conversão, para mim ajudou matemática.

A minha irmã é muito brincadeira, canta e conversa.

Eu sou muitas felizes para família. O meu apartamento sempre estava limpo.

LR-18 anos - bilíngüe

O pai vai até a escola (cinema).

Imediatamente tem bicicleta.

O menino vai jogar futebol.

Ela vai na escola até casa.

A mamãe vai tomar banho na igreja.

A Cida está com a branca casa

A menina está com a branca casa

A Páscoa

KL - 19 anos - bilíngüe

Domingo Deus ressuscitou festa
de páscoa.

Bom festa páscoa.

Minha mãe me falou bom pás-
coa. É nessa festa de páscoa.

Minha irmã comprou choco-
late de páscoa, eu comi choco-
late de páscoa, é gostoso de cho-
colate. Meu pai falou festa de páscoa

Minha madrinha comprou
chocolate de páscoa, eu fui dor-
mir à noite. Minha madrinha
colocou ovo de páscoa numa
na cama. Ai eu acordei vi
ovo de páscoa.

Eu falei minha
mãe quem colocou, cima
na cama ovo de páscoa,
Minha mãe me falou foi
minha madrinha.

Eu falei minha ma-
drinha. Quando me deu ovo
de páscoa. Ela ficou feliz

Bom páscoa

A minha família.

Na minha casa eu ajuda da mamãe.
Eu ajuda limpa na casa.

Eu conversamos da minha família.
Eu gosto da minha mamãe.

Minha mamãe levou as roupas.

Meu papai fez a sopa.

Minha irmã e trabalho.

Eu faço a comida: arroz, feijão, carne
e batata.

Eu conversei do meu namorado.

Eu fiz a pipoca.

✓

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABAURRE, M.B.M. Língua oral, língua escrita: interessam, à lingüística, os dados da aquisição da representação escrita da linguagem?. In: Anais do IX Congresso Internacional da ALFAL. Campinas: UNICAMP, 1990.
2. ATKINSON, Martin. Mechanisms for language acquisition: learning, parameter-setting and triggering. *First Language*, 7, 1987.
3. _____. Children's syntax: an introduction to principles and parameters theory. Oxford, 1992.
4. BAKER, M.C. Incorporation: a theory of grammatical functional changing. Chicago University Press, 1982.
5. BATES, Elizabeth. From first words to grammar: individual differences and dissociable mechanisms. New York: Cambridge University, 1991.
6. BEHARES, L.E & PELUSO L. Efectos de la deprivación del desarrollo lingüístico-cognitivo natural en los niños sordos de padres sordos u comparación con los Actos de del XXII Congreso Interamericano de Psicología. Buenos Aires, 1989.
7. BEHARES, E.L. Implicações neuropsicológicas dos recentes descobrimentos na aquisição de linguagem pela criança surda. In: MOURA, M.C.; PEREIRA M.C. et al. (Ed.) Língua de Sinais e Educação de Surdos. São Paulo: Tec Art, 1993.
8. BELLUGI, U.; KLIMA, E et al. Organização neural da linguagem de sinais. In: MOURA, M.C.; PEREIRA, M.C et al. (Ed) Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
9. BONVILLIAN, J.D., ORLANSKY, M. & NELSON, K. Psycholinguistic and educational implication of deafness. *Human Development*, 16: 321-345, 1973.
10. BORER, H. I- subjects. *Linguistic Inquiry*, 17, 1986.
11. BORSELY, R.D. Prepositional complementizers in welsh. *Journal of Linguistics*, 22: 67-84, 1986.

12. BOUCHARD, D & DUBUISSON, C. Grammar, order & position of Wh-signs in Quebec sign language. Sign Language Studies Burtonsville: Linstok Press, 1995.
13. BROCH, J.T. Application of the Brüel & Kjaer measuring systems acoustic noise measurements. Ed: Soborg K Larsen & Son, 1971.
14. CERQUEIRA, V.C. A aquisição de língua materna, a gramática universal e as gramáticas infantis. In: ABRALIN, Recife: Editora Universitária, UFPe, v.17, 1995.
15. COUDRY, M.I.H & MORATO, E.M. Reflexões sobre a atividade oral e escrita de deficientes, no contexto escalar. In: CADERNOS CEDES. São Paulo: Cortez Editora, v. 23, 1989.
16. CHOMSKY, N. Some notes on economy of derivation and representation. Ms., MIT, Cambridge, Mass, 1988.
17. FERNANDES, E. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: AGIR, 1990.
18. FREEDMAN, Sarah W. The acquisition of written language: response and revision. Norwood: Ablex, 1989.
19. _____ & GRODZINSKY, Y. Tense and agreement in agrammatic production: pruning the syntatic tree. Israel: Tel Aviv University, 1995.
20. FUKUI, N. A theory of category projection and its application. Doctoral dissertation, Cambridge: MIT, Mass, 1986.
21. FUKUI, N. & SPEAS, M. Specifiers and projectons. In: FUKUI, N. T. Rapaport & E. Sagey (ed.), MIT working Papers in Linguistic 8: 128-72.
22. GESUELI, M.Z. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Campinas: UNICAMP, 1988.
23. GHISI, E.M. Dinâmica institucional na operacionalização da educação bilingüe do surdo no Uruguai. In: MOURA, M.C. Língua de Sinais e Educação do Surdo. São Paulo: Tec Arte, 1993.
24. GÓES, M.C. A produção de textos por sujeitos surdos: questões sobre a relação oralidade-escrita. Anais do II Seminário Multidisciplinar de Alfabetização, São Paulo: PUC, 1992.

25. GUILFOYLE, E & NOONAM, M. *Functional categories and language acquisition.* Canadian Journal of Linguistic 37, 241-272, 1992.
26. GUISI, E.M. *Dinâmica institucional na operacionalização de educação biliíngüe do surdo no Uruguai.* In: MOURA, M, C; PEREIRA, M, C et al. (Ed) Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
27. HAGIWARA, H. *The breakdown of functional categories and the economy of derivation.* Brain and language 50, 92-116. Academic Press, 1995.
28. HOWARD, L. & URIAGEREKA, J. *A course in GB syntax: lectures on binding and empty categories.* MIT Press, Cambridge London, 1988.
29. HYAMS, N. Language acquisition and the theory of parameters. Dordrecht: D. Reidel Publishing CO, 1986.
30. _____. *Parameters and syntatic development.* In: T. Rooper & E. willians. Parameter Setting. Dordrechet
31. KATO, M. The underspecification of functional categories in early grammar. Talk presented at the Great Britain Child Language Seminar, Bangor, Wales, 1994.
32. KAYNE, Richard. Participles, agreement, auxiliares se/si and Pro. Cambridge: MIT, MA, 1983.
33. KYLE, J.G. *Compreendendo o desenvolvimento de sinais: uma base para o bilingüismo.* In: MOURA, M.C; PEREIRA, M.C et al. (Ed) Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
34. KOOPMAM, Hilda. The syntax of verbs. Floris, Dordrechet, 1984.
35. _____ & SPORTICHE, D. Subjects. Ms, Univresity College of Los Angeles, 1987.

36. LIGHTFOOT, David. How to set parameters: arguments from language change. Cambridge:Mass,1991.
37. LOBATO, Lúcia. Sintaxe Gerativa do Português: Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação. Belo Horizonte, Vigília, 1986.
38. MASSONE, M. I. O lingüista ouvinte frente a uma comunidade surda e ágrafa: metodologia de investigação. in: MOURA, M. C.; PEREIRA, M. C. et al. (Ed) Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
39. MEADOW, K. Deafness and child development. Berkeley: University of California Press, 1986.
40. MEISEL, J. Two First Language: Early Grammatical Development in Bilingual Children. Foris, Dordrecht, 1990.
41. _____ & MULLER, N. Finiteness and verb placement in early child grammars. In: J. Meisel (ed.) The Acquisition of Verb Placement. Kluwer Academic Publishers, 1992.
42. MENDES, I. Análise da produção escrita do surdo. Campinas: FCM, UNICAMP, 1994.
43. MORI, C. C. O desenvolvimento Gestual de uma criança ouvinte e outra deficiente auditiva : um estudo contrastivo. Campinas, 1994. Tese, Dissertação de mestrado em Lingüística, UNICAMP.
44. MOURA, M. C. A língua de sinais na educação da criança surda. In: MOUTA, M. C.; PEREIRA, M. C et a. (Ed) Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
45. OUHALLA, J. Functional categories and parametric variation. London: Routledge, 1991.
46. OLIVEIRA, M. de. Sujeito nulo, uma propriedade sempre disponível para crianças de língua italiana? In: ABRALIN, Recife: Editora Universitária, UFPe, v.17, 1995.
47. PEREIRA, M. C. Interação e construção do sistema gestual em crianças deficientes auditivas, filhas de pais ouvintes. Campinas, 1989, Tese, Dissertação de Doutorado em Lingüística, UNICAMP.

48. _____. Aspectos sintáticos da língua brasileira de sinais. In; MOURA, M.C. et al. Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
49. PINKER, Steven. Learnability and cognition: the acquisition of argument structure. Cambridge: Mess, 1991.
50. PLATZACK, C.A. A grammar without functional categories: A syntatic study of early Swedsh child language. Nordic Journal of Linguistics, 13, 107-126, 1990.
51. POLLOCK, J.Y. Verb movement, UG and the struture of IP. Linguistic Inquiry 20: 365-424, 1989.
52. PUC RIO GRANDE DO SUL. Anais do II Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: 1991.
53. RADFORD, A. Syntatic theory and the acquisition of english syntax. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
54. RAPOSO, Eduardo P. Teoria da Gramática. Afaculdade da Lingagem. Lisboa Caminho, 1992.
55. REZNIK, M. Functional categories in agrammatism. In: Brain and Language, 50, 117-133, 1995.
56. RICHARDS, Brian J. Language development and individual differences: a study of auxiliary verb learning. Cambridge University
57. RIZZI, Luigi. Residual Verb Second and the Wh Criterion. Universite de Genève 1991.
58. SLOBIN, D.I. The cross linguistic study of language acquisition. Lewrence Earlbaun Ass. N.J., 1980.
59. STOWELL, Tim. Subjects across categories. In: The Linguistic Review, 2, 1982.
60. SVARTHOLM, K. Bilingual education for the deaf in Sweden. In: STOKOE, W.C (Ed) Sign language studies. Burtonsville: Linstok Press, v.81, 1993.

61. TSIMPLI, I-M. Functional categories and maturation: the prefunctional stage of language acquisition. Ms, Univ. College London, 1990.
62. TSIMPLI, Ianthi- Maria. On the maturation of functional categories: early child speech, 1991.
63. URIAGEREKA, Juan & LASNIK, H.A. Course in GB Syntax. Lectures on Binding and Empty Categories. Massachusetes Institute of Technology, 1988
64. URIAGEREKA, Juan. A minimalist dialogue between Chomsky and Hawking. Washington: 1994.